



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE LETRAS - IL

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET

PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - POSTRAD

DA TRADUÇÃO TERMINOLÓGICA EM GLOSSÁRIO
TEMÁTICO NA ÁREA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

SÁTIA MARINI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

BRASÍLIA/DF

JULHO/2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - POSTRAD

DA TRADUÇÃO TERMINOLÓGICA EM GLOSSÁRIO
TEMÁTICO NA ÁREA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

SÁTIA MARINI

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ALICE MARIA DE ARAÚJO FERREIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

BRASÍLIA/DF

JULHO/2013

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

MARINI, Sátia. **Da tradução terminológica em glossário temático na área de saúde suplementar**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2013, 152 p. Dissertação de mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Marini, Sátia.

Da tradução terminológica em glossário temático na área de saúde suplementar. / Sátia Marini. Brasília-DF: Universidade de Brasília: UnB / Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, 2013.

xiv, 138 f.; 29,7cm

Orientadora : Alice Maria de Araújo Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução / POSTRAD, 2013.

1. Tradução. 2. Terminologia. 3. Neologia tradutiva. 4. Saúde Suplementar – Dissertação. I. Ferreira, Alice Maria de Araújo. II Universidade de Brasília, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, POSTRAD. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - POSTRAD

DA TRADUÇÃO TERMINOLÓGICA EM GLOSSÁRIO TEMÁTICO NA ÁREA DE
SAÚDE SUPLEMENTAR

SÁTIA MARINI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO
PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO.

APROVADA POR:

ALICE MARIA DE ARAÚJO FERREIRA, Dra. (Universidade de Brasília)
(ORIENTADORA)

SABINE GOROVITZ, Dra. (Universidade de Brasília)
(EXAMINADORA INTERNA)

MARIA APARECIDA BARBOSA, Dra. (Universidade de São Paulo)
(EXAMINADORA EXTERNA)

MARCOS BAGNO, Dr. (Universidade de Brasília)
(SUPLENTE)

Brasília, 29 de julho de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais, Onildo e Selci,
meu marido, Marcos, e meu filho, Lucas.

AGRADECIMENTOS

Sinceramente agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial:

a minha orientadora, Profa. Dra. Alice Maria de Araújo Ferreira, pela objetividade nos direcionamentos, pela generosidade em compartilhar experiências e pelo constante incentivo;

às professoras Dra. Sabine Gorovitz e Dra. Maria Aparecida Barbosa por terem aceitado compor a Banca Examinadora e dar suas contribuições para aperfeiçoar este trabalho;

aos professores do mestrado, pela frutífera troca de experiências;

aos colegas do Mestrado em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, especialmente os parceiros da Revista Belas Infiéis, pela amizade, pelo carinho e pela experiência de criar uma revista durante o mestrado;

aos colegas do Ministério da Saúde, pela ajuda em momentos diversos, e ao amigo Rogério Pacheco, pelas inúmeras conversas e por me incentivar a fazer este mestrado;

aos colegas da Agência Nacional de Saúde Suplementar pelos diversos esclarecimentos fornecidos;

e a minha família, pela paciência e incentivo nesse momento tão importante da minha vida.

Quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar.

Benveniste, 1966, p. 45.

RESUMO

Este estudo foi motivado pela observação dos problemas enfrentados pelos especialistas em Saúde Suplementar e pela Equipe de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde na tradução para o inglês dos termos do glossário temático de Saúde Suplementar. Fez-se uso de *softwares* de linguística de *corpus* em diferentes fases de montagem do glossário: na seleção dos termos da terminologia; no levantamento das acepções semânticas para auxiliar na elaboração das definições, e na procura por equivalentes em inglês e espanhol. Nossa reflexão teórico-metodológica discute sobre a distinção entre linguagem artificial (inventada com base na língua natural) e linguagem de especialidade (que faz parte da língua natural, mas se refere a uma área específica) para estabelecer o nível de atualização da linguagem deste trabalho, i.e., o discurso. Discute-se, também, a relação entre unidade terminológica e unidade de tradução para entender a formação dos termos e o processo tradutivo em linguagem de especialidade. Apresenta-se a estrutura do vocabulário especializado e apontam-se as peculiaridades dos paradigmas da definição terminológica. Estuda-se a tradução terminológica no glossário e analisam-se os seus tipos e propósitos para entender o funcionamento e a necessidade de criação neológica em tradução. Discutem-se as noções de fidelidade e equivalência tendo em vista a tradução do português para o inglês, i.e., traduzir-se para o outro, a versão feita por brasileiros servidores de uma instituição pública. Reflete-se sobre o processo dinâmico da criação neológica tanto na língua original quanto na tradução e sobre o fato de esses termos e traduções basearem-se nas necessidades da instituição e da sociedade. Na neologia tradutiva, mostra-se como o significado num universo de discurso particular caracteriza-se pelo grau de especialidade, possibilitando assim a expressão de um conceito novo numa área nova. Analisam-se as escolhas tradutivas utilizadas neste glossário apresentando diferentes exemplos de procedimentos, como paráfrase, uso de siglas, explicitação. Por fim, considerando-se a dinâmica da língua, que influencia e é influenciada pela linguagem de especialidade, entendemos que glossários institucionais, que por vezes são normativos, ou seja, determinam a linguagem a ser utilizada em um meio específico, influencia na circulação de termos de especialidade. Por fim, ressaltamos como a criação neológica em tradução contribui para o enriquecimento da língua, provocado pelo intercâmbio entre os especialistas de diversos países e entre estes e o público em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Tradução. Neologia tradutiva. Saúde suplementar.

ABSTRACT

This study was motivated by the observation of the problems faced by experts in Private Health Insurance and Plans and the Health Terminology Team at the Ministry of Health in the translation into English of the thematic glossary of Private Health Insurance and Plans. In preparing the glossary we used corpus linguistics in different phases of the glossary: selection of the terminology, survey of the semantic meanings to assist in the establishment of definitions, and search for equivalents in English and Spanish. Our theoretical and methodological considerations discuss the distinction between artificial language (based on natural language) and special purpose languages (part of natural language, which refer to an specific knowledge areas) aiming to establish the level of language update of this work, i.e., the speech. We also discuss the relationship between terminology unit and translation unit to understand the formation of terms and the translation process in special purpose languages. We present the structure of the specialized vocabulary and show the peculiarities of the paradigms of terminological definitions. We study terminological translation in the glossary and analyze the types and aims of the neologies to understand how they work and the need to create translations. We briefly discuss the notions of fidelity and equivalence within translation from Portuguese into English, ie, translating the reality of a Brazilian public institution to foreigners. We consider the dynamic process of the neological creation both in the original language and in the translation and the fact that these terms and translations are based on the needs of the institution and the society. In neology translation we demonstrate how words used with one sense in a specific universe of discourse is characterized by the degree of expertise, which enables the user to express a new concept in a new area. We analyze the choices of translation used in this glossary and illustrate with different examples of procedures, such as paraphrasing, use of acronyms, explicitation. Finally, considering the dynamic aspect of languages which influences and is influenced by special purpose languages, we understand that institutional glossaries, which sometimes are normative, i.e., determine the language to be used in a specific area, serve as instruments that influence the circulation of specialized language terms. At last, we emphasize how neological creation in translation contributes to the enrichment of the language, mainly caused by the exchange between experts from different countries and between them and the public.

KEY-WORDS: Translation. Terminology. Translation neology. Private Health Insurance and Plans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração	Página
Capítulo 1	
Esquema 1 – Esquema do Projeto de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde.....	25
Figura 1 – Tela do programa Archivarius.....	28
Figura 2 – Tela parcial do programa AntConc.....	28
Capítulo 2	
Esquema 2 – Força reguladora da ANS sobre a relação Beneficiário/Plano de Saúde.....	36
Quadro 1 – Exemplo de termos obtidos a partir da seleção feita com o <i>software</i> AntConc	46
Quadro 2 – Diferenças e semelhanças entre linguagem artificial e linguagem de especialidade.....	48
Esquema 3 – Esquema de equivalência parcial.....	72
Capítulo 3	
Gráfico 1 – Termos em português em relação ao número de palavras do sintagma.....	80
Gráfico 2 – Percentual do número de termos em português em relação ao número de palavras do sintagma.....	80
Gráfico 3 – Paradigma(s) das entradas do glossário em que as remissões são mencionadas	87
Esquema 4 – Exemplo de relação hiperonímica/hiponímica de termos.....	88
Quadro 3 – Exemplos de termos remetidos para os preferenciais no glossário temático de saúde suplementar.....	90
Capítulo 4	
Quadro 4 – Exemplos de primeira palavra da definição incluída na tradução do termo no glossário temático de saúde suplementar.....	103
Gráfico 4 – Termos em inglês em relação ao número de palavras do sintagma.....	104
Gráfico 5 – Percentual do número de termos em inglês em relação ao número de palavras do sintagma.....	105
Quadro 5 – Modalidades de tradução.....	107/108

Quadro 6 – Termos que receberam a mesma tradução no glossário temático de saúde complementar.....	111
Quadro 7 – Termos com a sigla ANS.....	112
Quadro 8 – Lista de termos com traduções feitas por explicitação.....	113
Quadro 9 – Exemplos de padronização de termos no glossário temático de saúde complementar.....	116
Quadro 10 – Exemplos de traduções normatizadas no glossário temático de saúde complementar.....	117
Esquema 5 – Processo de criação da neologia tradutiva.....	130
Esquema 6 – Percorso da terminologização da neologia tradutiva.....	132

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
BVSMS	Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
LC	Língua de Chegada
LE	Linguagem de Especialidade
LP	Língua de Partida
MS	Ministério da Saúde
PTS	Projeto de Terminologia da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TT	Terminologia Textual
UT	Unidade de Tradução

SUMÁRIO

Capítulos/Sub-capítulos	Página
INTRODUÇÃO	15
1 UM PROJETO INSTITUCIONAL: GLOSSÁRIOS TEMÁTICOS	18
1.1 A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	18
1.2 A SÉRIE GLOSSÁRIOS TEMÁTICOS	19
1.3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS GLOSSÁRIOS	21
1.3.1 Glossário Institucional	21
1.3.2 Glossário Técnico e Científico	22
1.3.3 Breve histórico do Projeto de Terminologia da Saúde	23
1.3.4 O Projeto de Terminologia da Saúde hoje	24
1.3.5 A metodologia do Projeto de Terminologia da Saúde em detalhe	25
1.4 O GLOSSÁRIO DE SAÚDE SUPLEMENTAR: OBJETO DE ESTUDO DESTE TRABALHO	32
1.5 PÚBLICO ALVO DO GLOSSÁRIO	34
2 QUESTÕES TEÓRICAS	37
2.1 TERMINOLOGIA COMO ÁREA DE ESTUDO	37
2.1.1 Teorias da terminologia	37
2.1.1.1 Teoria Geral da Terminologia (TGT)	38
2.1.1.2 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)	40
2.1.1.3 Socioterminologia	42
2.1.1.4 Terminologia Textual	45
2.1.2 Noções de terminologia	47
2.1.1.1 Linguagem de especialidade	47
2.1.2.2 Unidade terminológica ou termo	49
2.1.2.3 A definição terminológica	52
2.1.2.4 Normalização e normatização	57
2.2 QUESTÕES TEÓRICAS DA TRADUÇÃO	60
2.2.1 Algumas teorias	61
2.2.2 Unidade de tradução	65
2.2.3 A controversa equivalência	67
3 ANÁLISE TERMINOLÓGICA DO GLOSSÁRIO	74
3.1 ESTRUTURA DO GLOSSÁRIO	74
3.1.1 Paratextos	74
3.1.2 Macroestrutura	76
3.1.3 Microestrutura	78
3.2 O GLOSSÁRIO EM NÚMEROS	79
3.2.1 Estatísticas	79
3.2.2 Remissivas	81
3.2.3 Termo abreviado e termo mais específico	89
3.2.4 Siglas	91
4 TRADUÇÃO E TERMINOLOGIA	93
4.1 PREMISSAS TEÓRICAS GERAIS	95
4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS TRADUÇÕES NO GLOSSÁRIO	102
4.2.1 Traduções em números	102

4.2.2	Modalidades e escolhas tradutivas	106
4.3	PADRÕES E PADRONIZAÇÃO NA TRADUÇÃO	114
4.4	NEOLOGIA E NEOLOGISMO	117
5	CONCLUSÃO	135
6. REFERÊNCIAS		141
APÊNDICE A – Ocorrências de termos jurídicos no glossário		150
APÊNDICE B – Termos remetidos para os preferenciais		151

INTRODUÇÃO

Como projeto institucional, a elaboração de glossário temático sobre Saúde Suplementar revela as características do país nessa área e expõe a problemática de traduzir a terminologia brasileira para uso por servidores do próprio órgão em ambiente internacional. Isso abrange também a questão política relacionada à visibilidade do país no exterior, daí a relevância de envolver diversos profissionais na tomada de determinadas decisões tradutivas.

Essa dissertação tem como objetivo discutir alguns aspectos teóricos de tradução e terminologia para posteriormente descrever e analisar o glossário temático de Saúde Suplementar e estudar os problemas enfrentados e as possibilidades encontradas na tradução da realidade brasileira com vistas a auxiliar os tradutores na busca de soluções tradutivas.

O estudo desse glossário temático foi motivado pela observação dos problemas enfrentados pelos especialistas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pela Equipe de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde (MS) na tradução em inglês dos termos desse glossário. Assim, a partir de uma análise dos termos do glossário que receberam traduções, será estudada e analisada a tradução terminológica com vistas a entender o funcionamento e a necessidade de criação neológica em tradução. Foram envolvidos na elaboração do glossário, os especialistas da ANS e os profissionais de terminologia do MS, que tinham como público destinatário das traduções o profissional brasileiro que redige em inglês, seja ele especialista, tradutor, professor ou outro. Abordamos nesta dissertação as formas escolhidas na tradução e as características tradutivas que foram observadas para melhor representar, em outros idiomas, os termos técnico-científicos referentes à realidade brasileira.

Sabendo-se que a realidade da terminologia da ANS traz termos oriundos das áreas jurídica e econômica, bem como de regulamentação de planos aprovados de assistência à saúde que se referem à realidade brasileira, nossa hipótese inicial é que não encontraríamos tantas equivalências (entendidas dentro da área da terminologia e das linguagens especializadas) como definido no item 2.2.3, e que a tradução dos termos seria mais um tipo de paráfrase (conforme definido no item 4.4 alínea d).

Como objetivo geral deste trabalho discutimos os aspectos da tradução terminológica inserida no trabalho cotidiano do tradutor, principalmente no que se refere à tradução de termos em linguagem de especialidade intimamente relacionada à realidade do país. E, para

isso, temos como objetivos específicos: analisar a metodologia utilizada para elaborar este glossário; entender e discutir teorias e noções de terminologia e de tradução; fazer uma análise da estrutura do glossário, tanto dos termos em português quanto das traduções e reconhecer o processo de tradução terminológica para entender a importância da atividade criativa do tradutor.

Durante o processo tradutivo, o tradutor cria termos, que ora são adotados, ora são rejeitados pela comunidade que o utiliza. Esta criação é muitas vezes intencional e demoradamente estudada pelo profissional, outras vezes ela ocorre de forma mais espontânea e sem grande esforço por parte do tradutor, que não percebe que sua tradução é uma nova proposta de denominação para uma ideia, objeto ou conceito. Quando o termo é aceito e adotado pela comunidade específica percebe-se que foi uma boa solução, caso contrário, a criação torna-se um equívoco ou problema. Outras vezes a criação, seja ela criticada ou não, passa a ser utilizada com tal frequência que se torna parte dos discursos especializados, daí a neologia tradutiva. A discussão acerca da criação neológica tradutiva nos leva a uma maior conscientização sobre o papel do tradutor nessa tarefa que é tão pouco discutida quando se trata de tradução. Encontra-se na literatura muita discussão sobre neologia monolíngue, mas muito pouco sobre neologia tradutiva, que tem uma grande participação na vida das pessoas, dado o intercâmbio científico e mundial na atualidade. Esse trabalho busca tornar o tradutor ciente da sua relevante participação na criação de termos e de como estes estão presentes na sua atividade profissional e da sua responsabilidade com a visão do Brasil em ambiente internacional, por meio da tradução institucional.

A dissertação é dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz uma apresentação do órgão vinculado ao Ministério da Saúde responsável pela regulação da saúde privada no Brasil, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), apresenta a série glossários temáticos e seus objetivos, expõe a metodologia empregada na elaboração dos glossários, delimita o público alvo dos produtos terminológicos desenvolvidos pelo MS, e relata a metodologia utilizada na elaboração dos glossários da série Glossários Temático desse órgão.

No segundo capítulo, discorre-se sobre as principais questões teóricas de terminologia: a Teoria Geral da Terminologia (TGT) de Wüster, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Cabré, a Socioterminologia de Gaudin e a Terminologia Textual, bem como de algumas noções da terminologia relevantes para a discussão terminológica, como linguagem de especialidade, unidade terminológica, normalização e normatização e definição

terminológica. Ainda nesse capítulo, abordam-se questões teóricas de tradução, com uma breve consideração de algumas teorias da área que mais se aplicam à tradução técnica e científica, a abordagem de unidade de tradução, bem como a polêmica noção de equivalência.

No capítulo seguinte, o terceiro, são feitas as análises do glossário, iniciando com os números que representam suas principais características. Segue-se a isso uma apresentação sistemática do instrumento terminológico em questão, bem como uma análise dos diversos tipos de remissivas, da extensão dos termos e das siglas adotados nesse instrumento.

No quarto e último capítulo, discute-se a importância da relação entre tradução e terminologia com a reflexão sobre a linguagem e cognição, e a participação da tradução na divulgação de conhecimento. Traz-se uma análise estatística das traduções no glossário, considerações sobre as modalidades de tradução e as escolhas tradutivas utilizadas no instrumento estudado e a relevância da padronização para manter a coerência dentro do trabalho terminográfico. Apresentam-se reflexões sobre a criação neológica e os processos tradutivos envolvidos nessa criação, como a paráfrase e os empréstimos/estrangeirismos, que estão de acordo com a proposta de Barbosa sobre o desenvolvimento de neologismos.

Conclui-se a dissertação discutindo sobre a contribuição da tradução para o enriquecimento das línguas, principalmente por meio da introdução de neologismos, e da participação do trabalho de versão na divulgação da terminologia de um país para mercados internacionais por meio da exportação de produtos e tecnologias criadas no país. Defende-se ainda sobre a formação de equipe de terminologia e a necessidade de apresentar ainda na graduação a teoria e prática de desenvolvimento de instrumentos terminográficos.

1. UM PROJETO INSTITUCIONAL: GLOSSÁRIOS TEMÁTICOS

“Coisas e palavras sangram pela mesma ferida”

Octavio Paz

“O pensamento não apenas se expressa em palavras; ele adquire existência através delas.”

Lev Vygotsky

O objetivo desse trabalho é estudar a neologia tradutiva observada durante a elaboração de versões dos termos do Glossário Temático de Saúde Suplementar para o inglês. Esta dissertação foi escrita após a realização da tradução para o inglês e o espanhol do glossário temático de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde (MS), ao qual pertence o Projeto de Terminologia da Saúde (PTS). Durante a elaboração das traduções foram encontradas diversas equivalências, mas também se observou que vários termos não ocorrem em países da língua inglesa e, portanto, tiveram que ser traduzidos a partir do conhecimento dos profissionais e das definições no próprio glossário, frequentemente por meio de paráfrases.

O Projeto de Terminologia da Saúde insere-se no Plano de Gestão do Conhecimento do Ministério da Saúde com a finalidade de garantir que a comunicação interna e externa seja clara, de melhorar os processos de tomada de decisão dos gestores em saúde e de ampliar a participação da sociedade nas questões a ela pertinentes por meio do acesso às informações contidas nos glossários que são disponibilizados para consulta e impressão na página do MS na *internet* (www.saude.gov.br/bvs/terminologia).

1.1 A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

A Agência Nacional de Saúde Suplementar é uma autarquia vinculada ao Ministério da Saúde com abrangência em todo o território brasileiro, criada a fim de regulamentar, normatizar, controlar e fiscalizar as atividades de empresas que prestam serviços privados de assistência à saúde no Brasil. A ANS foi instituída pela lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e tem a finalidade de defender o interesse público na assistência suplementar à saúde, regular o

funcionamento das operadoras de planos de saúde, seja no relacionamento com prestadores de serviço, seja com os consumidores, e contribuir para a melhoria da saúde no país.

Essa agência reguladora exerce a função de criar normas de funcionamento e relacionamento das empresas provedoras de serviços com os consumidores e controlar e fiscalizar o órgão regulado, sempre buscando atender ao interesse público aprofundando a relação das empresas com o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir a qualidade da prestação dos serviços aos brasileiros beneficiários desses planos, com o objetivo de aperfeiçoar a construção do sistema de saúde brasileiro. Anteriormente à criação da ANS já estava em vigor a lei que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde - Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 -, que estabelece normas para pessoas jurídicas de direito privado operarem planos de assistência à saúde.

1.2 A SÉRIE GLOSSÁRIOS TEMÁTICOS

A série Glossários Temáticos, desenvolvida dentro do Projeto de Terminologia da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVSMS), busca normalizar, descrever, analisar e divulgar a terminologia especializada das diversas áreas desse Ministério e suas entidades vinculadas, que envolvam tanto os saberes científicos quanto os técnicos ou tecnológicos. Segundo Pavel (2002, p. 122), glossário é um “repertório de termos, normalmente de uma área do conhecimento, apresentados em ordem sistemática ou alfabética, acompanhados de informação gramatical, definição, com ou sem contexto”. Com esse entendimento, os glossários temáticos da saúde são instrumentos que facilitam o acesso ao conhecimento e promovem o aperfeiçoamento da comunicação entre os profissionais do MS e desses com as empresas prestadoras de serviços privados de saúde e com o público em geral.

Como linguagem científica dentro do MS, entende-se aquela utilizada nas áreas da medicina, ou seja, nas áreas de traumatologia e ortopedia, alimentação e nutrição, e controle de câncer, entre outras. Essas áreas abordam termos especializados geralmente encontrados em publicações científicas da área. Os dois glossários concluídos dessa área, de Traumatologia e Ortopedia e de Alimentação e Nutrição, tiveram os termos traduzidos apenas

para o inglês, uma vez que essa língua é reconhecida atualmente como aquela utilizada em eventos internacionais das ciências para comunicação entre os pares.

Para fins de estabelecimento de definições, denominamos áreas tecnológicas aquelas que elaboram *softwares* ou sistemas de informática utilizados dentro do Ministério (Banco de Preços em Saúde – BPS –, Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde – SISPLAM – e Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde – SomaSUS). Todos esses glossários são elaborados pelas equipes que desenvolveram o sistema e validados pelo coordenador ou diretor da área.

As demais áreas são consideradas técnicas (Saúde Suplementar, Promoção da Saúde, Ouvidoria do SUS, Economia da Saúde, Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde e Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS), considerando-se área técnica aquela voltada para a aplicação de conhecimentos que não se incluem nem em científicas, nem em tecnológicas. Essas áreas não são consideradas ciências, mas também não se referem a uma tecnologia ligada a um *software*, tendo sido adotada essa denominação apenas para distinção entre os tipos de glossários. Todas as áreas são abordadas com a mesma seriedade pela equipe de terminologia, que faz breves ajustes na metodologia de trabalho para adequar-se à especificidade de cada situação.

Atualmente, a série conta com 11 títulos, a saber: Alimentação e Nutrição; Banco de Preços em Saúde; DST e AIDS; Economia da Saúde; Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde; Ouvidoria do SUS; Saúde Suplementar; Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde; Traumatologia e Ortopedia; Promoção da Saúde; e SomaSUS (Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde) além do Glossário do Ministério da Saúde, que é uma coletânea dos glossários anteriores. Quando prontos, os produtos são disponibilizados no *site* da Biblioteca Virtual em Saúde, o que permite amplo acesso a todos os interessados, e podem ser reproduzidos para distribuição (desde que citada a fonte). Os glossários também são impressos em pequena tiragem, destinada a distribuição para os interessados e divulgação do serviço em eventos organizados pelo MS.

O Projeto de Terminologia da Saúde tem uma produção constante, seja pelo aperfeiçoamento dos glossários que já foram elaborados - o que inclui a tradução dos termos para o inglês e o espanhol quando a área considera relevante -, seja pela criação de novos glossários ou outros produtos (siglário, tesouro, banco de textos e banco de tradução). Estão em fase final de impressão os glossários de Controle de Câncer (em parceria com a equipe de

especialistas do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA), Gestão Editorial e Ciência e Tecnologia que foram desenvolvidos ao longo do último ano. Em 2013 foram iniciados os glossários de Sangue e Hemoderivados (junto à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás), Fatores de Risco de Câncer (novamente com o INCA) e a segunda edição do glossário de DST e Aids que agora incluirá também hepatites virais e, portanto, será denominado glossário temático: DST, Aids e Hepatites Virais.

Os glossários do MS são desenvolvidos conjuntamente por duas equipes, a técnica ou científica, que reúne os conhecimentos necessários para estabelecer a terminologia a ser incluída no glossário e desenvolver as definições dos termos da maneira mais apropriada à finalidade do produto, e a equipe de terminologia, que contribui com o conhecimento nessa área e fornece o suporte metodológico necessário para a elaboração de instrumentos terminológicos.

1.3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS GLOSSÁRIOS

Subdividimos esta parte em um momento histórico e um da atualidade para enfatizar a evolução do Projeto de Terminologia da Saúde ao longo de sua existência e concluímos com o detalhamento da metodologia do Projeto hoje em dia. Embora o Projeto ainda seja recente (criado em 2005), ele passou de um foco na terminologia voltada para a biblioteconomia para um em terminologia relacionada à linguística e à tradução, como se pode observar a seguir.

1.3.1 Glossário institucional

A cultura de um país é caracterizada pelas instituições, costumes, serviços, produtos que representam as peculiaridades próprias de um povo. Um glossário institucional, representativo desta cultura, descreve as criações de produtos e serviços para esse grupo específico.

A criação neológica na língua da cultura brasileira é observada no glossário de Saúde Suplementar com os planos, programas, órgãos, orientações econômicas e jurídicas da realidade brasileira. Essa criação faz parte da imposição da soberania nacional, que procura não copiar tudo o que vem de fora. Para falar da realidade interna dos planos de saúde do

Brasil foi necessário criar produtos que atendessem à realidade do sistema político, das condições econômicas e das regulamentações jurídicas do país atentando para os costumes e valores do nosso povo.

A recepção de práticas adotadas em outros países faz parte da realidade de qualquer país e contribui para o aperfeiçoamento das instituições. Entretanto, não é possível estabelecer equivalências para realidades que não são equivalentes, e muitas vezes não é desejável buscar tal equivalência. Assim, governos e instituições têm necessidade de criação de neologias em seus idiomas bem como de estabelecer neologias tradutivas que representam suas realidades.

O glossário de Saúde Suplementar revela essa qualidade de trazer inovações para a política de planos privados de assistência à saúde no Brasil e, com as traduções para o inglês e o espanhol, exporta suas criações, contribuindo para o aperfeiçoamento da saúde pública e privada em outros países.

1.3.2 Glossário técnico e científico

No desenvolvimento das atividades humanas, a técnica normalmente precede a ciência e, com a observação de comportamentos frequentes, com a confirmação das hipóteses levantadas, e com o estabelecimento de teorias, são produzidos os estudos científicos que comprovam a relevância de tal ciência. Entretanto, a passagem de área prática para ciência ocorre de forma sutil entre o final de uma e o início da outra, até a nova ciência se firmar como tal.

As áreas técnicas estão, assim, na fase de tentativa de solucionar problemas tópicos, práticos para a rotina do tema ao qual estão relacionadas, e, como ainda não têm uma base científica que confirme sua precisão, estão testando as melhores opções e aperfeiçoando sua funcionalidade. Os glossários técnicos foram elaborados, portanto, a partir da consulta aos especialistas do MS em determinado assunto e do conhecimento pragmático desse grupo.

As áreas científicas evoluíram a partir da experimentação inicial e contam com um conhecimento aprofundado do seu objeto de estudo, que, devido ao desenvolvimento de novas técnicas, tecnologias e ciências, estão em permanente aperfeiçoamento. Os glossários científicos buscam seus conceitos em livros e artigos publicados em revistas científicas, com

resultados comprovados por determinados especialistas, buscando o entendimento desses antes do entendimento do MS.

1.3.3 Breve histórico do Projeto de Terminologia da Saúde

O Projeto de Terminologia do Ministério da Saúde surgiu da necessidade de construir um vocabulário controlado, ou seja, um Tesouro, para atender e apoiar os analistas de informação do MS, entre os quais estão os bibliotecários e os normalizadores da Editora do MS. Percebeu-se então que seria também necessário disseminar a terminologia de forma padronizada, para que todos os servidores falassem a mesma linguagem. Desta forma, iniciou-se o projeto com a identificação, coleta, organização, disponibilização e disseminação de termos utilizados pelo MS e suas entidades vinculadas. Com a grande diversificação das áreas de especialidade e a evolução que o conhecimento sofre, observou-se a tendência de modificação da terminologia usada por determinados grupos de especialistas. Assim, na sua criação, o projeto de terminologia objetivava a estruturação de um vocabulário controlado, que se baseava nos Descritores em Ciências da Saúde - um vocabulário trilingue (inglês, português e espanhol) desenvolvido a partir do Medical Subjects Headings (MeSH) americano - para fins de indexação na Biblioteconomia.

Com essa visão, os glossários temáticos reuniam termos, siglas e conceitos técnicos e especializados em determinadas áreas técnicas do Ministério da Saúde e tinham como público alvo os gestores e profissionais de saúde, profissionais de informação e público em geral. Os termos, siglas e definições eram validados pelas áreas técnicas do MS com o objetivo de certificar a terminologia incluída no Tesouro e, com o resultado da revisão dos termos, desenvolver os glossários temáticos. O trabalho de elaboração do Glossário Temático ocorria em parceria com a área técnica do assunto, que validava uma relação de termos apresentada inicialmente – originária do DeCS - e sugeria a inclusão de novos termos. Para esta parceria era solicitada a participação de um técnico da área de especialidade, que, entendemos, fazia a intermediação da equipe de terminologia com a equipe técnica.

De acordo com o cronograma do Projeto, em seguida era solicitada uma relação de publicações e normas específicas e mais utilizadas pela área técnica para pesquisar as definições e, caso não se encontrasse uma definição, a equipe de terminologia solicitava a ajuda dos especialistas para elaborá-la. Então se apresentava o resultado à área técnica

solicitando a revisão dos termos, siglas e conceitos coletados. Em seguida eram feitas a análise linguística e a análise da área técnica para validação final do produto. A fase final era de inserção dos termos no Multites – *software* para construção de Tesouro - e formação de uma hierarquia para prover a biblioteca de um vocabulário controlado para indexação das obras do MS.

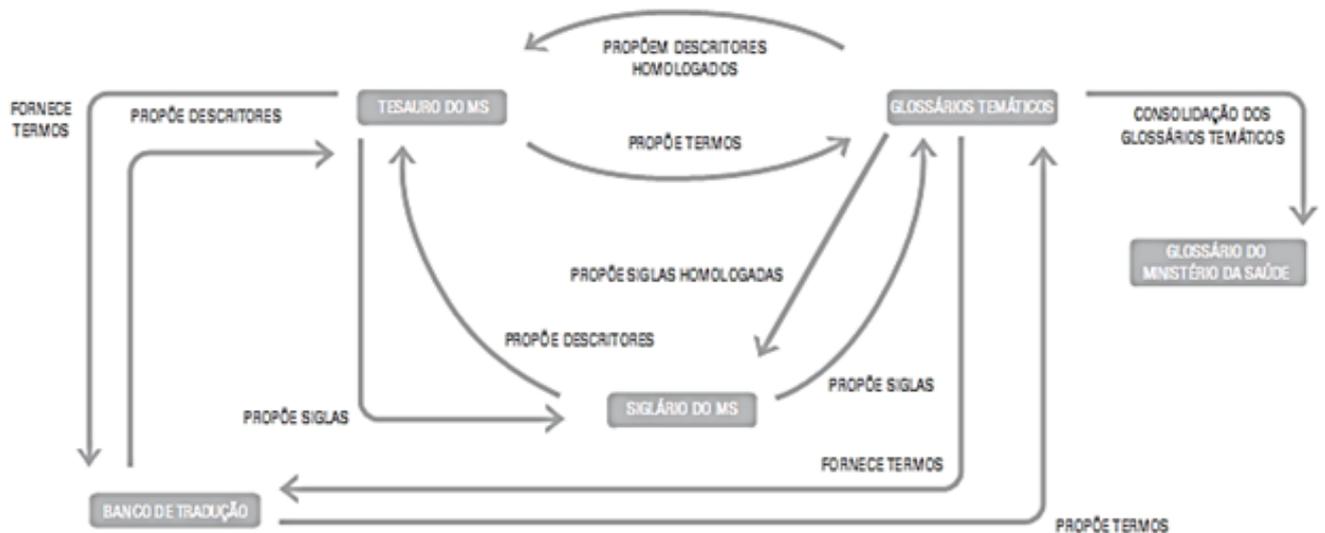
1.3.4 O Projeto de Terminologia da Saúde hoje

Como se pode observar, os objetivos iniciais do Projeto de Terminologia da Saúde estavam relacionados às necessidades da Biblioteconomia. Atualmente, o Projeto ainda está inserido na estrutura da Biblioteca do MS, entretanto, assumiu nova formatação. O foco do Projeto de Terminologia voltou-se para o estudo dos termos e definições de um ponto de vista terminológico e a metodologia de trabalho também foi alterada para atender às fases de elaboração de glossários temáticos, conforme recomendado por pesquisadores da área.

Assim, logo no início do trabalho, após ter sido feito o primeiro contato com a área para firmar o interesse em criar um glossário temático, solicitamos aos especialistas que nos forneçam uma bibliografia de referência para busca de termos e definições. Uma lista inicial de termos é validada pelos especialistas que podem excluir, incluir ou alterar os termos, conforme o uso da área de especialidade. As definições são feitas com discussões presenciais entre especialistas e terminólogos, baseando-se o trabalho no levantamento das definições existentes na literatura fornecida. A definição de cada termo é negociada individualmente, independente de haver uma definição no DeCS ou em outras fontes de pesquisa. O PTS se adapta à necessidade de cada glossário, com alterações na metodologia para atender às características específicas de cada especialidade ou grupo de trabalho.

Dessa forma, as áreas técnica e de terminologia estão em constante comunicação e a fase final de revisão é feita primeiramente por especialistas e depois por linguistas, uma vez que esses acompanharam todo o processo de perto e têm recursos para elucidar suas dúvidas, inclusive com um contato direto e próximo com os especialistas. A fase de indexação já não faz mais parte do trabalho da terminologia, mas há uma colaboração entre os produtos da terminologia e da Biblioteca do Ministério da Saúde conforme demonstra o esquema abaixo. Mais detalhes sobre o projeto são fornecidos no item abaixo.

ESQUEMA DA TERMINOLOGIA DA SAÚDE



Fonte: Ministério da Saúde

Esquema 1 – Esquema do Projeto de Terminologia da Saúde do Ministério da Saúde.

1.3.5 A metodologia do Projeto de Terminologia da Saúde em detalhes

Ao tratar da função social da lexicologia, Gaudin (1993, p. 77) afirma que a disciplina Terminologia tem diferentes funções sociais, pois “o desenvolvimento da terminologia não responde simplesmente a uma demanda social, o que ocorre apenas em relação a temas históricos, políticos e econômico”¹ (tradução nossa). E acrescenta que, tanto o desenvolvimento linguístico quanto o trabalho de tradução e de edição estão presentes na Terminologia, mas de forma a servir às necessidades sociais. A terminologia tem funções que não se restringem à linguística e à especialidade, ela alcança inclusive um papel histórico e político, como se observa no Projeto de Terminologia da Saúde. Uma análise retrospectiva das diferentes versões de alguns glossários pode revelar a evolução história, econômica e política do PTS, além das mudanças ocorridas na sua abordagem terminológica.

As etapas de um trabalho terminológico são elencadas por Pavel (2002, p. 48-75) em detalhe, da seguinte forma: identificação e análise da documentação especializada;

¹ “le développement de la terminologie ne répond pas simplement à une demande sociale, il n'intervient que lorsque existent des enjeux historiques, politiques ou économiques”.

delimitação do campo temático da análise terminológica; estabelecimento de uma árvore conceitual dos termos a serem definidos; recolha dos termos de fontes unilíngues e marcação das provas textuais pertinentes; estabelecimento de uma nomenclatura terminológica; compilação dos dados extraídos para constituir dossiês terminológicos uninocionais; registro em fichas dos termos da nomenclatura e as provas textuais pertinentes sobre fichas; revisão das fichas para assegurar a conformidade das regras de pesquisa, de redação, de citação e de difusão; registro das fichas em uma base de dados e verificação da conformidade por meio de uma releitura; gerenciamento do conteúdo terminológico em função da evolução do saber especializado do uso linguístico e das necessidades dos usuários; e extração dos dados segundo os tipos de produtos solicitados pelos clientes.

Já Nelly Carvalho (1990, p. 179) apresenta as etapas do trabalho terminológico temático de forma mais abreviada: “escolha do domínio da língua do trabalho; consulta aos especialistas; coleta de informação; expansão da representação do domínio escolhido; estabelecimento dos limites da pesquisa; coleta e classificação de termos; verificação e classificação das duplas – noção/denominação; trabalhos de apresentação dos dados comparados”. E Almeida (2006, p. 85-101) elenca as seguintes etapas como metodologia para elaboração de glossários: a organização do *corpus*, a elaboração do mapa conceitual, o planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas, a redação das definições, a organização do verbete e a configuração da macroestrutura”.

No Projeto de Terminologia da Saúde adotamos uma metodologia de desenvolvimento do trabalho terminológico que cumpre as etapas estabelecidas no cronograma do projeto que são previamente acertadas com as áreas envolvidas. Antes de iniciar o produto propriamente dito, é necessário fazer contato com a área para verificar o interesse em elaborar um glossário e fazer uma reunião para esclarecimento do procedimento e da necessidade de pessoal, material e tempo a serem investidos. A partir da demonstração de interesse da área contatada e da definição de uma equipe de trabalho, essa também deve ser esclarecida a respeito da importância do desenvolvimento de definições específicas da área de especialidade que ela domina, da rotina das reuniões e da sua periodicidade, bem como da metodologia empregada na elaboração das definições. Nesta fase se faz uma breve explanação do cronograma de trabalho e das principais características de uma definição terminológica (conforme CABRÉ, 1993, pp. 208-213), abordadas no item 2.1.2.3. A coleta da bibliografia ou das referências a partir das quais a equipe de terminologia poderá fazer um levantamento automático dos termos e definições da área também é explicada aos especialistas.

A montagem de *corpus* para busca automática de termos é feita no *software Archivarius* próprio para esta finalidade e consiste em montagem de um banco de textos fornecidos pela área ou acessados em *sites* do MS ou de entidades reconhecidas, a partir dos quais são selecionados termos de tamanhos que variam entre uma e treze palavras, sendo escolhidos aqueles que têm um número mínimo predefinido de ocorrências. A vantagem de usar o programa *Archivarius* é que para a inserção de textos não é necessário convertê-los em txt como outros programas requerem, pois ele aceita os formatos pdf, txt, html, o que evita a desformatação dos textos durante a conversão. Um outro software, *AntConc*, fornecerá, a pedido do terminólogo, uma lista de termos que podem variar, em tamanho, de uma a nove, dez, onze palavras. Esta listagem obtida por meio desse *software* de linguística de *corpus* é então analisada pelos terminólogos que a reduz para os termos realmente válidos (excluindo artigos, preposições, verbos, agrupando palavras com terminações diferentes, mas com mesmo radical, transformando os plurais em singular e os femininos em masculinos – padrão adotado no glossário) e apresenta uma lista prévia de termos a ser validada junto aos especialistas. Assim se estabelece a terminologia, que se refere ao conjunto das entradas que compõem o corpo do glossário, ou seja, é uma lista dos termos selecionados pelos especialistas da área e terminólogos como relevantes para receberem definições. O *Archivarius* também permite a busca dos termos desejados para localizar as definições disponíveis nos textos que serão utilizadas para auxiliar os especialistas na elaboração das definições institucionais. Em geral, diversas opções são extraídas de documentos do próprio órgão, e direcionam o trabalho da equipe envolvida.

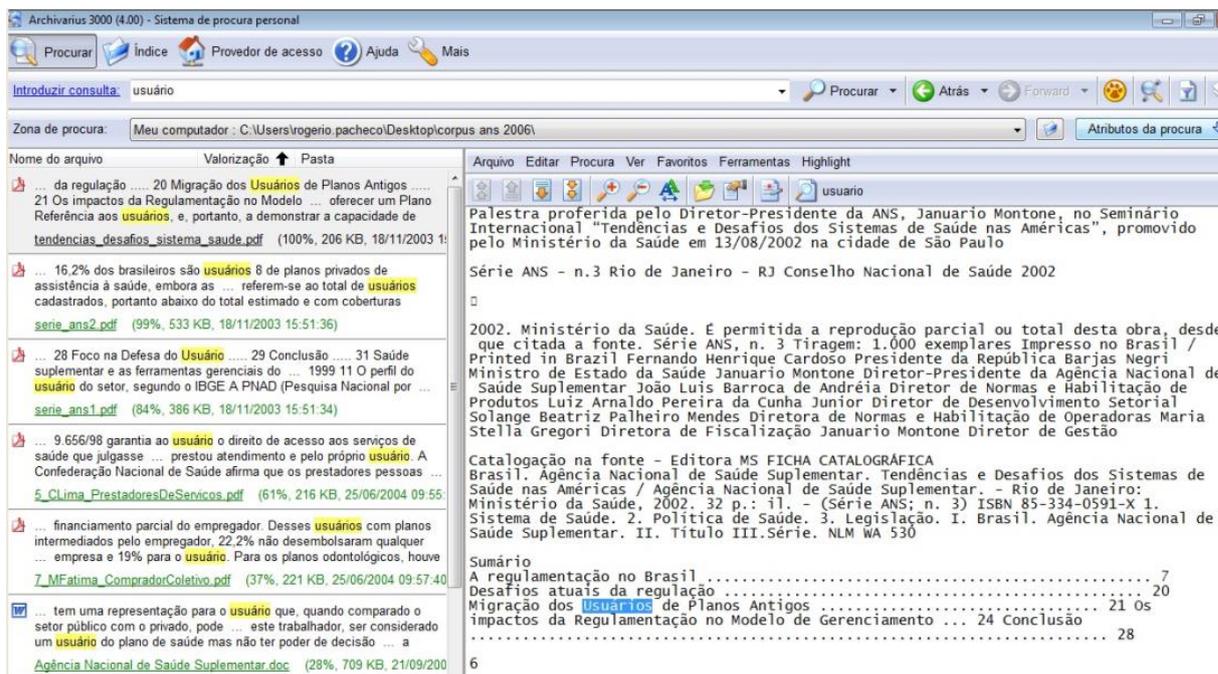


Figura 1 – Tela do programa Archivarius.

Na tela acima, observa-se uma lista de arquivos utilizados no *corpus* do glossário temático de Saúde Suplementar (à esquerda) e detalhe do primeiro arquivo com marcação de um termo buscado (à direita). Por meio dessa busca são encontradas as definições para os termos. Para coleta das definições utilizamos como mecanismo de busca o termo seguido ou precedido de expressões como “refere-se a”, “significa”, “entende-se como”, entre outros.

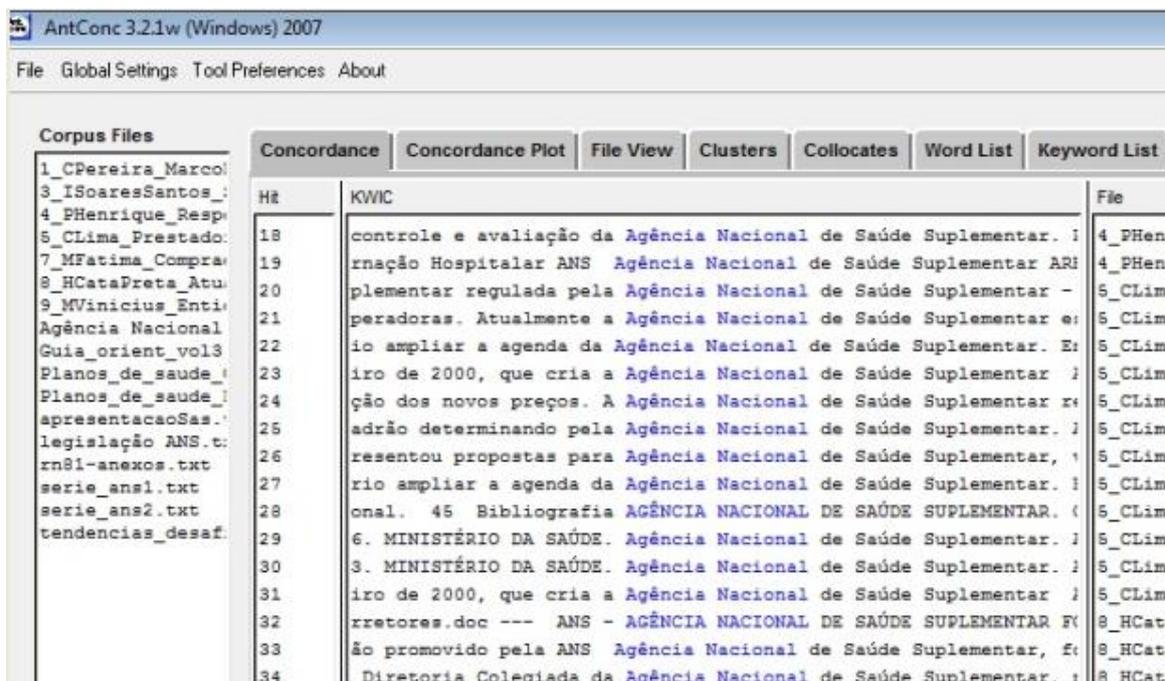


Figura 2 – Tela parcial do programa AntConc.

A imagem parcial de uma tela do program *AntConc* na Figura 2 mostra uma pesquisa feita pela opção “concordanciador” que possibilita a busca de termos para localização de definições ou fraseologias relacionadas nos arquivos selecionados. À esquerda se observam os arquivos do *corpus* e à direita a busca por “Agência Nacional” para verificar a frequência com que ocorre nos textos e as definições disponíveis nos arquivos que auxiliam na elaboração das definições do glossário.

A próxima etapa consta da elaboração das definições dos termos selecionados, que ocorre em reuniões presenciais, normalmente semanais, das quais participam especialistas e terminólogos. Durante esse trabalho, além da definição, também são levantados os demais itens que fazem parte da estrutura do verbete detalhados no item 3.1. Esta é a etapa central do trabalho e, por isso mesmo, a mais demorada, que requer a participação de vários especialistas com domínio na área e com poder de decisão para estabelecer as definições. Os especialistas debatem sobre cada termo e os terminólogos os assessoram quanto à melhor redação das definições de maneira clara, sem ambiguidades, numa única frase, sem circularidade etc.

Segue-se a essa etapa a elaboração dos paratextos do glossário, elucidada no item 3.1.1. Nessa fase já não são mais necessárias reuniões, sendo o trabalho feito à distância, com cada equipe assumindo responsabilidades diferentes. Logo em seguida, todo o trabalho é revisto pela equipe de especialistas, depois pela equipe de terminologia e as alterações propostas pela terminologia são novamente apresentadas e confirmadas com o líder dos especialistas. Normalmente, a homologação do resultado do trabalho é feita junto ao chefe da área especializada, que constará nos créditos do glossário como o revisor final.

O último passo é o envio para publicação, com todas as etapas que isso envolve: revisão de aspectos linguísticos pela área editorial, normalização de acordo com as normas do Conselho Editorial do MS, e diagramação conforme o modelo previamente estudado e desenvolvido para a série glossários temáticos.

O *layout* do glossário foi desenvolvido por profissional da área de *design* que inspirou-se nos dicionários da língua portuguesa brasileira para propor uma organização objetiva e amigável, com fácil acesso para consulta, além de moderno e visualmente atraente. A normalização da folha de rosto, da qual constam dados como equipes que participaram da obra, ISBN e informações bibliográficas, e das referências utilizadas no documento, é elaborada pela equipe de normalização da Editora do MS, de acordo com o previsto nesse órgão. A impressão é feita pelo MS e também pode ser feita pelo órgão parceiro, e a

disponibilização nas páginas da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde e do órgão parceiro na *internet* serve para garantir acesso gratuito a todos os interessados. O glossário de Saúde Suplementar está disponível nas páginas do MS e da ANS.

No desenvolvimento dos glossários baseamo-nos nas propostas da Socioterminologia de Gaudin (1993, p. 69) que “se origina do desejo de levar em consideração as realidades sociais”² (tradução nossa). Assim, entendemos que cada glossário elaborado tem necessidades sociais diferentes, sejam elas internas ou externas ao grupo. Consideramos os contextos em que eles serão utilizados, o público a que se destinam, a necessidade de traduzir ou não, o uso real dos termos na comunidade visada, a necessidade de informações adicionais que complementem a definição, e os sinônimos considerando as variações adotadas pelos diversos públicos que utilizam esse instrumento. Fazemos, portanto, uma intervenção individualizada para cada situação específica de área de especialidade, para alcançar a melhor formatação em cada caso. Entendendo que a inovação está presente em todas as situações da vida da comunidade, os glossários também passam por atualizações quando necessário, recebendo termos novos ou traduções para o inglês e/ou o espanhol.

Ainda segundo Gaudin (1993, p. 169) “uma comissão terminológica é uma solução técnica para um problema social e cultural”³ (tradução nossa). Essa é a forma como são desenvolvidos os trabalhos no âmbito no Ministério da Saúde, sempre com comissões de especialistas da área, sejam servidores efetivos ou consultores do MS, envolvidos diariamente no trabalho e que podem também consultar outros profissionais para tirar dúvidas sobre a exatidão de um termo ou de uma definição.

O movimento propulsor para a elaboração de glossários dentro da instituição é a importância de normatizar o uso de termos em documentos oficiais. Para isso, a equipe de terminologia adequa-se à necessidade das áreas com suas características específicas, sejam elas de tradução, de uso de códigos ou figuras, ou mesmo do nível de detalhamento das definições. E, com a finalidade de atingir o usuário de cada glossário específico, busca-se adotar as variantes que correspondem ao uso desse público.

Cada glossário tem suas próprias características e pode-se dizer que nenhum segue uma metodologia idêntica à dos demais. Assim, os glossários científicos de Traumatologia e Ortopedia (desenvolvido por uma equipe pequena do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO) e de Alimentação e Nutrição (elaborado por uma equipe não

² “procède de la même volonté de prise en compte des réalités sociales”.

³ “une commission terminologique est une solution technique à un problème qui est social et culturel”.

muito grande da Coordenação-Geral da Política da Alimentação e Nutrição do MS) tiveram, numa 2ª edição, seus termos traduzidos apenas para o inglês.

Nos glossários ditos tecnológicos que se referem a sistemas informatizados desenvolvidos dentro do MS. O acesso aos sistemas para conferir a melhor maneira de definir alguns termos e contribuir com as discussões para elaboração das definições auxiliou a equipe na elucidação de dúvidas e, no caso do BPS, provocou alterações no ambiente de produção desse *software*. Nenhum deles recebeu termos equivalentes em outros idiomas. Dos glossários técnicos citados no item 1.2, dois tiveram os termos traduzidos para o inglês e o espanhol (Economia da Saúde e Saúde Suplementar) e os demais são apenas em português, pois não foi manifestada, ainda, a intenção ou a necessidade de traduzir os termos.

O *corpus* de base de cada glossário tem características diferentes, o que implica em seleção de termos realizada de formas diferentes também. A seleção semi-automática é a proposta do projeto, mas, já observamos que, em determinados casos, a seleção manual é necessária por não haver um volume suficiente de textos nos quais a equipe possa se basear para recolha dos termos e definições por frequência.

Já o glossário da ANS foi feito por uma grande equipe interna do órgão, todos lotados no Rio de Janeiro e contratou-se consultor apenas para a tradução para o espanhol. Por ser um glossário a ser utilizado por empresas reguladas pela ANS, passou por validação da diretoria colegiada, órgão máximo da agência reguladora de planos privados de saúde no Brasil.

Alguns glossários desatualizados, DST e Aids, por exemplo, serão revisados.. Nesse caso, observou-se termos cuja denominação foi alterada para adequar-se à nova política de prevenção e adoção de termos “politicamente corretos”.

Os glossários de Promoção da Saúde e de Controle do Câncer (esse no prelo) envolveram grandes equipes, formadas de pessoas com mestrado ou doutorado na área, ativas no meio acadêmico. No glossário de Promoção da Saúde também havia uma equipe mais constante e outros profissionais eram convidados para contribuir à medida que suas opiniões eram considerados relevantes para o melhor desenvolvimento do produto.

No glossário de Controle do Câncer, as reuniões ocorriam durante dois dias seguidos, manhã e tarde, devido à necessidade dos terminólogos terem que se deslocar de Brasília para o Rio de Janeiro. O trabalho foi muito bem recebido e provocou o interesse de desenvolver outro glossário, de Fatores de Risco de Câncer, e a produção de artigos para publicação em

revistas científicas, pois a equipe, que inclui pesquisadores, se interessou por divulgar a importância de um trabalho multidisciplinar para elaboração desse instrumento.

Um dos glossários, Gestão Editorial, tem uma característica específica que foi a inclusão de códigos de revisão em uma tabela ao final do livro, para atender à necessidade da área de revisão do órgão. Foi cogitada ainda a possibilidade de inserir figuras neste glossário para elucidar alguns termos da diagramação, que mesmo com a definição, não estavam muito claros. Essa possibilidade foi rejeitada posteriormente após uma revisão e esclarecimento das definições que causaram dúvidas.

Com este detalhamento de alguns glossários desenvolvidos no Projeto de Terminologia da Saúde pretende-se demonstrar que cada área de especialidade e cada projeto de glossário tem características diferentes e exige tratamentos especiais. A equipe de terminologia entende que isso pode ocorrer e procura se adequar, na medida do possível, às peculiaridades de cada especialidade.

A título de informação, relatamos que observa-se, na elaboração dos glossários, a evolução do nível de entendimento da equipe de terminologia sobre os assuntos tratados. No início dos trabalhos, independentemente de ser em área técnica, tecnológica ou científica, o conhecimento do terminólogo é muito raso em relação ao objeto do glossário. Ao longo das reuniões, por acompanhar as discussões, participar da redação das definições junto com os especialistas e se inteirar do assunto, o terminólogo passa a apresentar sugestões de redação e a fazer considerações pertinentes ao assunto. Esse sentimento de aprendizado é compartilhado pelos profissionais que participam da elaboração do glossário, que relatam terem adquirido muito conhecimento tanto com os seus colegas especialistas quanto com os terminólogos.

1.4 O GLOSSÁRIO DE SAÚDE SUPLEMENTAR: OBJETO DE ESTUDO DESTE TRABALHO

O Glossário Temático: Saúde Suplementar teve uma primeira edição impressa em 2009, na qual constavam 219 termos e respectivas definições, notas e remissivas em português. Imediatamente após a publicação desse instrumento, a ANS solicitou à equipe de terminologia que fosse iniciado trabalho de tradução das entradas do glossário para o inglês e o espanhol,

devido à constante participação da Agência em eventos internacionais e da necessidade de padronizar as traduções disponibilizadas por profissionais internos da Agência e externos (de planos de saúde) que lidam com esse tema. Retomaram-se, então, os contatos e as reuniões presenciais para estabelecimento das traduções dos termos do glossário nesses idiomas. Uma vez que a ANS é uma agência muito dinâmica, ao longo do trabalho de tradução alguns termos tiveram suas definições atualizadas, e surgiu a necessidade de incluir novos termos e excluir aqueles que já não correspondiam às necessidades da Agência e/ou não estavam mais em uso nos documentos oficiais. Dessa forma, o glossário na sua versão trilingue, edição 2012, tem um total de 243 verbetes.

A ANS tem sede no Rio de Janeiro e o Projeto de Terminologia da Saúde está situado no Ministério da Saúde em Brasília, assim, a metodologia de elaboração desse glossário teve uma formatação diferente daquela empregada para o desenvolvimento de glossários com equipes que se encontram na mesma cidade. Devido à impossibilidade de fazer reuniões semanais conjuntas, o trabalho, tanto da primeira quanto da segunda edição, foi realizado à distância, com encontros presenciais aproximadamente a cada dois meses. As equipes se encontraram, sempre no Rio, para formar a parceira inicial, definir a terminologia do glossário, tirar dúvidas sobre as definições que suscitaram maiores discussões, bem como para estabelecer a melhor tradução dos termos. Entre esses encontros, houve conversas por telefone, bem como intensa troca de mensagens na *internet*.

Durante a tradução dos termos, foi contratado profissional apenas para a tradução para o espanhol, uma vez que nas equipes não havia tradutor habilitado nessa língua. Esse tradutor recebeu orientação da Equipe de Terminologia quanto à metodologia a ser empregada para levantamento de equivalências ou elaboração das traduções terminológicas quando não havia uma opção reconhecida para determinado termo. Após a entrega do trabalho do tradutor de espanhol, ele esteve na ANS para tirar dúvidas com a equipe técnica que, dada a proximidade dessas línguas e a maior segurança para elaborar termos equivalentes, não fez muitos questionamentos. Quanto à tradução para o inglês, a própria equipe técnica, que acumula experiência em eventos e reuniões com parceiros de outros países, se sentiu confortável para propor traduções contando também com o auxílio da equipe de Terminologia que tem uma tradutora do inglês (esta mestranda). Nenhuma das equipes dispunha de nativos de inglês ou espanhol envolvidos na tradução, nem mesmo o tradutor contratado era nativo de país de língua espanhola. A tradução para o espanhol não gerou muitos questionamentos, motivo pelo

qual não será abordada neste trabalho. Por outro lado, a tradução para o inglês provocou muita discussão, o que levou ao nosso interesse em desenvolver estudo sobre os problemas e dificuldades diagnosticados durante o processo de tradução da terminologia. Enfatizamos que as definições e notas não receberam tradução, apenas os termos.

No glossário da ANS, os técnicos eram especialistas da área de regulação e trabalhavam nas diretorias de Produtos, de Fiscalização, de Gestão, de Habilitação das Operadoras, de Desenvolvimento Setorial, assuntos nos quais se tornaram superespecializados. Entre os especialistas envolvidos na elaboração do glossário, o conhecimento de inglês variava de muito baixo a muito alto, sendo que alguns profissionais haviam morado dois ou quatro anos nos Estados Unidos para fazer doutorado.

1.5 PÚBLICO ALVO DO GLOSSÁRIO

O domínio do glossário de Saúde Suplementar restringe-se à área de regulação de planos privados de assistência à saúde no Brasil, ou seja, tudo o que se refere a acompanhamento das normas de funcionamento dos planos de saúde, atendimento das operadoras e dos beneficiários dos planos, registro dos planos de saúde, monitoramento da qualidade do serviço, programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, ressarcimento ao SUS, entre outros. A ANS divide-se em Presidência, Diretoria Colegiada e órgãos vinculados, subdivididos em outros órgãos. No glossário em questão são abordados apenas termos das diretorias de Desenvolvimento Setorial (DIDES), Gestão (DIGES), Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), Fiscalização (DIFIS) e Normas e Habilitação de Produtos (DIPRO), todas subordinadas à Diretoria Colegiada (Dicol); e da Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS), um órgão vinculado à ANS. As diretorias e a Câmara compõem os sistemas aos quais estão ligados os termos do glossário.

Inicialmente, quando da confecção do glossário apenas em português, o público alvo delimitado restringia-se aos profissionais iniciando o trabalho na ANS e, numa evolução natural, estendeu-se a públicos envolvidos com a saúde suplementar, sejam empresas prestadoras de serviços, sejam usuários dos planos. Com isso, o léxico utilizado na confecção do glossário foi escolhido em função dos primeiros destinatários, ou seja, quase leigos na área, mas que passariam a utilizar os termos no trabalho. Contudo, em pesquisa recente na

internet, constatou-se que outras entidades estão utilizando o glossário e recomendando-o, como é o caso da Advocacia-Geral da União (AGU) que não apenas o utiliza, reconhecendo-o como “instituto típico” da área de saúde suplementar, como também inseriu em sua página na *internet* excertos do glossário, e um *link* para a página da BVSMS. Isso demonstra que esse produto atingiu outros públicos não focalizados inicialmente. Dessa forma, o público alvo do instrumento continua sendo o inicialmente planejado, com o entendimento de que o glossário ganhou uma abrangência mais ampla.

Por sua vez, o público destinatário das traduções é aquele que faz versões para o inglês e o espanhol, nele incluídos tanto profissionais da ANS que se apresentam em congressos no exterior ou participam de reuniões internacionais da área de saúde suplementar quanto outros servidores da saúde, especialistas, tradutores, intérpretes, assessores linguísticos, professores, estudantes, terminólogos e demais interessados. Uma vez que este é um glossário institucional que visa dar suporte ao público interno do órgão, as traduções destinam-se a auxiliar este público na sua comunicação com seus interlocutores de outros países e apoiar os demais profissionais de tradução na elaboração de documentos a serem apresentados no exterior. Por não ser destinado ao público estrangeiro, não se considerou oferecer a tradução das definições e notas dos termos, embora ao final do glossário sejam apresentados os termos em língua estrangeira remetendo ao termo em português, para localização dos termos no sentido inverso.

As línguas escolhidas para tradução foram o inglês e o espanhol por motivos semelhantes. O inglês, porque é considerado, atualmente, a *língua franca* utilizada como meio de comunicação entre pessoas que falam línguas diferentes, principalmente em ambientes científicos, nas relações internacionais e no comércio mundial. E o espanhol foi escolhido porque todos os países vizinhos do Brasil são hispano-falantes e são nossos parceiros naturais devido à proximidade geográfica, veja-se a relevância do Mercosul, o bloco econômico da região, nas nossas relações comerciais.

Espera-se que o Glossário Temático: Saúde Suplementar seja um instrumento que dê visibilidade ao conhecimento da área por meio de descrição das práticas institucionais e, com frequência, de prescrição dos entendimentos do órgão, uma vez que diversas definições foram retiradas de resoluções normativas da ANS ou baseadas nelas. Pretendeu-se, ainda, esclarecer os termos sem ambiguidades, sem polissemia, sem homonímia, em linguagem clara e acessível ao público em geral. Por ser um trabalho realizado em instituição pública com abrangência nacional, as definições dos termos acabam por ter uma função prescritiva, uma

vez que as decisões da ANS afetam e devem ser respeitadas por prestadores e usuários de planos de saúde. Dos termos em inglês e espanhol, espera-se que sirvam como diretrizes para os profissionais que utilizam esta linguagem de especialidade para o tratamento mais harmonioso e sistematizado dos trabalhos técnicos da área. Dizemos diretriz por serem termos homologados pelo órgão, mas que, dependendo do uso pelo tradutor, podem exigir adaptações ao contexto.

Este glossário foi homologado pela Diretoria Colegiada, o órgão máximo da ANS, que procedeu a uma revisão das definições e ainda sugeriu, na fase final, a inclusão de novos termos. Como característica peculiar desse glossário enfatiza-se a participação de diversas instâncias do órgão, devido ao reconhecimento da importância do instrumento para a vida da sociedade brasileira. A tradução do nome da Agência, p. ex., foi submetida à área de *Marketing* e à Diretoria Colegiada, por tratar-se de título representativo do órgão, que requer, portanto, considerações não apenas linguísticas e de tradução, mas também políticas, econômicas e de relações internacionais.



Esquema 2 – Força reguladora da ANS sobre a relação Beneficiários/Planos de Saúde

Na função de reguladora da relação beneficiários/planos privados de assistência à saúde, a ANS necessita de uma terminologia regulada. O glossário regula a terminologia, assim, seu público é essencialmente interno à ANS. O público da tradução, sendo também interno, precisa trocar experiências com instituições irmãs de países anglófonos, principalmente com os EUA. Esse público busca no glossário o uso do termo para redação das suas comunicações nessas trocas internacionais.

2. QUESTÕES TEÓRICAS

Que essa planta luxuriante de uma longínqua praia do Sudoeste nos chegasse aqui ao Este não violentamente arrancada a seu lugar, mas retirada com o maior número possível de raízes e alguns torrões do solo natal, para poder melhor aclimar-se num solo estrangeiro. (GREGUSS, in RÓNAI, 2012, p. 128)

2.1 TERMINOLOGIA COMO ÁREA DE ESTUDO

A Terminologia é uma atividade prática interdisciplinar que recebe contribuição de outras ciências para o seu desenvolvimento e contribui com as diversas ciências na elaboração de produtos e realização de estudos. Seus objetos de estudo envolvem os termos e suas definições, com todas as informações relativas a eles e como área de atuação a Terminologia se interessa por todas as especialidades sejam elas técnicas, científicas, teóricas ou práticas. Com o objetivo prático de estudar, coletar e elucidar os usos dos termos das diversas áreas de conhecimento humano, a Terminologia é uma ciência que busca aprofundar o entendimento dos termos nas áreas de especialidade e precisar as relações comunicativas entre diferentes áreas de conhecimento a fim de evitar ambiguidades.

Desde que a humanidade utiliza termos específicos para denominar utensílios, técnicas, teorias ou ideias sobre suas atividades profissionais, esportivas, intelectuais ou qualquer tipo de tarefa especializada, a terminologia sempre esteve presente. A terminologia ainda é uma disciplina nova que até recentemente era vista mais como uma prática para solucionar questões objetivas de denominação em línguas de especialidade do que como uma disciplina por si mesma com suas teorias e princípios. Embora ainda esteja se firmando como ciência, já conta com teorias reconhecidas e adeptos renomados enriquecem as discussões na área.

2.1.1 Teorias da Terminologia

Apresentamos aqui um panorama das diferentes teorias terminológicas com o propósito de demonstrar que elas se complementam, não se excluem. Diferentes glossários

requerem abordagens diferentes, portanto, há espaço para teorias e abordagens distintas na terminologia.

2.1.1.1 Teoria Geral da Terminologia (TGT)

Como matéria de estudo, a Terminologia moderna tem seu início marcado pelos trabalhos de Eugen Wüster (1898-1977), engenheiro e industrial austríaco que, no início do século XX, desenvolveu a Teoria Geral da Terminologia (TGT). Wüster foi fundador ou participante ativo de diversas instituições de terminologia e normalização, entre as quais a ISO (International Standardization Organization), o ASI (Austrian Standards Institute) e a Infoterm (International Information Centre for Terminology), sendo considerado o “pai da terminologia” devido a todas suas realizações.

Cabré (2003, p. 165) menciona que, entre os objetivos da TGT estão incluídos eliminar a ambiguidade de linguagens técnicas valendo-se para isso da padronização da terminologia; convencer os usuários de linguagens técnicas sobre os benefícios da terminologia padronizada, estabelecer a terminologia como uma disciplina e dar-lhe um *status* de ciência. Para alcançar estes objetivos, Wüster se propunha a elaborar princípios internacionais de padronização, formular os princípios gerais da terminologia e criar um centro internacional para coletar, disseminar e coordenar as informações sobre terminologia (op. cit., p. 165-167). Wüster tinha uma visão idealizada da terminologia, que o levava a entendê-la como uma ciência prescritiva, normatizadora e onomasiológica. Além disso, ele defendia a monossêmia do termo, hierarquizava os termos e considerava que a TGT poderia ser utilizada em todas as áreas.

Os primeiros trabalhos wüsterianos foram todos de cunho prático, com preocupações metodológicas e normativas, devido a sua concepção de terminologia como instrumento de trabalho, cujo objetivo era alcançar uma precisão e eliminar a ambiguidade na comunicação científica e técnica. Isso explica a relevância que Wüster atribui à correspondência única entre termo e conceito, i.e., a univocidade do termo, no trabalho terminológico e sua defesa da normalização terminológica. Ao adotar uma abordagem onomasiológica (do conceito para o termo), Wüster dá ênfase ao termo. Para ele, o conceito precede o termo, sendo esse criado deliberadamente para denominar determinado conceito, o que torna o termo uma etiqueta. Ele

entende ainda que o termo deve ser unívoco, ter apenas um significado, e ser monorreferencial, ou seja, deve designar um único objeto; situação idealizada que não ocorre na prática.

Sobre a univocidade entendemos que, da mesma forma como ocorre em qualquer língua, inclusive nas linguagens de especialidade, as línguas são dinâmicas, e acolhemos o que diz Barbosa (1997, s/n):

A tese da univocidade que pretende conferir especificidade ao termo, defendida pelas instituições de normalização, já recebeu muitas críticas e talvez a principal delas seja a de ter esquecido de reconhecer que as linguagens especializadas, como qualquer outro tipo de linguagem, são dinâmicas, mutáveis, podendo sofrer variações.

A monorreferencialidade torna-se possível quando o termo é entendido dentro de uma área de especialidade específica. Ou, como diz Guilbert (1973, p. 10), a univocidade do termo existe quando ele tende a ser monossêmico, ou melhor, monorreferencial.

Quanto às principais críticas à TGT, Cabré (1998, p. 343-364) cita que ela limita o objeto às unidades unívocas normalizadoras próprias dos âmbitos científico-técnicos, reduz a atividade terminológica à recolha de conceitos e termos para a normatização (fixação de noções e denominações normatizadas), circunscreve os âmbitos especializados à ciência e à técnica e limita seus objetivos para assegurar a univocidade da comunicação profissional, que considera fundamental no plano internacional. A TGT também não explora a dimensão social dos termos, pois os concebe unicamente como elementos denominativos (dimensão representacional) e limita seu uso à comunicação entre especialistas e profissionais (dimensão comunicativa). Ferreira (2000, p. 46) vê na função prescritiva da TGT uma limitação que não considera o caráter dinâmico das áreas científicas, pois o que se percebe é que Wüster não concebia as linguagens de especialidade enquanto linguagem, mas como nomenclaturas fechadas para denominação de conceitos e instrumentos.

Segundo alguns estudiosos (a partir de 1990), a teoria de Wüster não consegue descrever satisfatoriamente o léxico especializado. Hoje, é considerada uma teoria insuficiente, por ser logicista (modelo de organização do conhecimento de caráter hierárquico e binário), universalista (as normas e métodos aplicam-se a contextos geográficos e realidades socioeconômicas, culturais e linguísticas completamente distintos), estatista (perspectiva estritamente sincrônica, apesar de reconhecer que os conceitos evoluem), reducionista (pretende aplicar a outras ciências o que foi aplicado originalmente na mecânica e

engenharia), idealista (parece querer refletir um mundo idealizado em que os conceitos são preexistentes às línguas, criados por consenso em um laboratório) (ALMEIDA, 2003, pp. 211-222).

O glossário temático de saúde suplementar tem características que se assemelham à proposta da TGT, uma vez que busca a desambiguação dos termos, o que ocorre por meio de termos que buscam a univocidade e a monorreferencialidade. Entretanto, esta univocidade é conquistada por meio de termos bastante extensos que chegam a ser uma paráfrase da sua definição. Além disso, por ser uma agência reguladora com poder de prescrever normas, cumpre à ANS também o papel normativo de estabelecer as definições e eleger o termo a ser usado entre as variações inerente a qualquer linguagem. Essas variações foram discutidas internamente pelos especialistas da Agência, sem contar com a participação do público alvo das normas, as operadoras de planos de saúde.

Cabré considerou a TGT uma teoria válida para resolver a comunicação padronizada. Portanto, nas ciências exatas, hierarquizadas e taxonômicas, como a química e a biologia, por exemplo, é possível aplicar a TGT, mas não nas ciências humanas, cujos termos só passam a denominar um conceito quando já estão estabelecidos em determinada área de conhecimento especializado.

Com o tempo, a noção de abrangência da TGT foi questionada e novas teorias surgiram contrapondo seus princípios. As contradições entre essa teoria da terminologia e a prática terminológica levantaram discussões sobre a sua validade. A TGT foi considerada uma teoria insuficiente (CABRÉ, 1999, p. 129) e, com as contribuições advindas de outros pesquisadores, surgiram novas propostas.

2.1.1.2 Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) desenvolvida por Maria Teresa Cabré i Castellvi surge como uma crítica à rigidez da TGT sendo considerada uma teoria mais ampla e flexível do que aquela proposta por Wüster. A TCT advoga pela poliedricidade do termo, defende seu caráter comunicativo, aceita a variação ou sinonímia (na qual dois ou mais termos podem se referir a um mesmo conceito), diz que o termo faz parte da linguagem natural, e que a terminologia é temática, pois refere-se a um tema específico. Para Cabré, a terminologia é

interdisciplinar e envolve tanto as ciências da linguagem quanto as ciências cognitivas ligadas ao conhecimento e aos aspectos comunicativos.

Para a TCT o termo é uma unidade poliédrica: a unidade linguística (o termo), a unidade cognitiva (o conceito) e unidade de comunicação (a situação de comunicação). São três as perspectivas do trabalho terminológico: a social ou comunicativa, a cognitiva e a linguística. A perspectiva social ou comunicativa considera a adequação da teoria à finalidade e às necessidades comunicativas dos profissionais e usuários envolvidos; pressupõe que emissor e receptor tenham um conhecimento prévio do assunto e das normas de uso da língua, e também participem das comunicações com intenções e expectativas próprias de transmitir e de receber a informação (CABRÉ, 1993, p. 104). A perspectiva cognitiva refere-se ao processo que leva ao conhecimento do domínio especializado de trabalho, por meio do qual se apreende a realidade (op. cit., p. 96). Aqui é necessário que o indivíduo entenda a relação existente entre o termo e o conceito ao qual se refere. A perspectiva linguística propõe o uso de um modelo que abranja a competência e a atuação (*langue e parole* de Saussure) do falante.

Segundo Cabré (1999, p. 133-34), “a Terminologia, vista como uma disciplina linguística, deve dar conta da descrição dos códigos, da descrição dos atos comunicativos especializados reais, da explicação do funcionamento da terminologia dentro da linguagem natural e da elaboração de aplicações terminológicas diversas que satisfaçam necessidades comunicativas igualmente diversas”. Com isso, ela argumenta que os termos fazem parte do sistema linguístico comum, não estão dissociados dele, sendo vistos como palavras quando usados na linguagem comum ou como termos quando empregados dentro de uma linguagem de especialidade. Assim, linguagem de especialidade e língua comum fornecem termos/palavras uma para a outra, em ambas direções em um processo de enriquecimento mútuo.

A variação, um fenômeno das línguas naturais, também é vista como sendo admissível na linguagem de especialidade, pois essa não é um sistema dissociado da língua comum. Ao evoluir para a aceitação da variação, a TCT assume também a possibilidade de sinonímia, que admite que dois ou mais termos se refiram a um mesmo conceito, e de polissemia, em que uma palavra tem dois ou mais significados diferentes (o que pode ocorrer dentro da mesma linguagem de especialidade ou em linguagens diferentes).

Para a TCT, a terminologia é temática e os termos podem pertencer a campos diferentes, sendo inclusive tomados emprestados de uma área de conhecimento para outra. Os termos devem ser considerados dentro de sua área de especialidade, pois adquirem significados singulares a ela. Assim, o uso que a comunidade daquela especialidade faz dos termos é mais relevante do que a sua padronização e é o termo que deve ser descrito nos produtos terminográficos em um processo semasiológico.

Para Barros (2006, s/n) “o conceito não é imutável e nem universal, mas a expressão de um conjunto de elementos de natureza linguística que se consubstanciam em um texto que possui não apenas uma dimensão linguística, mas também pragmática, discursiva e comunicativa”. Com essa observação, Barros corrobora o entendimento da TCT de que o termo e o conceito ao qual ele se refere sofrem mudanças diacrônicas, diastráticas, diafásicas, etc. Portanto, os aspectos comunicativos, sociais e de adequação às necessidades dos usuários de determinada área de conhecimento são mais relevantes do que a normatização de termos e o estabelecimento de univocidade ou padrões prescritivos pregados por Wüster.

Em vários aspectos o trabalho do glossário temático de Saúde Suplementar se assemelha à proposta da TCT, principalmente por ser um trabalho descritivo, ou seja, semasiológico, que parte dos termos já utilizados no órgão e propõe uma definição elaborada por uma equipe de especialistas. Outro aspecto em que ele se compara a esta abordagem é a adoção de variantes que são mencionadas no glossário remetendo para o termo preferencial, mas que não deixam de ser reconhecidas. Inclusive termos que não são mais utilizados são incluídos no glossário com a indicação da nova denominação. O aspecto comunicativo do glossário é observado na intenção de esclarecer os termos não apenas fornecendo as definições, mas contribuindo com informações adicionais por meio de notas. As notas, dizem respeito, principalmente, a informações jurídicas, econômicas, e da legislação pertinente, representam uma preocupação do órgão com o entendimento da mensagem e elucidação de pontos que possam exigir complementação de informação em relação à definição.

2.1.1.3 Socioterminologia

Termo inicialmente empregado por Boulanger em 1991, socioterminologia é uma abordagem menos prescritiva da terminologia do que aquela proposta pela TGT. Segundo

Faulstich (1995, p. 1), a socioterminologia é uma “disciplina descritiva, [que] estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social”. Ela considera a linguagem de especialidade como um socioleto técnico, científico ou institucional. Sendo o socioleto “um sistema de signos e regras sintáticas usado num dado grupo social” (Dubois, 1998, p. 184), a socioterminologia prioriza o estudo da comunidade de especialistas que compartilham um “jargão” comum, e delimita os participantes que fazem parte de determinado grupo. É, portanto, a linguagem especializada que estabelece os limites da comunidade de participantes para “refletir sobre níveis intermediários entre o locutor, sujeito de fala, e a comunidade linguística que compartilha o uso de uma mesma língua” (GAUDIN, 1993, p. 179, tradução nossa) ⁴. Outra característica dessa teoria é o entendimento de que a linguagem de especialidade faz parte da língua comum e, portanto, também é suscetível a variação conforme a cultura do público que a utiliza.

Nessa corrente terminológica o aspecto social é enfatizado e a variação terminológica é analisada pelo ponto de vista descritivo. Segundo Faulstich (op. cit., p. 2), a socioterminologia procura compreender: “1) as causas da aceitação ou declínio de uma ou outra variável”, que, nesse glossário, entendemos por termos recomendados ou em desuso, respectivamente, “2) as condições de circulação de um termo, 3) a influência dos princípios de etnografia e cultura, ou seja, circunscrição das situações em que se dá a gênese dos termos e suas variantes, assim como a definição da comunidade científica que os emprega”. A socioterminologia se interessa, portanto, em estudar o processo de denominação dos termos, não sendo uma teoria que sugere como os termos devem ser criados e descritos.

A abordagem socioterminológica se interessa por estudar as circunstâncias em que os termos foram criados dentro das linguagens de especialidade, sejam elas científicas ou técnicas, e faz uma conexão entre desenvolvimento de terminologias de especialidade (no sentido de nomenclaturas e definições) e sua relação com a sociedade. As variações socioculturais dos termos utilizados por diferentes profissionais da mesma área são consideradas pela socioterminologia. Essa procura contemplar as variantes nos seus produtos proporcionando dessa forma acesso e entendimento a um público heterogêneo.

Essa teoria busca também cumprir um papel de influenciadora do planejamento linguístico do país, tanto no que se refere à criação de um léxico próprio de sua população quanto no estabelecimento de variantes preferidas em relação aos termos emprestados de

⁴ “réfléchir sur des niveaux intermédiaires entre le locuteur, sujet de parole, et la communauté linguistique qui partage l'usage d'une même langue”.

outras línguas, isto é, o uso preferencial do vernáculo em oposição ao termo emprestado, o que no glossário da ANS ocorre ao contrário: por ser uma versão e por estarmos defendendo nosso vernáculo, buscamos levar nossos termos para o exterior. No entendimento de Gaudin (s/data, p. 26), a perspectiva socioterminológica “corresponde ao desenvolvimento das preocupações sociais e políticas às quais ela permite oferecer elementos de resposta”⁵ (tradução nossa). E, como instrumento representativo de uma instituição pública no cenário internacional, a partir de suas traduções, o glossário da saúde suplementar cumpre o papel de exportador de termos criados no país.

A socioterminologia reflete as várias maneiras de entendimento e denominação de um mesmo conceito e contempla o semantismo discursivo do termo, ou seja, que a unidade terminológica além de ser resultado de um ato denominativo (o que a faz tender para um monossemtismo) também é uma unidade de comunicação, o que provoca uma negociação do seu sentido nos discursos produzidos. É com essa percepção que a definição dos termos nos glossários desenvolvidos no Projeto de Terminologia da Saúde passa pela discussão e cooperação dos seus usuários. O sentido de negociação não deve ser levado ao pé-da-letra, mas ser entendido como uma observação do uso da terminologia pelos diversos usuários considerados no glossário, o que se reflete na adoção das variantes dos termos. Em grande parte é a circulação dos termos entre seu público que define se ele será contemplado no glossário. O termo traduzido será inserido conforme a conveniência da Agência, uma vez que o glossário não se destina ao estrangeiro, mas ao servidor da ANS que participa de eventos internacionais. Por serem glossários de um órgão federal (Ministério da Saúde), a escolha e a adoção de termos e definições num instrumento institucional dependem da aceitação dos gestores do órgão, pois além de ser nacional, a instituição é política.

Durante a elaboração do glossário em estudo houve a preocupação de incluir os termos adotados por diversos tipos de usuários. Isso se observa claramente, por exemplo, na adoção de tantos sinônimos para o termo “Beneficiário de plano privado de assistência à saúde”, que recebeu sete sinônimos referentes ao seu uso por planos de saúde, pela população, por órgãos de defesa do consumidor e pela própria agência. Isso denota a função social do glossário de estar atento aos contextos que ele atingirá. No entanto, seu caráter institucional elege entre os sinônimos o termo recomendado para uso nos documentos contratuais e jurídicos.

⁵ “développement des préoccupations sociales et politiques aux quelles elle permet d'offrir des éléments de réponse”.

2.1.1.4 Terminologia Textual

No terceiro volume de *As Ciências do léxico*, Maciel (2007, p. 377) relata que a terminologia textual é uma metodologia descritiva que “procura em textos especializados as expressões linguísticas que, em função de um fim visado, representam o conhecimento de dada área”. O objetivo dela é produzir instrumentos terminográficos, glossários e dicionários, construídos em parceria entre o terminólogo e o especialista da área. Essa abordagem, como a TCT e a Socioterminologia, também admite variação nos termos e sinonímia.

A Terminologia Textual (TT) baseia-se na linguística computacional que auxilia na coleta e análise de textos em volume suficientemente representativo e proporciona maior agilidade para selecionar a terminologia reconhecida em determinada área de especialidade. A linguística de *corpus* contribui com informações estatísticas recolhidas de bibliografias de referência sobre os termos empregados que podem ser elencados de acordo com as preferências do pesquisador.

A Terminologia Textual é um estudo empírico pela observação dos dados que o *corpus* nos revela de acordo com o aparecimento recorrente de termos, sejam eles termos simples ou expressões sintagmáticas. Esta teoria apoia-se em consulta aos profissionais especializados da área para definir os termos, para estabelecer quais são os termos preferidos ou os menos usados (que serão as variantes) e quais são rejeitados pela área. É a equipe de profissionais, apoiada pelos textos base do assunto, que define o termo, numa abordagem descritiva. De acordo com Finatto (2004, p. 352), a terminologia textual estuda “o texto que tenha termos”, baseando-se, portanto, no texto, seu principal instrumento de trabalho, que será a fonte para confirmar a ocorrência de termos na linguagem de especialidade.

A Terminologia Textual contribui com o tradutor também, no sentido em que fornece comprovação da origem dos termos a partir de textos escritos originalmente nas línguas fonte e meta com as quais o tradutor está envolvido. Por meio de uma comparação de textos originais em línguas diferentes é possível detectar as equivalências (mesmo que parciais) para os problemas vistos na tradução, o que coopera para reduzir o risco de inadequações discursivas. A linguística de corpus possibilita ainda localizar os colocados, as palavras que ocorrem junto ao termo, e aperfeiçoar a redação da tradução de acordo com a linguagem utilizada naturalmente nos trabalhos de especialistas em seus discursos de especialidade.

O aspecto de terminologia textual deste glossário centra-se no fato de ele e todos os outros do Projeto de Terminologia da Saúde serem realizados a partir de um levantamento

inicial da bibliografia recomendada pelo órgão para montagem de um *corpus* de pesquisa organizado no *software Archivarius*. A partir desse *corpus* que reuniu dezessete textos elaborados por profissionais da ANS para uso interno, como o Relatório de Gestão e algumas pesquisas de funcionários, e de leis e resoluções normativas da ANS, conforme demonstrado na tabela abaixo, é feita uma busca pelos termos que mais aparecem nos documentos para confeccionar a terminologia do glossário. Após esse trabalho realizado pelo *software AntConc*, foi feita uma seleção manual dos termos que foram, então, compartilhados com os especialistas. Foram localizados 310 termos com frequência significativa (mais de 20 ocorrências nos textos), aos quais foram acrescentados os termos das contribuições dos especialistas da Agência. O trabalho inicial de elaboração do glossário parte dos princípios da terminologia textual, ou seja, elaboração de um *corpus* – conjunto de textos representativos da área temática – e um diálogo permanente com os especialistas.

Termo	Documento
ABI (Aviso de Beneficiário Identificado)	relatorio_gestao_ans.pdf
abrangência geográfica	Guia_orient_vol3.pdf
Usuários	5_CLima_PrestadoresDeServicos.pdf
Diretoria colegiada	Lei nº 9.96
Franquia	RN 100, inciso I do art. 3º, da Resolução CONSU n.º 08, RN 95, RDC 29

Quadro 1 – Exemplos de termos obtidos a partir de seleção feita com o *software Antconc*.

O *corpus* em inglês é, na verdade, um banco de textos e fontes de pesquisa, uma vez que foi construído a partir das consultas para localizar as melhores traduções para os termos em português. Dentre as fontes utilizadas estão sites, glossários e dicionários, como: <http://www.docstoc.com/docss/960789/WORKING-PAPER-ON-INSURANCE-GUARANTEE-SCHEMES>; http://docs.house.gov/rules/health/111_ahcaa.pdf; <http://iate.europa.eu/iatediff/>; <http://www.euro.who.int/observatory/Glossary/TopPage?phrase=E>; e o dicionário Merriam-Webster Online 2004.

2.1.2 Noções de Terminologia

O trabalho terminológico envolve a reflexão sobre diversos conceitos que influenciam na abordagem desta temática. Assim, é necessário tecer considerações a respeito da distinção entre linguagem de especialidade e linguagem artificial, bem como estabelecer a abrangência da unidade terminológica e entender as características da definição terminológica.

2.1.1.1 Linguagem de especialidade

O Quadro 2, baseado em Cabré (1993, p. 130-132), elenca as diferenças e semelhanças entre linguagem de especialidade e linguagens artificiais. Em diversos aspectos este limite é bastante tênue, o que se observa pelo uso dos verbos “tender” e “poder” em várias características da linguagem de especialidade. Isso levou Cabré (op. cit., p. 132) a dizer que as linguagens de especialidade estão a meio caminho entre as linguagens artificiais e as naturais.

A linguagem de especialidade é um subconjunto da língua comum. Ela faz parte da língua e se diferencia dessa por ser utilizada em um meio restrito aos especialistas no assunto. Conforme Cabré (op. cit., p. 134 e 138), a linguagem de especialidade restringe-se por uma temática específica a um grupo no meio do qual os termos de determinado assunto são compartilhados. Além disso, elas são características de uma situação comunicativa (meio técnico, científico) e têm a finalidade de veicular um conhecimento unificado e a fraseologia da área entre os interessados no mesmo tema. Pavel (Termium, Online) define linguagem de especialidade como “linguagem natural usada por uma comunidade de especialistas em uma área de conhecimento específica”⁶ (tradução nossa), sendo portanto restrita pela área de atuação e não pelos termos que contém. Dessa forma, em oposição a língua comum, usada para comunicação entre os membros de uma comunidade linguística, a linguagem de especialidade é uma terminologia específica a um grupo de usuários de uma área de atuação.

⁶ “Natural language used by a community of subject specialists in a particular field of knowledge”.

	LINGUAGENS ARTIFICIAIS	LINGUAGEM DE ESPECIALIDADE
D i f e r e n ç a s	São linguagens inventadas.	Não podem ser consideradas linguagens inventadas, pois fazem parte da língua comum.
	Baseiam-se na linguagem natural.	Já fazem parte da língua comum.
	Não admitem novas unidades a menos que já tenham sido estabelecidas e conceitualizadas previamente.	Podem admitir novas unidades, mas sua entrada deve ser controlada.
	São unívocas, portanto não admitem sinônimos ou polissemia.	Tendem a ter uma denominação para cada conceito (só tendem), tendo um grau de sinonímia não controlado.
	Têm uma sintaxe reduzida.	Têm todas as possibilidades sintáticas da língua comum.
	Têm um repertório de signos reduzido originariamente registrados de forma escrita.	Contam com um repertório de signos não necessariamente reduzido, prioritariamente escrito, mas que também ocorre em forma oral.
S e m e l h a n ç a s	Têm validade supranacional.	Tendem a ter validade supranacional.
	Não desenvolvem as funções emotiva e poética da linguagem.	Tendem a não desenvolvem as funções emotiva (foco no remetente) e poética (foco na mensagem) da linguagem a menos que seja no mesmo grau em que ocorrem na língua comum.
	Têm uma conceitualização prévia controlada.	Têm uma conceitualização prévia bastante controlada.

Fonte: Cabré, 1993, p. 134 e 138.

Quadro 2 – Diferenças e semelhanças entre linguagem artificial e linguagem de especialidade.

Os glossários do Projeto de Terminologia da Saúde apresentam as qualidades das linguagens de especialidade sendo que cada glossário se refere a um tipo de especialidade, como já dissemos anteriormente, técnica, tecnológica ou científica. A linguagem utilizada aqui tem validade nacional, e deve ser adotada e respeitada pelas operadoras de planos de saúde, e passa a ter validade supranacional a partir do momento em que é exportada. Consideramos essa validade supranacional relativa pois a ANS, um órgão regulador da Saúde Suplementar no Brasil, propõe os termos que entende serem os mais representativos da sua realidade sociopolítica. Além disso, no que se refere às traduções, os tradutores de outros países, ao traduzirem os termos do glossário podem optar por uma tradução que considerem mais equivalente ou mais elucidativa em seus contextos. De qualquer forma, entendemos que as traduções são um auxílio para os usuários, que foram validadas por um comitê técnico e, portanto, são reconhecidas pelo órgão, mas não há uma imposição do seu uso. O glossário também tem uma conceitualização bastante controlada, conforme previsto por Cabré, e coloca ênfase no conceito e não no termo (alguns termos tiveram suas denominações alteradas ao longo do tempo), característica da TCT da mesma autora.

2.1.2.2 Unidade terminológica ou termo

“o termo técnico-científico não é um elemento periférico nas comunicações especializadas. Ao contrário, é nódulo cognitivo central” (KRIEGER, 2006).

De acordo com Dubuc (2002, p. 33), a palavra “termo” corresponde aos elementos que constituem uma nomenclatura terminológica ligada a uma língua de especialidade, sendo ele o elemento central de toda a terminologia. Portanto, ele concorda com Cabré (1993, p. 169) que conceitua os termos como “as unidades de base da terminologia [que] designam os conceitos próprios de cada disciplina especializada”⁷ (tradução nossa).

De acordo com Barros (2004, p. 39-40)

A terminologia tem como unidade padrão o *termo*, definido pelos organismos internacionais de normalização como ‘designação, por meio de uma unidade lingüística, de um conceito definida em uma língua de especialidade’ (ISO 1087, 1990, p. 5). O termo é, portanto, uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico, e também chamado de unidade terminológica.

A ISO 1087-1:2000 (p. 6) fez breves alterações na definição de termo da seguinte forma: “designação verbal de um conceito geral em uma área especializada específica”⁸, à qual acrescenta uma nota: “um termo pode conter símbolos e pode ter variantes, isto é, formas ortográficas diferentes”⁹.

Cabré (op. cit., p. 171) classifica os termos em três perspectivas diferentes: a formal, segundo a qual os termos são conjuntos fonológicos, que podem ser articulados foneticamente e representados graficamente; a semântica, que entende os termos como unidades que se referem a uma realidade e portam significado descrito por características distintivas; e a funcional, para a qual os termos são unidades distributivas relacionadas a um entorno linguístico específico e que nesse discurso se combinam com outros termos específicos ao mesmo tema.

Em *Fundamentos de la Terminología*, Cabré (1993, p. 176-177) distingue os termos entre simples e complexos, dependendo do número de morfemas que os compõem. Os termos

⁷ “las unidades de base de la terminologia, [que] designan los conceptos propios de cada disciplina especializada”.

⁸ “verbal designation of a general concept in a specific subject field”.

⁹ “A term may contain symbols and can have variants, e.g. different forms of spelling”.

simples são formados por uma única palavra (p. ex.: Plano) e podem ter origem complexa, como, por exemplo, as siglas e acrônimos. E os termos complexos são subdivididos por ela em derivados, aqueles formados por adição de afixos a bases lexicais (p. ex.: Adaptação) e compostos, formados combinando-se duas ou mais bases lexicais (p.ex.: Contraprestação) e podem ainda ser formados por um sintagma terminológico (p. ex.: Agravo de contraprestação pecuniária). Conforme a função que desempenham no discurso, Cabré (op. cit., p. 180) diz que os termos podem ser substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios, sendo que na terminologia se observa muito mais substantivos do que termos de outras categorias gramaticais. Quanto ao significado, podem conceituar objetos (expressos por substantivos), processos (expressos por verbos), qualidades (expressos por adjetivos) ou relações (expressos por adjetivos ou verbos). Quanto à procedência, podem ser originários do próprio vernáculo ou ser emprestados de outro idioma.

Krieger e Finatto (2004, p. 33) apresentam a distinção do entendimento do conceito de “termo” para a Teoria Geral da Terminologia (TGT) e para a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). As autoras lembram que, para a TGT, os termos não pertencem às línguas naturais, “pois são compreendidos como unidades de conhecimento que comportam denominações”, são rótulos, “etiquetas denominativas criadas com determinadas peculiaridades que permitem fugir das ambiguidades do léxico comum”. Já para a TCT, a princípio não existem termos, “nem palavras, mas somente unidades lexicais” (op. cit., p. 35), pois apenas quando utilizadas dentro de uma linguagem de especialidade estas se tornarão termos. Para a TCT, os termos fazem parte da “linguagem natural e da gramática da língua” (op. cit., p. 35), o que aproxima o termo e a palavra por não terem eles diferenças estruturais significativas.

Quanto à ligação do termo com sua noção, Dubuc (2002, p. 36) argumenta que essa relação é basicamente convencional, uma denominação arbitrária do signo linguístico. Entretanto, um termo pode ser motivado se recuperar a noção de um outro termo já estabelecido anteriormente, tanto unindo dois semas com sentido definido, quanto unindo um sema a um afixo novo ou palavra emprestada de outro idioma. “A motivação é útil, mas não necessária. A relação de um termo com sua noção é garantida por uma convenção estável e bem estabelecida” (op. cit., p. 36). Dubuc acrescenta que, idealmente, cada termo deve se relacionar a uma única noção dentro de uma língua de especialidade e esta noção deve ter apenas um termo, relação denominada biunivocidade.

Os termos adquirem o estatuto de biunivocidade quando são utilizados dentro de uma disciplina específica, que tem um número reduzido de usuários conhecedores dos conceitos relativos a eles. Sager (1993, p. 91) diz que os termos são a “representação linguística dos conceitos” e que a sua designação dentro das linguagens de especialidade busca a transparência e consistência dos termos. Sager (op. cit., p. 93) reforça ainda que atualmente a Terminologia aceita os sinônimos e as variantes e se opõe à “atitude estritamente prescritiva do passado que associava um conceito a um único termo”.

Segundo Dubuc (2002, p. 57),

“a unidade terminológica é a denominação de uma noção única para o domínio de estudo porque ela pertence exclusivamente a este domínio, isto é, ela não é observada em nenhum outro, pois é objeto de utilização específica neste domínio”¹⁰ (tradução nossa).

A unidade terminológica surge na linguagem de especialidade e pode ter uma extensão curta ou longa, pode ocorrer na língua vernácula ou na estrangeira, pode ser uma sigla, um neologismo, pode vir da linguagem comum ou se transformar em um vocábulo desta e refere-se apenas ao contexto da especialidade em que foi criada. É uma unidade cuja existência é reconhecida na área de especialidade. A partir do momento em que se percebe que ela é muito utilizada, essa frequência de uso confere a ela o estatuto de termo.

Quanto à tipologia dos termos, o número de palavras no termo é um parâmetro utilizado pelos autores para fazer uma distinção. Pavel e Nolet (2002, pp. 20 e 131) fazem a distinção entre termos simples, aqueles formados por uma única palavra (p. ex.: Plano), que podem ser também formados por derivação (p. ex.: Adaptação; Consumidor) ou acronímia/sigla (p. ex.: Cadop; ANS); e termos compostos, que, por sua vez, são formados por um grupo de palavras que podem estar unidas por um hífen ou não (p. ex.: Provisões técnicas; Padrão Tiss).

Barros (2007, p. 399) classifica os termos em simples, que têm um único lexema independente do seu processo de formação; complexos, um grupo de lexemas e morfemas gramaticais não ligados por hífen; e compostos, aqueles que têm dois ou mais lexemas não autônomos (unidos por hífen).

Observa-se uma distinção nas classificações dos termos quanto ao número de lexemas entre os autores citados acima. Entretanto, uma semelhança é a distinção entre termos com

¹⁰ “L'unité terminologique, ou terme, est l'appellation d'une notion propre au domaine étudié soit parce qu'elle appartient exclusivement à ce domaine, c'est-à-dire qu'elle ne se retrouve dans aucun autre, soit qu'elle fait l'objet d'une utilisation particulière à ce domaine”.

uma ou com mais lexias, independente da denominação atribuída a eles. A diversidade de termos presentes no glossário será abordada na análise quantitativa no capítulo 3. Além da delimitação dos termos, outra preocupação da terminologia é com a forma de definição dos termos, sobre a qual tecemos considerações abaixo.

2.1.2.3 A definição terminológica

A definição terminológica é a operação central no trabalho terminológico que adota uma abordagem semasiológica. Desse modo, partindo-se dos termos elencados em determinada especialidade, procura-se elaborar de forma clara, concisa e adequada a melhor expressão que possibilite compreender o termo dentro da área a que se refere. Finatto (1998, p. 1) diz que, em linhas gerais, a definição terminológica busca estabelecer “um vínculo entre um termo, um conceito e um significado”. Nos termos extensos observados neste glossário, e analisando-se as suas definições, percebe-se que algumas delas são traduções interlinguais do termo, por serem uma paráfrase do que já está explícito nele.

Nos exemplos abaixo, as definições praticamente repetem o termo incluindo apenas uma complementação da explicação.

Plano ativo com comercialização suspensa, *masc.* Plano privado de assistência à saúde cujo registro esteja com a comercialização ou disponibilização proibida para novos contratos, mantendo a assistência prevista nos contratos já firmados. *Ver Registro de plano privado de assistência à saúde.*

Em espanhol: plan activado con comercialización suspendida

Em inglês: active plan with sales suspended

Plano odontológico, *masc.* Plano privado de assistência à saúde que compreende todos os procedimentos realizados em consultório odontológico.

Nota: estão incluídos nesse plano: exame clínico, radiologia, prevenção, dentística, endodontia, periodontia e cirurgia. *Ver Plano privado de assistência à saúde.*

Em espanhol: plan privado de salud odontológico

Em inglês: dental private health insurance

Cabré refere-se à definição da seguinte forma: “a expressão do conjunto de características de um conceito constitui sua paráfrase ou definição”¹¹ (1993, p. 196, tradução nossa). Dessa forma, ela faz distinção entre definição (um enunciado que traz as características de determinado conceito concreto ou abstrato) e conceito (a imagem que se tem de algo concreto ou abstrato). Essa terminologia (op. cit., p. 198-201) estabelece distinções entre os conceitos, que podem ter características essenciais ou complementares, quer sejam mais ou menos relevantes para a definição; intrínsecas ou extrínsecas, conforme sejam internas (relativas a forma, cor, medida, tipo de ação, sentimento ou processo) ou externas (relativas a sua função, origem, localização, inventor). Distingue ainda se a sua descrição é por compreensão (descrição das características gerais e específicas) ou por extensão (enumeração dos seus componentes). Cabré menciona também as relações que os conceitos podem ter: lógicas, que se baseiam na semelhança entre os conceitos, e ontológicas, que se referem à proximidade situacional dos elementos na realidade (op. cit., p. 202-206).

Ao refletir sobre as relações entre termo e definição, Krieger (2001, p. 42) explica que “a definição terminológica, materializando lingüisticamente o componente conceitual dos termos, funciona como caminho de intermediação, via de acesso a esse componente”. Esse é o entendimento da função da definição que nos esclarece o objetivo de redigi-la, ou seja, para que funcione como um “caminho” para elucidar o significado de algo, seja concreto ou abstrato.

Em seu *Curso Básico de Terminologia*, Lídia Barros (2004, p. 154) nos diz que as definições devem veicular as informações necessárias para a total compreensão do conteúdo semântico-conceitual da entrada. Entretanto, nem sempre elas são capazes de suprir todas as necessidades de decodificação, pois, por vezes, nelas são empregadas unidades lexicais desconhecidas do leitor.

Entendemos que é impossível abranger totalmente a cadeia de termos de um glossário. A dinâmica de atualização das linguagens de especialidade impede que os instrumentos terminológicos sejam completos, pois, assim que são publicados, já estão obsoletos, mesmo nos dias de hoje em que são disponibilizados na *internet* com atualizações mais frequentes.

No glossário temático de Saúde Suplementar, são poucos os termos que aparecem na definição e que recebem uma definição também, o que difere do padrão dos dicionários de

¹¹ “la expresión del conjunto de las características de un concepto, constituye su paráfrasis o definición”.

língua que buscam esgotar a cadeia lexical apresentada na definição. Algumas vezes, para explicar melhor o termo inserido na definição, esse é esclarecido na nota do próprio verbete em que é mencionado. Desta forma, resolve-se o problema de entendimento sem a necessidade de criar novo verbete, o que contribui para limitar a extensão do produto terminológico.

As definições podem ser subdivididas em lexicográficas, terminológicas e enciclopédicas. As lexicográficas apresentam informações linguísticas das lexias (palavras, expressões idiomáticas, locuções), buscam distinguir as diversas acepções de uma palavra em um sistema linguístico. Os dicionários de língua pretendem abranger todo ou grande parte do léxico da língua. As definições enciclopédicas procuram oferecer conhecimentos mais abrangentes de determinado termo oferecendo informações que se estendem para além da definição. Já as definições terminográficas referem-se a vocábulos especializados e procuram definir os termos dentro dessa linguagem de especialidade, não se preocupando com as demais acepções de outras especialidades ou da língua geral.

Barros (op. cit., p. 161), ao falar sobre as definições de vocábulos técnicos, científicos e especializados, menciona que, para elaborar uma definição terminológica, deve-se atentar para o domínio que o glossário abrangerá. Algumas páginas adiante, essa autora (op. cit., p. 164) diz que o primeiro termo de um enunciado definicional classifica a entrada, sendo geralmente o “hiperônimo imediatamente superior (dentro de um sistema de conceitos) e pertence à mesma classe sintática que a unidade terminológica definida” e estabelece alguns princípios que devem ser seguidos na elaboração de uma definição terminológica, quais sejam:

- não se deve usar cópulas como: diz-se de, significa, trata-se de, indica;
- não deve conter o termo definido;
- deve ser completa e evitar dados supérfluos;
- deve manter uma relação de univocidade com o termo definido;
- deve se adaptar ao público alvo;
- preferir a forma afirmativa, evitando negativas;
- não conter palavras de sentido vago, ambíguo ou figurado.

A esse respeito gostaríamos de comentar o segundo item que diz que “não deve conter o termo definido”, uma vez que entendemos que o termo completo realmente não deve aparecer na definição, mas parte dele, como o primeiro sintagma, por exemplo, pode ser uma opção para começar uma definição a partir de um outro termo que já tenha sido definido e que não precise ser redefinido em definição de termo mais extenso.

Nos exemplos abaixo o termo “Beneficiário de plano privado de assistência à saúde” traz a definição de “Beneficiário”, e os hipônimos como “Beneficiário inativo” não precisam definir beneficiário novamente, apenas apresentar os detalhes deste termo, uma vez que o termo hiperônimo é o gênero próximo que contém a definição. Conforme nos explica Barros (op. cit., p. 165), “a fórmula proposta gênero próximo + diferenças específicas permite elaborar uma definição que descreve o termo-entrada como uma espécie única no gênero”.

Beneficiário de plano privado de assistência à saúde, masc. Sin. Beneficiário; Consumidor; Consumidor de plano de saúde; Participante de plano privado de assistência à saúde; Segurado; Usuário; Usuário de plano privado de assistência à saúde. Pessoa física, titular ou dependente, que possui direitos e deveres definidos em legislação e em contrato assinado com a operadora de plano privado de assistência à saúde, para garantia da assistência médico-hospitalar e/ou odontológica.

Beneficiário inativo, masc. É o beneficiário de plano privado de assistência à saúde cujo contrato do respectivo plano não está em vigor. *Ver Beneficiário dependente; Beneficiário de plano privado de assistência à saúde; Beneficiário titular.*

Entretanto, às vezes não é possível aplicar a fórmula gênero próximo + diferenças específicas (GPDE) para a definição, pois nem sempre existe um hiperônimo com o qual se possa iniciar a definição. Observando a definição atribuída ao termo abaixo notamos o que foi dito aqui, uma vez que uma “diferença” não é um hiperônimo de “dependência operacional” e um outro termo iniciado com “dependência” não receberia a mesma expressão inicial para denominá-lo, observe:

Dependência operacional, *fem.* Diferença, contada em dias, entre o prazo médio de pagamento de eventos e o prazo médio de recebimento de contraprestações, decorrente do ciclo financeiro da operação de planos privados de assistência à saúde.

Nota: termo em desuso após a publicação da Resolução Normativa ANS nº 227, de 20 de agosto de 2010.

Em espanhol: dependencia operacional

Em inglês: operational dependence

Sager (1993, p. 79-80) enfatiza que as definições terminológicas têm as funções de: i) localizar o termo dentro de uma área de conhecimento específica, ii) contribuir para fixar o significado do termo dentro desta especialidade, e iii) propiciar aos leigos a oportunidade de compreender o termo.

Barros (op. cit., p. 168) classifica em três tipos as definições terminológicas: a) definições substanciais, que exprimem a matéria de que é feito o termo definido e normalmente caracterizam substantivos e verbos, e as relacionais, que mostram a relação deste termo com o que ele qualifica, sendo mais característica de adjetivos e advérbios; b) definições morfossemânticas, que têm “como base a estrutura formal da unidade linguística definida, ou seja, os mesmos elementos morfológicos constitutivos do termo-entrada”; nominais, que “não respeitam o princípio da não circularidade”; e etimológicas, que buscam o significado original da palavra no momento da sua criação (normalmente o significado atual do termo não corresponde ao mesmo de quando o termo foi criado) (op. cit., p. 169); e c) definição por compreensão, aquela que descreve os termos por meio dos seus traços distintivos e segue a fórmula gênero próximo + diferença específica (GPDE); e por extensão, que “enumera todas as espécies que estão no mesmo nível de abstração ou todos os objetos individuais que pertencem ao conceito definido” (op. cit., p. 171).

Podemos dizer que, de acordo com os autores elencados, o glossário da ANS só apresentou definição no termo recomendado, sendo que os termos não preferenciais e as siglas apenas receberam remissão para o recomendado; incluiu informações lexicográficas, terminológicas e enciclopédicas e buscou elaborar as definições seguindo o padrão Gênero Próximo + Diferença Específica (GPDE).

2.1.2.4 Normalização e normatização

Ao estudar os termos normalização e normatização em diversos autores, encontramos definições e, por vezes, denominações diferentes (regularização de uso, harmonização, padronização e recomendação) para conceitos similares. Na tentativa de compreender melhor esses conceitos, comparando as definições levantadas, buscamos estabelecer parâmetros para propor uma denominação unificada para os diferentes entendimentos, o que exigiu uma análise mais aprofundada para o estabelecimento da terminologia a ser utilizada nesse trabalho.

Consideramos normalizar e normatizar conceitos diferentes, embora a normatização possa se originar de um processo de normalização e o contrário também possa ocorrer com a normatização levando a uma normalização. Bagno (2012, p. 21), ao fazer a distinção entre o que é normal e o que é normativo na língua, esclarece que “normal é o que é” e normativo, “é o que deveria ser, o que é prescrito”. A partir desse entendimento inicial, elencamos as características que assemelham e distinguem esses termos, a fim de estabelecer parâmetros definidores para eles.

Pavel (Termium, online) define normalização como a “seleção, validação e difusão de um ou mais termos por uma entidade de normalização reconhecida, com o objetivo de recomendar ou desaconselhar o uso de um termo em uma determinada comunidade”. Da mesma forma, Auger & Rousseau (1978, p. 48-49) dizem que “a normalização do trabalho terminológico consiste na revisão por um comitê de especialistas dos termos tratados por um terminólogo, a fim de garantir que os trabalhos sejam completos, de qualidade nos planos científico e linguístico e que correspondem à necessidade do meio”. Sager (1993, p. 168) diz que “a normalização é um processo independente e consiste num acordo ‘público’ dos usuários para adotar um termo para uso em circunstâncias específicas”¹² (tradução nossa) e ainda que “a fixação da normalização do significado geralmente implica na eleição entre termos sinônimos” (op. cit., p. 169, tradução nossa)¹³. Sager (op. cit., p. 169) ainda enumera os motivos por que se busca, em suas palavras, a normalização: economia, precisão e idoneidade. Krieger diz que “a fixação consensuada de termos, caminho para a normatização,

¹² “La normalización es un proceso independiente y consiste en un acuerdo “público” de los usuarios para adoptar un término para uso en circunstancias específicas”.

¹³ “La fijación de la normalización de significado generalmente conlleva una elección entre términos sinónimos”.

tem por objetivo primeiro, facilitar a comunicação entre especialistas.” Todas essas citações, no nosso entendimento, referem-se a normatização.

Também entendemos como normatização o que Pavel e Nolet (2002, p. 30-31) chamaram de harmonização terminológica ao dizerem que ela combina o desejo de “precisão conceitual e correção linguística, a adequação do termo à situação comunicativa e a eficiência da comunicação”¹⁴. Segundo as necessidades dos usuários, o processo de harmonização pode ser pontual ou temático, e é conduzido por um grupo de trabalho ou por um comitê de usuários, que pode contar ou não com a participação de especialistas da área temática em questão. A aplicação das decisões de harmonização pode ser consensual, vivamente recomendada ou obrigatória. [...] O terminólogo se ocupará também de fazer com que os membros de um comitê de harmonização reconhecido validem a terminologia em questão e acrescentem marcas aos termos (p.ex.: em desuso, não recomendado), quando for conveniente, para indicar seu *status* oficial.

Conforme Bagno (op. cit., p. 21), normal é o que é de uso corrente, utilizado em situação real, comportamental e observável, usado em uma situação objetiva, constatado em média estatística e na frequência, uma tendência geral e comportamento habitual do grupo. Sager (1993, p. 40) define norma como algo que

representa a síntese da visão coletiva da comunidade, ratificada tacitamente por seus membros, e determina a um nível supraindividual não apenas a região ocupada pelo conceito mas também os limites dos espaços interdisciplinares e a configuração dos conceitos dentro da disciplina”¹⁵ (tradução nossa).

Quando Sager fala de ratificação tácita pela comunidade de falantes e do nível supraindividual, ou seja, aquela que envolve um grupo de indivíduos, considera a normalização e quando menciona que ela se limita a uma disciplina, isso leva à normatização, ou seja, uma normalização que leva à normatização. A esse uso baseado na situação real, chamamos normalização, que, pode levar a uma normatização, uma vez que a normatização preferencialmente deve basear-se em termos aceitos por uma comunidade. Além disso, observamos que a normalização pode seguir à normatização, uma vez que quando um

¹⁴ “conceptual precision and linguistic correction, adequacy of the term to the communication situation, and efficiency of communication”.

¹⁵ “representa una síntesis de la visión colectiva de la comunidad, ratificada tácitamente por sus miembros, y determina a un nivel supraindividual, no solo la región ocupada por un concepto dado sino también los límites de los espacios disciplinarios y la configuración de los conceptos dentro de la disciplina”.

termo é normatizado por uma instituição, deve passar a ser normal nas comunicações específicas dessa instituição.

No nosso entendimento o termo normalizar refere-se ao reconhecimento pelos usuários de palavras utilizadas habitualmente na linguagem comum ou de especialidade. Apoiar-se na frequência de uso pela comunidade, origina-se de um consenso e uniformiza o entendimento dos usuários tornando a comunicação mais eficaz. É um acordo tácito (informalmente expresso) da comunidade que ocorre posteriormente ao uso e admite polissemia e sinônimos.

Já normatizar refere-se à prescrição de termos por uma entidade de normatização à qual foi atribuída uma autoridade, como a ISO ou a ABNT, para serem utilizados em determinada linguagem de especialidade buscando a univocidade do significado e do uso e aconselhando o emprego desses termos. A normatização busca a monossemia e indica variantes conforme as diversas abordagens envolvidas numa mesma especialidade (científica, técnica, administrativa). A prescrição é feita, normalmente, com base na frequência de emprego do termo, que serve também para confirmar sua aceitação no meio. É um acordo explícito por parte da comunidade que estabelece determinados padrões, preferencialmente, buscando um consenso entre seus usuários. É, portanto, posterior ao uso pela comunidade de especialistas e busca uniformizar o entendimento para tornar a comunicação eficaz no meio que a utiliza.

Observam-se nos termos normalizar e normatizar alguns pontos de convergência como: i) o uso corrente e a visão de uma comunidade, ii) a frequência de uso, iii) a regularização que ocorre com esse uso, iv) a busca de consenso entre os usuários (um tácito e outro explícito), v) a necessidade de tornar a comunicação mais eficaz e fácil a partir da uniformização do entendimento, vi) serem atividades posteriores ao uso.

Pode-se ressaltar como pontos de divergência entre esses termos que, a normalização: i) ocorre na linguagem geral de acordo com o uso pela coletividade, ii) admite polissemia e sinonímia, iii) possibilita aos usuários que utilizem os termos de sua preferência (de acordo com a idade, sexo, origem, grupo social, nível de formalismo), iv) é naturalmente aceita pela população, v) parte de um acordo tácito, que não é formalizado expressamente. Já a normatização: i) ocorre em uma linguagem de especialidade utilizada sempre dentro de um contexto, ii) busca a univocidade e a monossemia, iii) aconselha os termos preferidos e desaconselha outros, estabelecendo esses últimos como variantes dos primeiros, iv) é uma imposição do meio, uma prescrição que depende de uma entidade de normatização

(institucional, nacional, internacional, normalmente um órgão governamental), v) origina-se de um acordo explícito entre os especialistas da área.

De qualquer forma, concordamos com a afirmação de Gaudin (1993, p. 167) de que na normatização, o especialista deve “adotar uma postura reflexiva”¹⁶ e considerar se está numa posição de “impor um vocabulário à comunidade que ele representa”¹⁷ (traduções nossas). Isso pode ser observado na situação do glossário em questão em que se adota a terminologia ditada pelo órgão regulador. No Capítulo 3 apresentaremos uma análise quantitativa do glossário e sua sistematização.

2.2 QUESTÕES TEÓRICAS DA TRADUÇÃO

O termo tradução é entendido de formas diferentes pelas várias perspectivas teóricas, sendo que alguns profissionais questionam se uma tradução mais livre, centrada no sentido, é realmente tradução ou uma recriação, enquanto outros argumentam que uma tradução “ao pé da letra”, literal, centrada mais na forma, pode não ser uma leitura agradável em língua meta, pode ser ilegível, ou não transmitir a mensagem do autor original. A tradução pode ter níveis de literalidade ou de liberdade diferentes. Não há uma rigidez absoluta por uma posição ou outra, tudo depende de a situação permitir ou exigir uma ou outra postura e a avaliação reflexiva do tradutor indicará em que medida estas opções devem ser utilizadas.

A tradução, segundo Jakobson (1967, p. 81) é a interpretação dos signos verbais por meio de outros signos na mesma língua (intralingual), em outra língua (interlingual) ou por meio de sistemas não verbais (intersemiótica). A ideia de transportar um texto oral ou escrito de uma língua para outra já é bem conhecida e muitos se referem à tradução como a disciplina que “dá o equivalente” em determinada língua para algo dito em outra.

É bem conhecida a declaração de Jakobson de que “as línguas diferem naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (1967, p. 87, grifos do autor). Segundo esse entendimento, pode-se dizer qualquer coisa em qualquer língua. Isso ainda é reforçado quando ele afirma que “o nível cognitivo da linguagem não só admite como exige a

¹⁶ “adopter une position réflexive”.

¹⁷ “imposer le vocabulaire de la communauté qu'il représente”.

interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é a tradução” (op. cit., p. 88). Essa tradução intralingual é utilizada nas definições dos glossários, por meio da interpretação de um termo utilizando outras palavras na mesma língua, ou seja, a paráfrase.

A tradução intralingual do glossário cumpre uma função metalinguística, pois, a partir de um percurso semasiológico, explica, na definição, os termos usados em determinado domínio de conhecimento, e a partir da qual se faz a tradução interlingual. A tradução intralingual se estabelece comparando-se o termo e sua definição ou o entendimento que se tem do termo em uma determinada língua. Já a tradução interlingual ocorre pelo estabelecimento de equivalências entre as definições dos termos nas duas línguas envolvidas antes de ocorrer uma identificação dos termos propriamente ditos. É a partir da análise dos constituintes lexicais e semânticos de duas definições, elaboradas em língua A e em língua B, que se estabelecem os termos que serão equivalentes (principalmente semânticos).

Uma vez que são muitas as questões envolvidas na tradução, fazemos aqui um breve panorama de algumas teorias, buscando levantar nelas concepções de tradução e/ou do seu processo. Temos que as teorias da tradução acompanham de um lado as concepções linguísticas, já que, em função do entendimento dos conceitos de língua, linguagem e delimitação do signo linguístico, a tarefa da tradução é definida de forma diferente. Por outro lado, elas também sofreram uma notável influência de áreas como a sociologia, a antropologia e, claro, dos avanços tecnológicos. Tecemos considerações sobre unidade de tradução e abordamos também a questão da equivalência.

2.2.1 Algumas teorias

Buscamos tratar aqui as teorias que têm mais relação com o trabalho desenvolvido, ou seja, aquelas que se aplicam à tradução técnica e científica, bem como as que levam em consideração mais o sentido do texto e não a tradução literal.

A teoria interpretativa, também chamada de teoria do sentido, refere-se à Escola de Paris e foi proposta por Danica Seleskovitch e Mariane Lederer em 1994. Essa teoria propõe uma fidelidade ao sentido e não às palavras, e entende que a tradução não se limita a interpretar algo dito em uma língua e reescrever em outra, mas também passa por uma fase de deverbalização do sentido do texto. Surgiu do interesse especial no processo mental da tradução e faz distinção entre a tradução linguística, aquela que se dá entre os elementos

linguísticos no contexto, e a tradução interpretativa, aquela que se estabelece entre os textos. Preocupa-se com o sentido do texto e, para obter uma tradução baseada nestes princípios, o tradutor deveria ter uma ampla capacidade cognitiva, o que está relacionado ao seu conhecimento de mundo, seu entendimento do contexto e da mensagem do autor. Observa-se no glossário da ANS que os tradutores e especialistas interessam-se por refletir na outra língua o entendimento da Agência sobre os termos traduzidos, por vezes parafraseando-os para transmitir melhor a mensagem. A deverbalização, representativa do processo mental do tradutor, é observada na interpretação do termo por meio do conhecimento do especialista, uma vez que a tradução linguística mencionada nessa teoria seria aquela entre as palavras que formam os termos e a interpretativa seria aquela estabelecida por meio de interpretação das definições na LP e na LC.

A teoria da ação foi desenvolvida pela alemã Justa Holz-Mänttari como uma concepção pragmática que encara a tradução como um “processo de comunicação intercultural com vistas a produzir o texto apropriado à situação específica e ao contexto profissional”¹⁸ (apud GUIDÈRE, 2010, p. 71, tradução nossa) com a intenção de encurtar as distâncias culturais e possibilitar uma comunicação eficaz. Para essa teoria, o foco da tradução está na mensagem a ser transmitida para o cliente, e ela deve ser redigida de forma a ser aceitável na cultura alvo. Preocupada com a funcionalidade e com a finalidade da comunicação, entende que o tradutor deve utilizar de todos os meios disponíveis para realizar uma tradução que atenda à cultura de chegada. Essa teoria se ocupa da unidade de tradução, do texto fonte e do gênero discursivo tanto quanto da produção do texto, do papel dos especialistas e das culturas envolvidas. O foco do trabalho de tradução desse glossário foi buscar o máximo de equivalências possível e, quando não foi possível encontrá-las, fez-se a tradução de forma a melhor transmitir para o leitor o significado dos termos para proporcionar ao leitor a compreensão adequada, seja por meio de paráfrases ou de empréstimos. A funcionalidade do glossário é observada na procura pelo termo que será mais bem compreendido na LC (motivo das escolhas equivalentes e parafrásticas). Desta forma, há uma aproximação das culturas envolvidas, sempre mantendo o foco na experiência que o glossário brasileiro pode oferecer ao público estrangeiro.

A teoria do escopo foi apresentada pelo alemão Hans Vermeer e tem como adepta Christiane Nord. Essa teoria se interessa por textos pragmáticos e pela função que exercem na cultura de chegada, ou seja, pelo propósito da tradução e não pelo autor do texto de partida. Ela estabelece que é preciso manter a coerência para que o texto possa ser bem compreendido

¹⁸ “processus de communication interculturelle visant à produire des textes appropriés à des situations spécifiques et à des contextes professionnels”.

pela público alvo e que a fidelidade deve ser mantida para que não se perca a ligação com o texto fonte (op. cit., p. 72-73). Neste glossário, a coerência está relacionada ao texto escrito de forma clara e fluente para o leitor da tradução e a fidelidade é observada no entendimento facilitado da mensagem transmitida pelo texto original, obtida por meio de paráfrases explicativas dos termos em português.

A teoria da relevância proposta pelo alemão Ernst-August Gutt (1989, p. 24) entende que existem diversos tipos de equivalência e que cada “decisão de tradução, poderia pedir uma teoria própria de equivalência”. Esta teoria sugere que a comunicação do falante deve ser entendida pelo ouvinte com um mínimo de esforço necessário (op. cit., p. 50) e que o seu primeiro entendimento seja adequado. Esse é um processo que possibilita a comunicação com o máximo de resultado contextual e com o mínimo esforço cognitivo. É o mesmo entendimento da Teoria dos Jogos de John von Neumann que busca a estratégia Minimax, ou seja, o mínimo de esforço dispendido no processo tradutório com o máximo de resultado. Esta teoria compara a tradução a um jogo de quebra-cabeças em que as peças são escolhidas racionalmente de acordo com as alternativas de soluções possíveis. O termo jogo, entretanto, é considerado errôneo, pois ao buscar encontrar a solução ótima, esta não pode ser considerada exatamente uma atividade lúdica (apud GUIDÈRE, 2010, p. 74). No trabalho realizado nesse glossário, depreende-se destas teorias o entendimento de que encontrar uma tradução mais acessível ao leitor, mira exatamente na facilidade de entendimento e o processo de busca dessa melhor fórmula traduzida passa pela tentativa feita com várias possibilidades de tradução. Esse jogo de troca de palavras para atingir um resultado otimizado leva ao encontro de uma solução que requeira menos esforço cognitivo do leitor (é o que as paráfrases oferecem). Ao analisar várias etapas da tradução, percebe-se esta evolução até se encontrar o termo mais apropriado em LC, o que não é exatamente uma trabalho lúdico, ao contrário, é tensa a decisão por uma ou outra palavra que comporá o termo.

Criada pelo israelense Itamar Even-Zohar, a teoria dos polissistemas visa descrever o funcionamento e a evolução dos sistemas literários, baseado na concorrência entre os diferentes níveis desses sistemas. Essa teoria se preocupa com o papel que a literatura traduzida desempenha em um sistema literário e que torna “ainda mais claro que a tradução não é um procedimento marginal de sistemas culturais”¹⁹ (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 74, tradução nossa). A divisão do sistema literário entre centro e periferia e a influência de sistemas ditos dominantes sobre os periféricos fazem parte das preocupações de Even-Zohar,

¹⁹ “become even clearer that ‘translation’ is not a marginal procedure of cultural systems”.

que afirma que língua, sociedade, economia, política, ideologia e outros sistemas estão todos relacionados à literatura de uma forma não tão simplista e reducionista como outras teorias propõem (op. cit., p. 23). No nosso entendimento, embora mais relacionada à tradução literária, a ideia de polissistemas também se aplica à tradução técnica e científica, uma vez que considera os relacionamentos dos diversos sistemas em que os temas estão incluídos, pois as línguas não estão isoladas, as culturas se influenciam umas às outras, e as atividades da vida profissional estão relacionadas umas às outras, numa multidisciplinaridade dinâmica. A elaboração de um glossário considera o momento, a ideologia do órgão, o público a que se destina, os idiomas envolvidos, os termos a serem incluídos e a tradução dos termos. Além disso, observou-se nesse glossário a resistência a adotar uma simplificação da tradução por termos reconhecidos no idioma inglês americano (sistema dominante, central) optando-se por uma abordagem por vexes “nacionalista” que evidencia a participação do país gerador desse conhecimento embora seja considerado de uma cultura de dominação (periférica).

Aqui levantamos a questão dos desafios teóricos da prática de tradução, que envolve considerações a respeito do papel do tradutor no entendimento do texto de partida e na redação do texto de chegada, da relevância de ter que impor sua autoridade de tradutor e de considerar e argumentar a favor de uma ou outra tradução. O tradutor torna-se visível, deixa registrada sua marca de forma clara ao apresentar soluções que levem a cultura de partida para o texto de chegada. O tradutor de versão se mostra quando arrisca na busca de uma opção que leve ao leitor as peculiaridades da cultura de partida. Como leitor crítico do texto de partida e produtor do texto de chegada ele tem a responsabilidade de ponderar sobre diversos vieses que uma tradução ou outra podem revelar. Por fim, os textos técnicos e literários não estão tão distantes como se argumenta, uma vez que a fluência na língua e o emprego de palavras e termos adequados requerem pesquisas em ambos os tipos de tradução. A facilidade de leitura é desejada nos diversos estilos de textos, com características próprias que cada um pede, e o emprego de palavras e termos adequados é necessário para a riqueza do texto literário e a precisão do texto técnico e científico.

Da mesma forma como discutimos Unidade Terminológica no item 2.1.2.2, a seguir passamos a tecer importantes considerações a respeito dos entendimentos sobre Unidade de Tradução.

2.2.2 Unidade de tradução

Definir ou delimitar o que é unidade de tradução (UT) é mais uma questão bastante discutida, sobre a qual não se chegou a um acordo. Alves lembra a posição de Newmark a respeito de unidade de tradução que a delimita ao nível da palavra, e, depois, das expressões idiomáticas, das frases, das orações e dos períodos (ALVES, MAGALHÃES e PAGANO, 2000, p. 31). Ele diz ainda que raramente será a “nível de parágrafo e jamais a nível de texto”. Por outro lado, e ainda segundo Alves (op. cit, p. 30), os teóricos que estudam Análise do Discurso argumentam que a única unidade de tradução possível é o texto como um todo, cuja tradução, de acordo com a teoria da funcionalidade, deve focar principalmente na função do texto, abandonando a literalidade em favor de uma contextualização da tradução na língua de chegada. Observamos aqui uma discordância no que se refere ao tamanho da UT. Da mesma forma como não há um consenso sobre as teorias da tradução, não existe um padrão aceito unanimemente para UT.

A conceituação de unidade de tradução é um problema que há muito preocupa os pesquisadores, desde que Vinay e Darbelnet emitiram o conceito. Eles entenderam UT como “o menor segmento do enunciado cujos signos têm uma coesão tal que não devam ser traduzidos separadamente”²⁰ (1995, p. 21, tradução nossa). E distinguem quatro tipos de UT: i) a unidade funcional, cujos elementos têm a mesma função gramatical, ii) a unidade semântica, que têm o mesmo sentido do original, iii) a unidade dialética, que se origina do mesmo raciocínio e, iv) a unidade prosódica, cujos elementos têm a mesma entonação (op. cit., p. 22).

Vários autores entendem que a UT depende do conhecimento do tradutor e será tão menor (palavra, expressão) quanto menor o conhecimento dele e tão maior (sentença, frase) quanto maior esse conhecimento. Há ainda que se considerar que a maior distância estrutural entre as línguas levará a uma UT maior, uma vez que neste caso se busca traduzir mais o sentido do que a palavra.

A respeito da complexidade do processo de tradução, Alves (2004, p. 187) entende que “a segmentação cognitiva em tradução é um processo complexo que não pode ser delimitado exclusivamente por características morfológicas, lexicais ou sintáticas” e lembra também que

²⁰ “the smallest segment of the utterance whose signs are linked in such a way that they should not be translated individually”.

nesse processo estão envolvidos “o papel da memória humana, dos processos inferenciais, da solução de problemas e da tomada de decisão”.

De acordo com Fábio Alves (op. cit., 2000, p. 38), “A unidade de tradução é um segmento do texto de partida, independente de tamanho e forma específicos, para o qual, em um dado momento, se dirige o foco de atenção do tradutor”. A unidade de tradução varia de acordo com o problema encontrado pelo tradutor ao longo de sua tarefa. Será a oração ou a frase quando o tradutor, no seu processo de trabalho passar de um trecho solucionado para um novo trecho a ser traduzido. Poderá ser também um trecho da frase composto por substantivo + verbo, substantivo + preposição + complemento, verbo + preposição + complemento ou qualquer outra estrutura sintática extensa ou curta. Tudo dependerá da dúvida ou problema sobre a qual o tradutor se debruça para prosseguir na tradução.

Embora o tradutor possa ter necessidade de ler o texto, ou o parágrafo inteiros ou um trecho longo do texto original para entender o assunto e fazer considerações sobre o desenrolar da tradução, invariavelmente, a unidade de tradução, na qual ele concentrará esforços para solucionar dúvidas será menor do que este parágrafo, por exemplo. A UT depende do estado cognitivo do tradutor que possibilite a ele lembrar-se de alguma construção que utilizou em situação similar, verificar a terminologia, considerar a fraseologia utilizada em determinada área de conhecimento, consultar suas fontes de pesquisa, verificar as concordâncias verbal ou nominal usadas em determinada língua, entre outras considerações. A unidade que apresenta dificuldades será a unidade de tradução em determinado momento, e nela estará concentrado o foco de atenção do tradutor.

A unidade de tradução poderá ainda ser um termo técnico utilizado em determinada linguagem de especialidade, situação em que coincidirá com o que denominamos unidade terminológica. Ou poderá ser uma única palavra com a qual o tradutor nunca tenha tido contato ou precise buscar uma acepção que desconhecia até aquele momento, para que o novo texto traduzido faça sentido. Pode ainda ser um prefixo que o auxiliará a entender o significado de determinado vocábulo conhecido, mas que se apresenta no texto com este afixo alterando seu significado. Neste caso, conhecendo o vocábulo e o prefixo, o tradutor poderá inferir o significado do vocábulo novo para ele.

As UTs podem ser reconhecidas pelas pausas feitas durante o trabalho para encontrar soluções para as dúvidas. Essas dúvidas dependem das características do tradutor, do conteúdo do texto trabalhado, dos problemas que as línguas envolvidas apresentam, das

dificuldades pessoais do tradutor e da sua experiência de vida. Por isso mesmo, sabe-se que nunca um mesmo texto traduzido por duas pessoas diferentes terá resultado idêntico.

A UT transforma-se de acordo com a fase do processo tradutório, seja ele de leitura, de compreensão, de tradução propriamente dita, de revisão da tradução ou de releitura do texto a ser finalizado. Durante a revisão da tradução, momento que, aí sim, o parágrafo ou o texto como um todo pode ser considerado a unidade de tradução (ou, quem sabe, unidade de revisão), procede-se à verificação da coerência e da coesão do texto, verifica-se a regularidade da terminologia, a fluência do texto com foco no leitor, para que a leitura não seja truncada, não pareça uma tradução.

No prefácio do *Curso Básico de Terminologia* (BARROS, 2004, p. 16-17), Maria Teresa Cabré diz que

A unidade de tradução não é, de forma nenhuma, a unidade terminológica, e, portanto, fazer uma pesquisa terminológica bilíngue não é partir de uma nomenclatura preestabelecida em uma dada língua por um dicionário e traduzir para outra selecionando palavras semanticamente equivalentes.

A unidade de tradução está, dessa forma, ligada à competência do tradutor em lidar com os problemas apresentados pelas línguas com as quais trabalha. A UT pode ser a própria unidade terminológica, mas também pode ser maior ou menor do que esta ou pode referir-se a um trecho que não tenha relação com unidade terminológica. Ela não existe na realidade e é momentânea, pois ocorre quando o tradutor percebe uma dificuldade e se dedica a buscar a solução para o trecho objeto de sua atenção, bem como pode ter sua segmentação alterada conforme a necessidade do tradutor. Dependendo da competência tradutora do profissional, a UT adquirirá uma complexidade maior e colocará o tomador de decisão na situação de resolver a dificuldade encontrada considerando todo seu conhecimento de mundo, sua competência linguística e sua habilidade para encontrar a melhor maneira de expressar o mesmo conteúdo da língua fonte na língua meta.

2.2.3 A controversa equivalência

Um tema recorrente na tradução é a noção de equivalência. Há muita controvérsia sobre esse tema e pontos de vista distintos. Mary Snell-Hornby (in Hurtado Albir, 2001, p.

206) menciona uma ilusão de simetria entre as línguas e Andrew Chestermann fala sobre a ineficiência da equivalência e considera que uma semelhança é suficiente (PYM, 2010, p. 39-40).

A equivalência tem sido até mesmo tratada como circular em relação à tradução, quando a tradução é definida por equivalência e esta por tradução novamente. No entanto, sempre que se fala de tradução e, sobretudo nos estudos terminológicos, a noção de equivalência é citada. Nos estudos terminológicos a noção de equivalência não é tão problemática, pois a terminologia tende à monossêmia, devido à sua ligação a uma área específica. Segundo Mary Snell-Hornby (apud HURTADO ALBIR, 2001, p. 203-204) “a noção de equivalência aparece na Tradutologia como uma solução para a histórica polêmica entre tradução literal e tradução livre”²¹ (tradução nossa).

Palavra-chave nos Estudos da Tradução, a equivalência trata de problemas da língua, da estrutura da língua e dos seus aspectos socioculturais e deve ser contextualizada. Para a tradução que abordamos neste trabalho, é importante que se estabeleça uma equivalência de sentido, muitas vezes aquela que já tenha sido homologada por órgãos reconhecidos, uma vez que estamos falando de termos técnico-científicos e este tipo de tradução não pode levantar dúvidas quanto à exatidão da informação transmitida.

Diversos autores argumentaram e se posicionaram sobre os vários entendimentos a respeito desse conceito crucial para a tradução. Hurtado Albir (2001, p. 208) lembra que a “relação de equivalência entre elementos individuais de um par de textos não implica que exista equivalência textual em um plano geral”, ou vice-versa. Para ela, a equivalência pode se dar em qualquer nível, entretanto um nível sempre será contemplado em detrimento dos demais.

Nida distingue dois tipos de equivalências: a formal e a dinâmica. Esta última ativa a mesma função cultural, ou uma similar, na língua de tradução (PYM, 2010, p. 8), e supõe uma maior relevância da conformidade contextual e da adequação da tradução às necessidades dos receptores e “rejeita de vez a existência de equivalências fixas, transcodificáveis, preestabelecidas de antemão fora do contexto e que possam servir no momento da tradução dos textos”²² (HURTADO ALBIR, 2001, p. 209, tradução nossa). A equivalência formal, por sua vez, imita a forma do que foi dito na língua original (PYM, 2010, p. 8), foca na

²¹ “la noción de equivalencia aparece en la Traductología como solución a la polémica histórica entre traducción literal y traducción libre”.

²² “rechaza de plano la existencia de equivalencias fijas, transcodificables, preestablecidas de antemano fuera de contexto y que puedan servir a la hora de traducir textos”.

mensagem original, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo, e tem como objetivo reproduzir literalmente a mensagem do original sem adaptá-la ao novo público. Nida assume a posição de que a equivalência dinâmica oferece maior naturalidade ao texto.

Catford (1980, p. 23) diz que equivalência é uma “palavra-chave” na tradução e entende que encontrar equivalentes de tradução é um problema central nessa prática. Esse autor distingue ainda equivalência textual de correspondência formal, sendo o equivalente textual “qualquer texto ou porção de texto da LM [língua meta] que, [...] se observe ser numa ocasião específica o equivalente de determinado texto ou porção de texto da LF [Língua Fonte]” e se baseia “no conhecimento de um informante ou tradutor bilíngue competente” (op. cit., p. 29) e o correspondente formal refere-se à categoria da LM [...] que se possa dizer que ocupa, tanto quanto possível, na ‘economia’ da LM o ‘mesmo’ lugar que determinada categoria da LF ocupa na LF” e lembra que a correspondência formal é “quase sempre aproximada”, pois é definida de acordo com as relações existentes dentro de cada língua (op. cit., p. 29).

Ao tratar do significado lexical, Mona Baker (1992, p. 11) apresenta os diferentes tipos de equivalência existentes entre as palavras, explicando que a equivalência proposicional de uma palavra ou enunciado “surge da relação entre o enunciado e aquilo a que ele se refere ou descreve, em um mundo real ou imaginário”²³; a expressiva “diz respeito aos sentimentos ou atitudes do falante e não ao que as palavras ou enunciados se referem”²⁴; a pressuposta “resulta das restrições estabelecidas pela co-ocorrência, ou seja, sobre quais outras palavras e expressões esperamos encontrar antes ou após uma unidade lexical”²⁵ (op. cit., p. 12, traduções nossas); e a evocada surge das variações dialetais (geográficas, temporais ou sociais) ou de registro (ocasião, tom ou tipo de discurso).

Ladmiral (apud HURTADO-ALBIR, 2001, p. 206) propõe o termo ‘aproximação’ em substituição a equivalência por entender que ele “expressa de forma mais explícita a subjetividade do traduto”²⁶ (tradução nossa). Hatim e Masom (1997, p. 181) ao se manifestarem sobre as diferentes exigências impostas pelos diferentes tipos de textos sobre o tradutor utilizam o termo ‘adequação’ e levantam os critérios de adequação necessários para os tipos de textos traduzidos, sejam eles expositivos ou argumentativos. Afirmando que, na argumentação, as estruturas tendem a ser mais complexas e mais difíceis de negociar, sendo

²³ “arises from the relation between it and what it refers to or describes in a real or imaginary world”.

²⁴ “relates to the speaker’s feelings or attitude rather than to what words and utterances refer to”.

²⁵ “arises from co-occurrence restrictions, that is restrictions on what other words or expressions we expect to see before or after a particular lexical unit”.

²⁶ “expresa de modo más explícito la subjetividad del traductor”.

manipuladas para provocar um efeito retórico, enquanto em textos expositivos diretos “pode ser necessária uma maior latitude no manuseio efetivo da argumentação”²⁷. Entretanto, por mais que se proponha uma mudança de terminologia, a nova denominação não traria uma solução definitiva para a definição do termo equivalência, nem mesmo para as discordâncias a respeito da possibilidade dela existir.

Hurtado-Albir lembra ainda que “ao usar o termo equivalência, podemos nos referir a unidades maiores ou menores do texto original e da sua tradução”²⁸ (tradução nossa) e conclui que a relação entre o original e a tradução tem um caráter relativo, dinâmico e funcional, pois depende da situação comunicativa e do contexto sócio-histórico (op. cit., p. 208-209). Essa autora conclui que “o processo de busca da equivalência tradutiva é um processo complexo no qual se produz um movimento mental contínuo de associações sucessivas de ideias, deduções lógicas, tomada de decisões etc.”²⁹ (op. cit., p. 211-212, tradução nossa).

Oliveira (2007, p. 97), em artigo no qual avalia a relevância da noção de equivalência para a teoria da tradução, faz a distinção entre três abordagens. A abordagem linguística tem como defensores aqueles que adotam um paradigma estruturalista de prescrição de regras para a tradução. Entre eles, Catford considerando apenas os aspectos linguísticos da tradução, baseia-se no informante bilíngue como fornecedor de equivalentes e desconsidera a participação do tradutor. Já Nida, outro representante dessa abordagem, considera também os aspectos culturais e antropológicos envolvidos na tradução. A abordagem histórico-comparativa entende a tradução como uma atividade contextualizada e histórica, reage ao essencialismo e ao racionalismo, ataca as visões linguísticas da equivalência, é mais flexível e admite interferências culturais e pessoais, dando ênfase ao texto traduzido e ao tradutor no processo tradutivo. Segundo Oliveira (op. cit., p. 105), nessa abordagem que entende o tradutor como agente cultural, “a equivalência só pode se dar de forma contextualizada e negociada”. A abordagem desconstrutivista é a maior reação ao essencialismo e ao racionalismo, e seus adeptos opõem-se à equivalência entre textos ‘originais’ e traduzidos, pois rejeitam a estabilidade de sentido, noção basilar para ocorrer a equivalência.

Segundo Welker (s/data, p. 6-7), “o que deve ser procurado na tradução não é somente a equivalência semântica”. Ele cita o lexicógrafo alemão Scholze-Stubenrecht (1995), segundo o qual deveria haver também equivalência em diversos níveis, a saber: estilístico

²⁷ “greater latitude may be needed in handling argumentation effectively”.

²⁸ “al utilizar el término equivalencia, nos podemos referir a unidades más grandes o más pequeñas del texto original y su traducción”.

²⁹ “el proceso de búsqueda de la equivalencia traductora es un complejo proceso em el que se produce un movimiento mental continuo de asociaciones sucesivas de ideas, de deducciones lógicas, de toma de decisiones, etc”.

(mesmo registro); pragmático (o equivalente deve poder ser usado nas mesmas situações de comunicação); terminológico (um termo técnico deve ser traduzido por um termo técnico na L2); diacrônico (um lexema arcaico deve ser traduzido por um lexema arcaico na L2); contextual (o equivalente deve poder ser usado nos mesmos co(n)textos); sintático-gramatical (o equivalente deve poder ser usado nas mesmas estruturas sintáticas, p. ex. na voz passiva); metafórico (uma metáfora deve ser traduzida por uma metáfora); etimológico (deve-se preferir equivalentes que têm a mesma origem do lexema da L1); de formação das palavras (português: política, político; inglês: politics, politician); de frequência (os equivalentes devem ter, nas duas línguas, o mesmo nível de frequência de uso); fonético-prosódico (importante em textos literários); diatópico (dificilmente alcançada, pois não faz muito sentido traduzir um regionalismo da L1 por um regionalismo – com conotações bem diferentes – da L2).

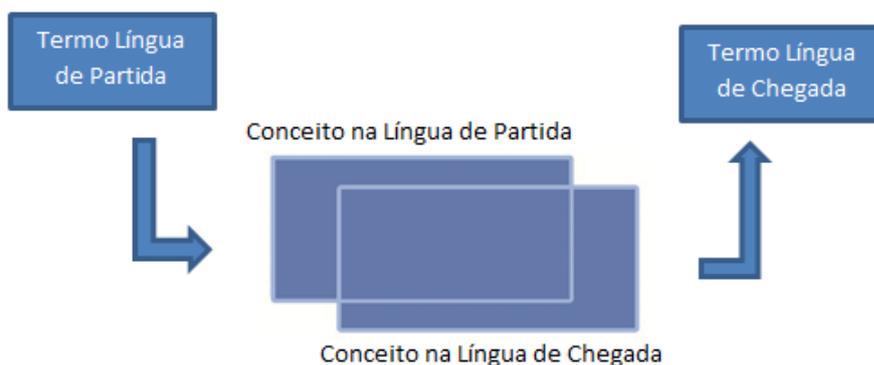
Se essa proposta sugere uma equivalência em todos esses níveis, observa-se uma impossibilidade de alcançar tal equivalência, uma vez que as línguas têm etimologias e evoluções diferentes, bem como características regionais e usos distintos umas das outras. Essa equivalência só poderia ser imaginada numa mesma língua, na mesma situação comunicativa, envolvendo os mesmos interlocutores num momento específico, ou seja, ela ocorre uma única vez apenas, pois as situações raramente se repetem de forma idêntica, e quando isso ocorre, o momento já é outro e a condição de comunicação já está alterada. Entretanto, pode-se buscar a equivalência em alguns desses aspectos. Desta forma, a equivalência, quando admitida, é resultado de uma normatização internacional, pois se origina de um consenso alcançado no estabelecimento de significados “idênticos” para os termos, ou de uma normatização, com o emprego frequente pelos usuários.

Na linguagem de especialidade, a equivalência é construída entre os especialistas, por meio de um compartilhamento do conhecimento adquirido. Os especialistas são os sujeitos que propõem os termos em suas línguas de acordo com o conhecimento técnico ou científico que detém sobre o assunto. Esses termos podem ter relações metafóricas diferentes em idiomas distintos, sendo relevante nesse tipo de tradução que o sentido seja o mesmo dentro da área de especialidade em questão.

Ainda de acordo com Oliveira (op. cit., p. 111),

a equivalência dá aos profissionais e especialmente aos alunos uma certa segurança, pelo menos para iniciar suas pesquisas. O conforto de pensar na existência de uma relação perceptível entre texto de partida e texto de chegada permite que tenham uma atitude otimista (e ilusória) frente à atividade que os aguarda.

Da mesma forma, as terminologias, os dicionários, e todas as demais fontes de pesquisa, atualmente muito informatizadas, também conferem este conforto aos tradutores, aliviando sua angústia de busca de equivalentes que se aproximem do ideal de tradução. O Esquema 3 apresenta nosso entendimento da equivalência parcial, cujos conceitos na língua de partida e de chegada têm grande coincidência, mas não total.



Esquema 3 – Esquema de equivalência parcial

No caso do glossário de Saúde Suplementar, a equivalência foi estabelecida no momento da explicitação, ou seja, ao traduzir consideram-se as opções levantadas nas pesquisas e discussões com o especialista e, avaliando todas as variáveis que podem influenciar a escolha, elege-se a forma mais adequada de redigir nas palavras da língua meta o que foi lido na língua fonte. É uma discussão entre os sujeitos autor e tradutor, pois este, para reescrever o texto daquele considera várias possibilidades de tradução que, no seu entendimento, podem representar a mensagem do autor. A equivalência é ainda uma negociação entre o especialista e o tradutor considerando os conhecimentos de ambos para encontrar os termos que se correspondam nas línguas envolvidas. A negociação se dá devido ao conhecimento diferenciado da língua e da sua estrutura pelo terminólogo e pelo tradutor ou tradutor-especialista e da área de especialidade pelo especialista, que se complementam nesta tarefa de encontrar um equivalente.

Glossários temáticos bi/trilíngues são utilizados por tradutores de duas formas: para buscar o termo na língua para a qual estão traduzindo e, por meio da definição, para verificar o sentido do termo e conferir se a tradução é a mais adequada para ele. Considerando que o público alvo dessa tradução é o próprio servidor da Agência Nacional de Saúde Suplementar que utilizará a versão em inglês para se comunicar com seus colegas interlocutores em ambiente internacional e levará para o exterior o termo referente à situação de comunicação específica de seu país, essa negociação não se dá com o estrangeiro, mas internamente com o

próprio especialista do órgão, que conhece a sua realidade e tem interesse em apresentá-la no exterior, às vezes, inclusive, com empréstimo do termo brasileiro para o inglês, e não com equivalência ou paráfrase.

Embora a noção de equivalência depois dos anos 60 seja polêmica, nesse trabalho ela foi usada num sentido discursivo enquanto equivalência possível estabelecida a partir da acepção semântica no universo de discurso da Saúde Suplementar. Nas linguagens especializadas é possível estabelecer relações de equivalência entre termos usados em um mesmo universo de discurso, porém manifestado em línguas diferentes. O que garante a relação equivalente é tanto o pertencimento a um mesmo universo de discurso (domínio de saber, especialidade), quanto a possível univocidade da unidade terminológica (pois, se refere a um mesmo conceito) e a monorreferencialidade (faz referência a planos de saúde). No Capítulo 3 apresentaremos uma análise das traduções.

3. ANÁLISE TERMINOLÓGICA DO GLOSSÁRIO

“A palavra é o próprio homem. Somos feitos de palavras. Elas são nossa única realidade ou, pelo menos, o único testemunho de nossa realidade.”

Octavio Paz

Para melhor compreensão do que se observou no glossário foi necessária uma análise das suas especificidades, o que inclui o seu leiaute e a organização dos verbetes. Iniciamos este capítulo com explicações sobre paratextos, macro e microestruturas dos glossários para podermos fazer a análise dos números mais significativos desse instrumento terminológico.

3.1. ESTRUTURA DO GLOSSÁRIO

Antes de entrarmos na análise do glossário propriamente dita, faremos algumas considerações a respeito de paratextos, macroestrutura e microestrutura, conforme utilizados na Série Glossários Temáticos do Ministério da Saúde, para auxiliar no entendimento das análises que, por vezes, são complexas.

3.1.1 Paratextos

Em seu livro *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*, Welker (2004, p. 78-79) apresenta um apanhado de autores e as denominações que eles utilizam para os textos que antecedem ou sucedem o conteúdo do glossário propriamente dito. Ele cita que Hausmann & Wiegand chamam essas partes de “Außentexte” em alemão, que Boulanger denomina de “textes externes” em francês e Hartmann & James dizem “outside matter” em inglês. A esses textos, Welker denomina “textos externos”.

Segundo Genette (2006, p. 9-10, tradução de Álvaro Faleiros), paratextos são as informações que antecedem (elementos pré-textuais) ou sucedem (elementos pós-textuais) o texto principal de uma obra, que, no caso aqui abordado, é o glossário de saúde suplementar.

Os paratextos podem incluir capa, título, folha de rosto, dedicatória, prefácio, apresentação, notas, posfácio, glossário, figuras, anexos, referências, índices, adendos, e adequam-se ao tipo e aos propósitos de cada publicação. Por entendermos que textos externos estariam fora da obra, o que não é exatamente o que ocorre, adotaremos aqui a denominação sugerida por Genette, paratextos, pois são os textos paralelos, que acompanham o texto principal.

Assim, os paratextos do glossário reúnem os textos que compõem o livro estudado, ou sejam:

- i) Capa com o mesmo leiaute de toda a série, mudando apenas as cores para identificar cada glossário;
- ii) Folha de rosto, com as informações da capa exceto a menção ao Projeto de Terminologia da Saúde;
- iii) Verso da folha de rosto, onde estão incluídos: a menção aos direitos reservados e ao uso livre da obra com citação da fonte; a tiragem, as equipes técnica e de terminologia envolvidas, bem como revisores, normalizadores e diagramadores; a Ficha Catalográfica que traz o ISBN do livro, os títulos em inglês e espanhol para indexação;
- iv) Sumário, no qual são enumeradas as principais divisões do livro;
- v) Apresentação, que expõe os objetivos de desenvolver produtos terminológicos e da série glossários temáticos, e menciona os produtos da área de terminologia no Ministério da Saúde;
- vi) Explicações prévias, nas quais se comenta sobre as equipes técnica e de terminologia envolvidas na elaboração desse glossário, os objetivos do produto, as fontes de onde foram extraídos os termos, as siglas e as definições e a possibilidade de futuras edições se seguirem à atual;
- vii) Conhecendo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é uma seção que apresenta o órgão ao qual o glossário se refere, elenca as suas responsabilidades e atribuições, sua criação, seus objetivos, suas conquistas. Para cada glossário, esta seção é escrita pelo órgão ou equipe específica ao qual ele se refere e, portanto, nesse caso foi redigida pela ANS;
- viii) Como utilizar o Glossário, seção que elucida a composição da microestrutura do glossário com apresentação de exemplos de verbetes extraídos da própria obra;
- ix) Índice de termos em Espanhol-Português e em Inglês-Português, cuja função é auxiliar o consulente na busca dos termos nessas direções de idiomas;

- x) Referências, que enumera as obras, *sites* e demais fontes utilizadas nas pesquisas terminológicas e técnicas.
- xi) Publicações do Projeto de Terminologia da Saúde, traz a lista dos glossários elaborados até a data de publicação do produto em questão.
- xii) Colofão, com os dados da Editora que imprimiu o produto, seja ela própria do MS ou terceirizada.
- xiii) Quarta capa, com breves explicações sobre a série e o glossário em questão e com as logomarcas dos órgãos que a promoveram.

Por tratar-se de publicação de uma instituição pública, é expressamente vedada nos produtos do MS (e de qualquer órgão da administração pública) a utilização de “nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Assim, constam das publicações os nomes das pessoas envolvidas na sua elaboração, mas na apresentação do glossário (onde se fala da área de especialidade do glossário em questão) não pode ser mencionado o nome do gestor que a redigiu.

3.1.2 Macroestrutura

Welker (2004, p. 81) chama de macroestrutura a indicação se as entradas são arranjadas de forma temática ou alfabética, se todos os verbetes têm o mesmo formato, se há ilustrações ou tabelas entre os verbetes. Barros, por sua vez, entende por macroestrutura a “organização interna de uma obra lexicográfica ou terminográfica” que compõe a organização das informações em verbetes, a existência de anexos, índices remissivos, mapa conceitual, entre outros (2004, p. 151). Assim, quanto à macroestrutura, neste glossário os verbetes estão dispostos em ordem alfabética, por uma questão de padronização de toda a série e para facilitar a consulta para pessoas leigas, uma vez que para uma consulta temática é necessário conhecer previamente o assunto tratado, o que pode tornar a busca no glossário mais complexa. Os verbetes não contam com ilustrações ou tabelas. Quanto à acepção que Barros estabelece, denominamos estes de paratextos, conforme explicado no item 3.1.1 e não foi produzido o mapa conceitual, não foram incluídos anexos tampouco índices remissivos.

Tanto a macroestrutura quanto a microestrutura do glossário de Saúde Suplementar seguem os padrões definidos para toda a série Glossários Temáticos. Assim, foi elaborado um

layout para as entradas disponibilizando as informações em paradigmas separados para uma melhor visualização dos itens do verbete. Desta forma, a entrada, o gênero e o número, os sinônimos, a recomendação de consulta a outro verbete sinônimo (quando ocorre) e a definição estão agrupados em um único paradigma, que reúne os paradigmas informacional (que traz o termo, o gênero, o número e o sinônimo) e definicional (com a(s) descrição(ões) do sentido do termo). Num segundo paradigma, o pragmático, vêm as notas. As remissivas podem ser colocadas no mesmo paradigma das definições, ao final delas ou ao final das notas, dependendo se se referem apenas ao primeiro paradigma ou a ambos (definições e notas). No caso de glossários bilíngues, um terceiro paradigma, de forma equivalente, traz o termo traduzido em uma língua (normalmente o inglês); nos trilíngues, um quarto paradigma, também de forma equivalente, trará a tradução em inglês e no terceiro aparecerá a tradução em espanhol (os idiomas são apresentados em ordem alfabética).

O glossário de saúde suplementar adota a macroestrutura simples, sem sub-entradas, para sua organização interna. Sua ordem é alfabética linear sem agrupamento em sub-temas que dividam o glossário em assuntos mais específicos. Todos os termos são escritos por inteiro nas entradas, com exceção das siglas, pois essas fazem remissão aos termos por extenso.

No que se refere à maneira de ordenação das entradas no glossário, Cabré (1993, p. 329) apresenta dois tipos de ordem, a alfabética e a temática ou sistemática (que se baseiam no trabalho conceitual). A ordem alfabética também se divide em contínua (que não considera signos gráficos ou espaços em branco) e descontínua (que considera outros signos gráficos e espaços em branco). A forma alfabética descontínua é a mais adotada nos trabalhos terminológicos, o que se justifica pelo tipo de objeto tratado, ou seja, termos simples e compostos num mesmo produto, sendo também adotada nos glossários do Projeto de Terminologia da Saúde. A ordem temática organiza os assuntos dentro da temática do glossário e dentro deles segue-se a ordem alfabética de organização.

3.1.3 Microestrutura

Quanto à microestrutura, ou seja, como os dados são organizados dentro do verbete, essa tem o seguinte formato: i) As entradas referem-se aos termos utilizados na linguagem de especialidade. ii) O gênero (masc. ou fem.) informa se o termo é masculino ou feminino, ou ambos, quando for comum de dois gêneros. iii) O número é indicado somente quando o termo é utilizado principalmente no plural, sendo apresentado dessa forma na entrada e, logo após o gênero, inclui-se a informação de plural (pl.). iv) Os sinônimos (Sin.) são os termos que equivalem em significado ao da entrada, são suas variantes. O sinônimo incluído no verbete aparece como entrada ao longo do glossário com remissão para o termo preferencial. v) A seta (→) é inserida após o termo quando este é uma sigla e indica como o termo é lido, ou seja, sua forma expandida e remete o consultante para a definição no termo por extenso. vi) A indicação “Ver sin.” remete o leitor para o sinônimo quando o termo do verbete consultado é uma variante do termo preferencial, ao qual ele é remetido. vii) A definição traz as características necessárias para descrever o conceito pertinente ao termo e distingui-lo de outros semelhantes. viii) A nota inclui comentários, informações adicionais ou enciclopédicas úteis para o entendimento do termo. Especificamente no que se refere ao glossário de Saúde Suplementar, sempre que o termo baseia-se em uma lei ou resolução normativa, essa é mencionada nas notas. ix) A remissiva, indicada com o verbo “Ver”, recomenda ao usuário consultar outros termos, seja pela sua relação de sinonímia, de antonímia ou de conceito conexo com o termo elencado no verbete. x) A terminologia em espanhol apresenta o equivalente nessa língua que tem coincidência conceitual com o termo da entrada do verbete. xi) A terminologia em inglês apresenta o equivalente nessa língua que tem coincidência conceitual com o termo da entrada do verbete.

Nesse glossário, compõem as estruturas obrigatórias (sistemáticas) dos verbetes: a entrada, o gênero e a definição; e as não obrigatórias (não sistemáticas), a indicação de plural, o sinônimo, a nota, a remissiva, a indicação de ver sinônimo e as terminologias em espanhol e inglês. Por não serem fornecidas nos sinônimos (termos não preferenciais) ou nas siglas, as terminologias nas outras línguas não são consideradas obrigatórias.

A título de exemplo de verbete do Glossário Temático: Saúde Suplementar elegemos os termos abaixo que apresentam a maioria das estruturas explicadas acima:

ANS, fem. ⇒ Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Consumidor de plano de saúde, masc. *Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.*

Contrato de plano privado de assistência à saúde, masc. *Sin. Contrato de plano de saúde.* Instrumento jurídico que registra o acordo firmado entre uma pessoa física ou jurídica com uma operadora de plano privado, para garantir a assistência à saúde.

Nota: pode ser individual ou familiar, coletivo empresarial; ou coletivo por adesão.

Em espanhol: contrato de plan privado de asistencia en salud; contrato de plan privado de salud

Em inglês: private health insurance contract

3.2 O GLOSSÁRIO EM NÚMEROS

O estudo aqui apresentado gerou análises a partir das quais produzimos alguns gráficos em linhas ou em pizza para mostrar os números mais representativos referentes ao glossário de saúde suplementar. Com isso podemos nos basear na frequência das ocorrências para considerar as principais características dessa terminologia.

3.2.1 Estatísticas

O glossário de Saúde Suplementar é composto por 243 termos que têm de uma a doze palavras em português. Trinta e três termos fazem apenas remissão a outros termos, seja por serem sinônimos (31 termos; 12,7%), ou por sua definição ser composta pela definição de outros dois termos (2 termos; 0,8%). Outros 46 termos têm sinônimos, dos quais 31 são as siglas indicadas acima e os outros 15 referem-se a outros sinônimos. Alguns termos têm mais de um sinônimo sendo o termo “Beneficiário de Plano privado de assistência à saúde” aquele que tem mais sinônimos: sete.

Alguns termos são bastante longos, sendo que 138 (56,8%) têm entre uma e cinco palavras e outros 45 (18,5%) têm entre sete e doze palavras, dez dos quais são termos com uma sigla, com sinal de + ou com duas siglas. A grande maioria dos termos tem entre duas e quatro palavras (116 deles, correspondendo a 47,7% dos termos). Isso demonstra que a grande

maioria dos termos de linguagem de especialidade compõe-se por sintagmas, neste caso, sintagmas nominais. O gráfico 1 mostra os detalhes das ocorrências de termos em português.

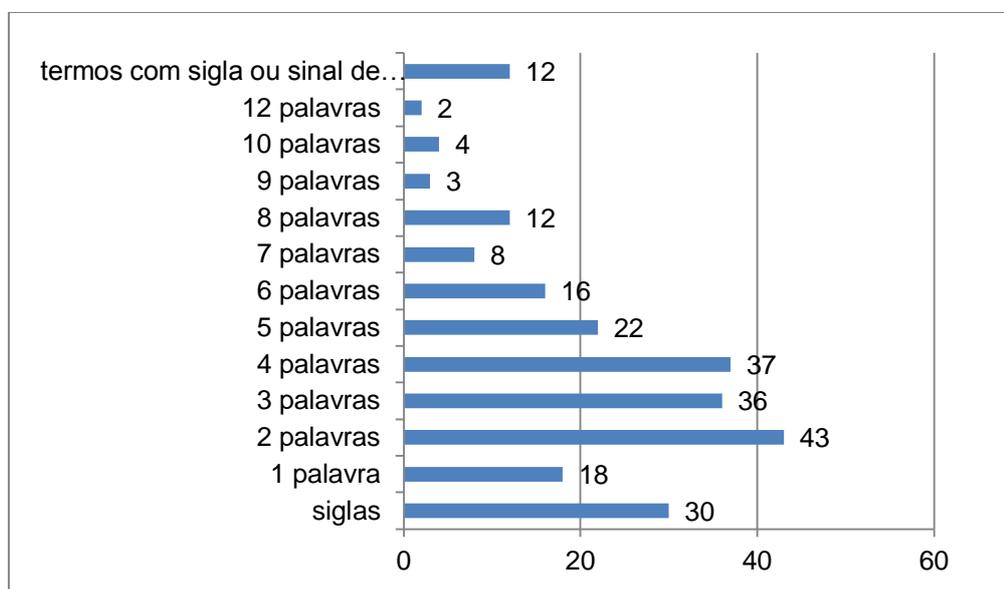


Gráfico 1 – Termos em português em relação ao número de palavras do sintagma.

O gráfico 2 traz os percentuais das ocorrências dos termos apresentados no gráfico 1.

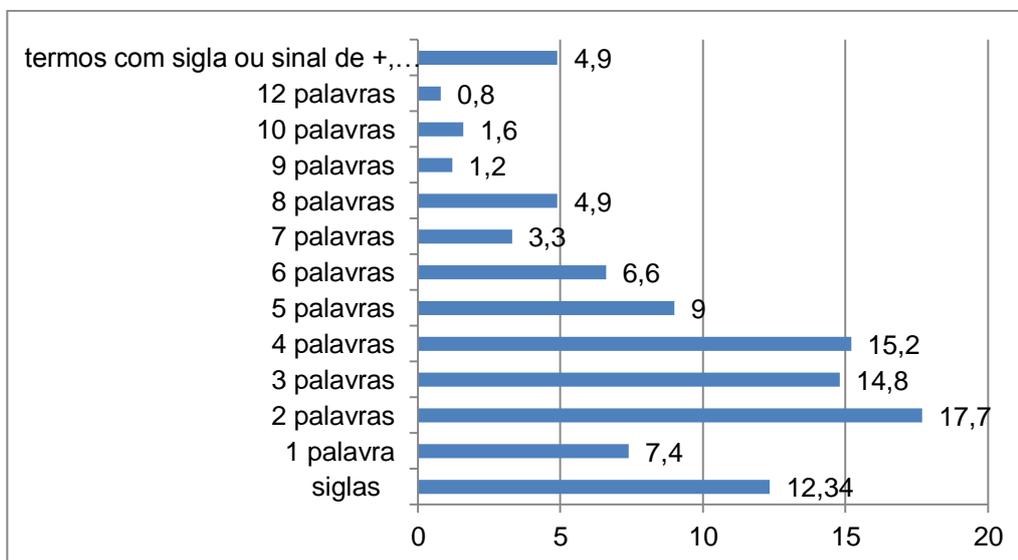


Gráfico 2 – Percentual de termos em português em relação ao número de palavras do sintagma.

Com a finalidade de comprovar a natureza jurídica do glossário, foi feito um levantamento das palavras que se referem a esta área e encontramos 344 menções, nas entradas, definições e notas, a palavras como contrato, lei/legalmente/legislação, normativo/a, pessoa(s) jurídica(s), resolução, fiscalização, obrigação, regra,

regular/regulador/regulamentar/regulação/regularmente/regimento/regimental, norma(s), habilitação/habilitado, acreditação, vedada, monitorar/monitoramento, validade, petição, natureza jurídica. Constatou-se que, dos 179 termos que receberam definições, 52 (29%) fazem referência a leis ou Resoluções Normativas da ANS. Cinco das definições foram simples paráfrases de duas Resoluções Normativas da ANS (RN 195 de 14/07/2009 e RN 252 de 28/04/2011). Esta estatística já seria um argumento suficiente para considerar este glossário como um instrumento prescritivo. O apêndice A traz a lista completa das palavras com conotação jurídica e o número de ocorrências no glossário.

3.2.2 Remissivas (Ver)

Nos glossários terminológicos, as remissivas representam uma opção de ampliar o uso pragmático do instrumento uma vez que auxilia o leitor a recuperar, de forma rápida e objetiva outras informações sobre o tema tratado. Elas servem como uma orientação do terminógrafo que desenvolveu o glossário para que o leitor faça melhor uso dele por meio da consulta às referências indicadas. Um termo consultado isoladamente pode não ser suficiente para cumprir satisfatoriamente as necessidades do consulente e, desta forma, as remissivas expandem o acesso do leitor à informação. As relações associativas indicadas pelas remissivas recomendam a observação de definições de outros termos ou recomendam termos mais adequados ou mesmo termos até então novos para o leitor. Esse recurso, portanto, oferece uma maior abrangência para o entendimento semântico da temática estudada.

Ao falar sobre as funções e objetivos do sistema de remissivas, Barros (2004, p. 174) diz:

O sistema de remissivas (rede de remissivas, referências cruzadas) procura resgatar as relações semântico-conceptuais existentes entre as unidades lexicais ou terminológicas que compõem a nomenclatura de uma obra lexicográfica ou terminográfica. Sua função é corrigir o isolamento das mensagens, ligando variantes, criando campos semânticos.

Segundo Cabré (1993, p. 315-316), as remissivas podem ser classificadas em informativa ou prescritiva. As informativas se subdividem em remissivas por sinonímia e por inclusão ou contração, sendo as primeiras relacionadas ao mesmo conceito (sigla e forma por

extenso, termo padrão e variantes, formas ortográficas ou fônicas diferentes, entre outros). Já as segundas são relações de oposição a ou inclusão de outros conceitos da mesma área temática. Esse tipo de remissão por inclusão é típico da terminologia, não sendo observado com frequência na lexicografia, uma vez que os dicionários de língua não remetem a termos semelhantes para que o leitor faça uma comparação entre eles. Quanto às remissões prescritivas, essas são as que priorizam uma forma do termo em detrimento de outras, o que, em geral, representa uma política terminológica do órgão responsável pelo seu estabelecimento. Nesta classificação incluem-se os termos arcaicos, em desuso, não recomendados e, logicamente, os recomendados ou preferenciais.

No seu *Curso prático sobre o processamento da terminologia*, Sager (1993, p. 93) diz que os dicionários terminológicos concentram-se na informação semântica e, atualmente, com mais frequência na informação pragmática. Ele lembra que devem indicar ainda os acrônimos e outras formas abreviadas. Como formas abreviadas entendemos os termos múltiplos que foram reduzidos e são portadores do mesmo conceito de um termo mais extenso, p. ex., “Plano de saúde” é uma forma abreviada de “Plano privado de assistência à saúde”. Isso ocorre com frequência em termos muito extensos, que, invariavelmente são utilizados na linguagem corrente por suas abreviaturas, e, aqui, têm ambas as formas reconhecidas pelo órgão. No entanto, apenas uma das formas receberá a definição e a outra, uma remissiva para a mais extensa.

Krieger, Maciel e Bevilacqua (2001, p. 254) classificam os sistemas de correlações de remissivas em semânticas e funcionais. As semânticas são divididas em verticais e horizontais. O primeiro tipo indica a hierarquia entre os termos, assim, as relações são de hiperonímia e hiponímia. O segundo tipo, horizontal, aponta o paralelismo entre os termos, sendo as relações de sinonímia (também por siglas), e de abreviatura. Já nas relações funcionais, as remissivas fazem referência ao que chamamos de termos conexos, ou seja, aqueles que, de alguma forma, têm ligação com o termo definido na entrada consultada.

A importância de haver critérios bem definidos e coerentes para o estabelecimento de remissivas é lembrada por Barros que considera que essas relações podem ser de significação e, de frequência de uso, por exemplo (2004, p. 175-180). Ela considera desnecessário remeter os termos se eles estão em ordem alfabética sequencialmente logo após o termo consultado, entretanto, entendemos que, no que se refere a glossários *online*, isso pode ser um problema caso o *software* utilizado para sua disponibilização em rede não apresente uma lista dos

termos (terminologia) na mesma página, o que provocaria a perda desta remissão. Barros aponta como usos da remissiva em dicionários, a indicação da forma léxica mais adequada (preferencial), das variantes (ortográfica, de registro, diacrônica ou regional), da forma estrangeira para a vernácula, e de elementos de fraseologismos para a lexia completa.

Na sua abordagem socioterminológica, Gaudin propõe que tanto a língua escrita quanto a falada sejam consideradas na terminologia. A socioterminologia não propõe um termo dominante nem exclui outros termos, para ela todos coabitam harmoniosamente, pois dependem da comunidade linguística que os utiliza: pessoal técnico, cientistas ou leigos. Para esse autor (op. cit., p. 182) é a difusão do termo que definirá se ele será bem sucedido.

Considerando que o levantamento inicial dos termos deste glossário foi realizado baseado em um *corpus* de documentos, *sites*, etc., fornecidos pelo próprio órgão (ANS), os termos elencados foram representativos de uma linguagem institucional cotidiana. Com isso, todos eles são utilizados, quer sejam bem aceitos (preferenciais) ou não (em desuso, não preferenciais).

Ao estabelecer as diferenças entre os registros utilizados na língua de especialidade, Dubuc (2002, p. 75) menciona

As línguas de especialidade também têm, como a língua geral, registros de expressão aos quais correspondem níveis de língua. Distinguem-se, em geral, três níveis: o jargão de ofício (próprio das trocas verbais entre técnicos), o registro técnico-científico (que pertence, sobretudo, à língua escrita pelos especialistas) e o registro comercial (que compreende a terminologia própria a uma empresa ou a um fabricante)³⁰ (tradução nossa).

Entendemos que as variantes devem ser consideradas para que a terminologia registre a realidade de uso nos discursos. No caso deste glossário, as variantes são estabelecidas dentro do próprio órgão (registro comercial, de Gaudin) que contempla os usos dos planos de saúde e dos beneficiários destes planos.

³⁰ “Les langues de spécialité ont aussi, à l’instar de la langue générale, des registres d’expression aux quels correspondent des niveaux de langue. On distingue en general trois niveaux: le jargon d’atelier (propre aux échanges oraux entre techniciens), le registre technico-scientifique (qui appartient surtout à la langue écrite par les spécialistes) et le registre commercial (qui comprend la terminologie propre à une entreprise ou à un fabricant)”

As remissivas deste glossário referem-se às variantes (abreviaturas e siglas), aos hiperônimos e hipônimos e aos termos conexos (aqueles que têm alguma relação com o termo da entrada analisada).

Dos 243 termos do glossário, 191 (78,6%) têm um ou mais tipos de remissivas, distribuídos da seguinte forma: remissivas com a recomendação de ver o sinônimo (Ver sin.) são 31; sinônimos (Sin.) são 46 (das quais 30 são remissões para as siglas apenas), termos que direcionam o leitor para outros termos (com a indicação Ver) são 92, que têm entre um e oito termos remetidos, e 31 com a seta (→) que remete a sigla para o termo por extenso.

Trinta e um termos têm remissivas do tipo “Ver sinônimo” que cumprem a função de apenas direcionar o consulente de um termo não preferencial ou abreviado para o termo preferencial ou completo, no qual ele encontrará a definição e demais informações. O termo abreviado em geral é mais utilizado na linguagem oral cotidiana.

Ex.: **Adaptação**, *fem. Ver sin. Adaptação de contrato.* (*Adaptação é um termo abreviado*)

Usuário de plano privado de assistência à saúde, *masc. Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.* (*Usuário de plano privado de assistência à saúde é um termo não preferencial*)

Quarenta e seis termos têm sinônimos, dos quais 30 referem-se às siglas dos termos por extenso. As siglas são consideradas sinônimos por transmitirem a mesma informação dos termos dos quais elas se originaram.

Quinze termos com sinônimos têm entre uma e sete remissões cada, somando 28 sinônimos para os 15 termos. Destes 28, quatorze são hiperônimos e um, curiosamente, é um hipônimo.

Exemplo de remissão a sinônimo hiperônimo:

Adaptação de contrato, *fem. Sin. Adaptação.*

Operadora de plano privado de assistência à saúde, *fem. Sin. Operadora; Operadora de plano de saúde.*

Contrariando a prática adotada na Agência Nacional de Saúde Suplementar para eleger o termo preferido, num único caso um termo menos específico foi escolhido como

preferencial e recebeu a definição. Observe-se, abaixo, que este termo também indica um hiperônimo como sinônimo.

Ex.: **Carteira de planos de saúde**, *fem.* *Sin.* *Carteira de planos; Carteira de planos privados de assistência à saúde.*

As demais treze remissivas sinonímicas indicam termos alternativos aos preferenciais, que não são recusados pela ANS, uma vez que estão mencionados no glossário como sinônimos e não como “termos em desuso” como ocorrem em outros casos. Esses, portanto, são aceitos na linguagem técnica do órgão, sendo considerados os preferenciais aqueles termos que recebem as definições.

Ex.: **Beneficiário de plano privado de assistência à saúde**, *masc.* *Sin.* *Beneficiário; Consumidor; Consumidor de plano de saúde; Participante de plano privado de assistência à saúde; Segurado; Usuário; Usuário de plano privado de assistência à saúde.”*

Saúde Suplementar, *fem.* *Sin.* *Assistência suplementar da saúde.*

Observe-se que são 31 os termos com indicação “Ver sin.”, entretanto, nem todos são mencionados como sinônimos daqueles aos quais foram remetidos. Isso caracteriza a preferência de uso de uns em relação aos outros ou mesmo a recomendação de que os termos que não receberam a definição não sejam utilizados, conforme exemplo abaixo.

Ex.: **Abrangência geográfica**, *fem.* *Ver sin.* *Área geográfica de abrangência.*

Área Geográfica de Abrangência, *fem.* *Categorização do tipo de extensão territorial em que o plano de saúde possui cobertura.*

No exemplo acima, Abrangência geográfica remete a Área Geográfica de Abrangência, mas este não menciona aquele como sinônimo, o que indica uma predileção de uso do último em relação ao primeiro.

Não utilizaremos aqui a denominação termo oficial uma vez que se os termos são usados na ANS, são oficiais, apenas uns são preferidos aos outros.

Há ainda 92 remissivas com indicação “Ver” apresentadas ao final do verbete e que encaminham o leitor para termos hipônimos, hiperônimos, conexos, nova denominação, ou

para os termos a serem usados uma vez que o termo consultado está em desuso e é desaconselhado pelo órgão.

Das 92 remissivas mencionadas, uma foi nitidamente uma remissão equivocada a um termo hipônimo que, por sua vez, remete novamente ao preferencial (hiperônimo). Veja no exemplo abaixo que poderia ter sido evitada a remissão a “Portabilidade”, direcionando o termo “Portabilidade extraordinária” diretamente para “Portabilidade de carências”.

Ex.: **Portabilidade Extraordinária**, *fem.* Condição de Portabilidade não prevista pela Diretoria Colegiada (DICOL).

Nota: casos em que a DICOL observou que as tentativas de portabilidade especial não tenham sido suficientes, dadas as dificuldades de compatibilidade do plano privado de assistência à saúde, a oferta local e as variáveis de preço e rede de cobertura. *Ver Portabilidade.*”

Portabilidade, *fem.* *Ver sin. Portabilidade de carências.*

Portabilidade de carências, *fem.* *Sin. Portabilidade.* Contratação de um plano privado de assistência à saúde com registro de produto na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na mesma ou em outra operadora, concomitantemente à rescisão do contrato referente a um plano privado de assistência à saúde, contratado após 1º de janeiro de 1999 ou adaptado à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em tipo compatível, observado o prazo de permanência, na qual o beneficiário está dispensado do cumprimento de novos períodos de carência ou cobertura parcial temporária.

Nota: a portabilidade de carências está disciplinada pela Resolução Normativa ANS nº 186, de 14 de janeiro de 2009, e suas atualizações. *Ver Carência de plano privado de assistência à saúde.*

O gráfico em formato de pizza abaixo traz o detalhamento de como estão distribuídas as remissões, ou seja, se elas aparecem no termo, na definição, na nota ou em mais de um destes locais ou se não foram citadas em nenhum deles. Assim, a palavra “não” significa que não aparece em nenhuma das posições citadas e as demais, se estão apenas em uma posição ou mais de uma. Não foi observada nenhuma remissão que estivesse nas três posições (termo, definição e nota).



Gráfico 3 – Paradigma(s) das entradas do glossário em que as remissões são mencionadas.

Três termos remetem a suas novas denominações, o primeiro (abaixo) esclarece que o termo se transformou em outro e os dois seguintes informam que os termos deixaram de ser usados em favor dos termos aos quais eles recomendam. São eles: *Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização*, que remete a *Núcleos da ANS*; *Reparação espontânea e imediata*, que remete a *Reparação voluntária e eficaz* e *Rol de Procedimentos Médicos e Odontológicos*, que remete a *Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde*.

Doze termos fazem remissão aos seus hiperônimos e outros 25 a termos que funcionam como hiperônimos.

Para Maria Tereza Cabré (1993, p. 314) “uma remissão consiste em uma interação recíproca (mas não necessariamente equitativa) entre dois termos”³¹ (tradução nossa). Entretanto, entendemos que as remissões não precisam ser recíprocas e adotamos o critério da relevância para indicar outros termos no glossário.

Como exemplo, citamos os termos hipônimos *Alienação compulsória de carteira*, *Alienação parcial de carteira*, *Alienação total de carteira* e *Alienação voluntária de carteira* que fazem remissão a *Alienação de carteira*, seu hiperônimo, para elucidar parte do termo e tornar desnecessário explicar novamente o que se entende por esse último. Desta forma, é possível concentrar-se mais nas especificidades do termo e não retomar o termo hiperônimo na definição.

No exemplo abaixo, o vocábulo *Plano* foi utilizado em lugar do termo completo e preferencial, *Plano privado de assistência à saúde*, pois o termo “plano” é uma abreviação e

³¹ “una remisión consiste en una relación recíproca (pero no necesariamente equitativa) entre dos términos”

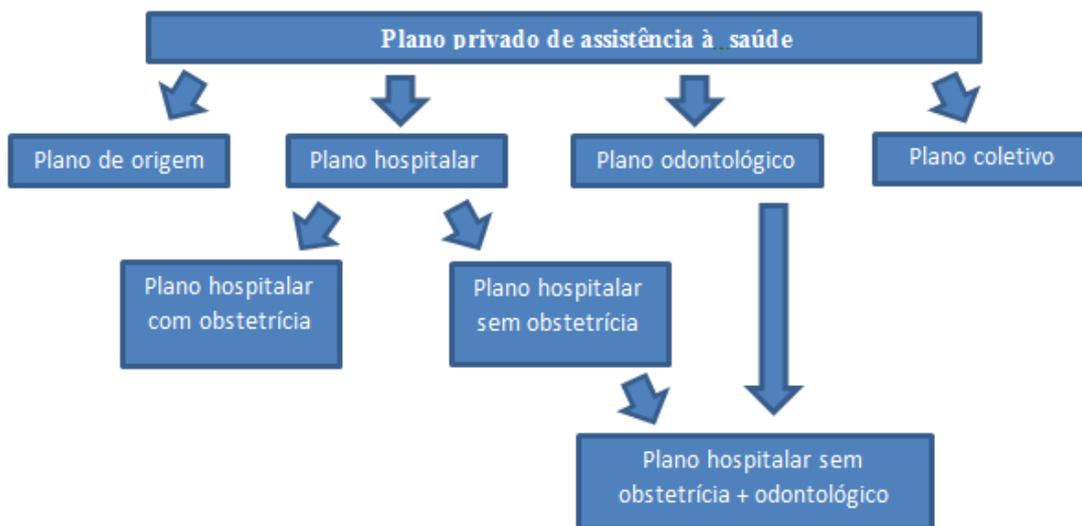
entendido como sinônimo do mais específico e mais extenso e, assim, funciona como um hiperônimo. Em todos os termos que se referem a planos privados de assistência à saúde o termo *plano* foi utilizado em lugar do termo completo, nitidamente por motivos pragmáticos de economia linguística e refletindo o que ocorre na linguagem cotidiana.

Ex.: **Plano**, *masc.* *Ver sin. Plano privado de assistência à saúde.*

Plano ambulatorial, *masc.* [definição e nota] *Ver Plano privado de assistência à saúde.*

Plano privado de assistência à saúde, *masc.* *Sin. Plano; Plano de saúde; Produto.*
[definição, notas e remissivas]

Abaixo apresentamos um esquema hierárquico parcial para melhor visualizar a relação co-hiponímica e hiperonímica de alguns termos. A relação dos termos relacionados a *Plano privado de assistência à saúde* tem vários níveis, sendo formada por vinte termos que se relacionam em diferentes níveis de hiperonímia e co-hiponímia.



Esquema 4 – Exemplo de relação hiperonímica/hiponímica de termos.

Contrariando o padrão adotado neste glossário, um único termo (hiperônimo) faz remissão a seus hipônimos, o que não acontece com os demais termos hiperônimos.

Ex.: **Regime especial**, *masc.* [definição e nota]. *Ver Regime especial de direção fiscal; Regime especial de direção técnica; Regime especial de liquidação extrajudicial.*

O padrão utilizado seria o caso de *Autogestão*, que remete aos seus co-hipônimos *Administradora de benefícios*; *Cooperativa médica*; *Cooperativa odontológica*; *Filantropia*; *Medicina de grupo*; *Odontologia de grupo*; ao seu hiperônimo *Modalidade de operadora*; e a um termo conexo *Seguradora especializada em saúde*, mas não remete aos seus hipônimos, *Autogestão com mantenedor*, *Autogestão não patrocinada*, *Autogestão patrocinada*, *Autogestão por RH* e *Autogestão sem mantenedor*. Como padrão do glossário, estes hipônimos remetem ao hiperônimo *Autogestão*.

Dois termos remetem a outros dois termos que os definem. Nestes casos optou-se por definir os termos a partir das definições já elaboradas para os outros dois termos aos quais estes fazem remissão, uma vez que sua definição é a união dos outros dois. São eles:

Plano hospitalar com obstetrícia + odontológico, *masc. Ver Plano hospitalar com obstetrícia; Plano odontológico.*

Plano hospitalar sem obstetrícia + odontológico, *masc. Ver Plano hospitalar sem obstetrícia; Plano odontológico.*

Cinquenta e oito termos remetem a um ou mais termos conexos, que podem ser aqueles que foram mencionados nas definições ou notas, aqueles que aparecem no próprio termo ou outros que se considerou pertinente fazer a remissão. Eles podem estar no próprio termo, na definição, na nota ou em nenhuma destas posições. Com isso, 32 termos constantes das remissivas aparecem nas definições dos termos, outros 19 fazem parte do próprio termo, 7 são mencionados nas notas incluídas após as definições e outros 15 termos não são citados em nenhum destes locais. Com isso queremos demonstrar que as remissões a termos conexos não estão relacionadas ao conteúdo das definições ou notas. A exigência que se fez para a remissão foi que constasse do glossário e estivesse diretamente relacionado ao termo definido, seja para elucidá-lo ou compará-lo com outros, fazendo distinções sutis ou importantes.

3.2.3 Termo abreviado e termo mais específico

Os termos da área de Saúde Suplementar surgiram e continuam a ser criados a partir da necessidade de denominar procedimentos, tipos de planos, áreas dentro do organismo e, muitas vezes, devido à maior especificidade que requerem, tornam-se termos muito extensos.

Assim, é preciso normatizar determinados sintagmas portadores de significação que participarão da formação de termos dessa área. Os sintagmas nas entradas do glossário, que utilizam o código “Ver sin.” remetem o leitor para o sintagma em sua extensão completa e/ou ao termo recomendado. Embora remeta para o termo preferencial, o uso do termo abreviado não é desaconselhado, mas, ao utilizá-lo em texto escrito ou oralmente, é essencial esclarecer que ele se refere ao termo completo que normalmente é citado na primeira ocorrência.

No glossário da ANS, são 31 os termos que receberam a indicação “Ver sin.” remetendo ao sinônimo, seja porque ele tem uma especificidade maior ou porque o termo ganhou nova denominação. Por uma questão de economia linguística, para viabilizar a comunicação, os termos mais abreviados são os mais utilizados na linguagem oral. Da mesma forma, na linguagem escrita, para evitar que haja muita repetição de termos longos e a leitura se torne enfadonha, opta-se por explicar, na primeira ocorrência do termo reduzido, que ele será utilizado como variante do termo mais específico. O Quadro 3 elenca exemplos de entradas remetidas aos termos preferenciais e o motivo da remissão. O Apêndice B traz a lista completa das remissões.

Entrada	Remissão	Motivo da remissão
Beneficiário	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Cobertura assistencial	<i>Ver sin. Cobertura assistencial do plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Consumidor	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Evento indenizável	<i>Ver sin. Despesa assistencial.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>

Quadro 3 – Exemplos de termos remetidos para os preferenciais no glossário temático de saúde suplementar.

Quanto aos termos que tiveram suas denominações alteradas, observa-se que *Consumidor*, *Consumidor de plano de saúde*, *Segurado*, *Usuário* e *Usuário de plano privado de assistência à saúde* foram padronizados por *Beneficiário de plano privado de assistência à saúde*. E, apesar de a ANS dar preferência ao termo *Beneficiário*, os termos *Consumidor*, *Segurado* e *Usuário* são utilizados como sinônimos daquele. Curiosamente, no caso de “Carteira de Planos”, entendeu-se que o termo mais adequado seria “Carteira de planos de

saúde”, não necessitando das noções de “privado de assistência” para ser portador do significado completo. Entendemos que o órgão foi incoerente nesta escolha em relação às demais, preferindo normatizar um termo mais usado na linguagem diária e não o que contém o significado mais completo.

Alguns termos são remetidos para outros preferenciais, sem menção ao motivo pelo qual isso é feito. Entende-se que isso se deve ao termo ter caído em desuso ou ter ganhado nova aceção e nova terminologia. São exemplos disso os termos *Área de atuação da operadora* que é remetido para *Região de comercialização* e *Evento indenizável* e *Sinistro* que são remetidos para *Despesa assistencial*.

3.2.4 Siglas

Antes de entrarmos nas discussões e estatísticas sobre siglas, fazemos aqui uma breve distinção entre siglas, acrônimos e abreviações. As siglas advêm da união das letras iniciais das palavras que compõem o termo. Já os acrônimos são provenientes da soma de algumas letras, sílabas ou partes de vocábulos da palavra ou termo a ser reduzido. Ambos são denominados siglas nesse trabalho. As abreviações, por sua vez, representam uma palavra a partir de algumas de suas letras ou sílabas e podem ser oficialmente utilizadas ou criadas a partir de uma necessidade momentânea do usuário. Esse último tipo de abreviação não ocorre no glossário. Chamaremos de abreviação, para fins deste estudo, a redução de um termo longo por parte do termo, seja por uma ou mais palavras. Todas essas formas de redução são utilizadas em substituição ao termo, à expressão ou à palavra por extenso ao qual se referem.

Faulstich (2006, p. 28), inspirada em Auger, diz que na normalização terminológica, “o termo serve tanto para designar a fixação de variedades pelas vias da auto-regulação, como para denominar a intervenção de uma organização em ordem para estabelecer a preferência de uma forma em relação a outras”. No glossário estudado, a normalização ocorre como forma de indicar a preferência por uma denominação em relação a outras, seja de termos mais específicos que precisam ser entendidos de forma restrita para portarem o significado que têm, seja de termos reduzidos, por meio de siglas (ou abreviações), que remetem aos seus termos por extenso (ou mais completos).

Todas as siglas neste glossário são consideradas sinônimos dos termos por extenso aos quais se referem. Das trinta e uma siglas encontradas neste trabalho, uma delas é formada por duas siglas separadas por um espaço (FIP ANS). Na linguagem institucional utilizam-se as siglas como forma de economia linguística para abreviar a comunicação e torná-la mais eficaz no trabalho cotidiano. Em textos escritos da ANS as siglas também são utilizadas com grande frequência, com o objetivo de reduzir os termos agilizando, desta forma, a comunicação. Em textos, o usual, que também é o recomendado, é mencionar, na primeira ocorrência, o termo por extenso, seguido da sigla e, somente a partir de então, utilizar a sigla já esclarecida.

Das siglas levantadas, 40% seguem o modelo de formação siglária conforme o qual se utilizam as letras iniciais de todas as palavras do sintagma. As outras 60% são formadas por combinações diversas. Houve padronização das siglas das diretorias da ANS, tendo sido compostas pela sílaba “Di” acrescida de outra sílaba ou letras iniciais de uma ou mais palavras do sintagma nominal que denomina a diretoria: Diges (Diretoria de Gestão), Difis (Diretoria de Fiscalização). A sigla QUALISS (Programa de Monitoramento da Qualidade dos Prestadores de Serviços em Saúde Suplementar) foi formada por abreviação do termo mais significativo do sintagma seguido dos dois “S” para remeter ao tema da área: e Saúde Suplementar. Desse modo, observa-se uma tentativa de seguir os principais modelos adotados para formação siglária, quais sejam, uso das letras iniciais e o uso das sílabas iniciais dos termos do sintagma.

Em alguns termos com siglas que receberam tradução optou-se por explicitar a sigla, embora em certos casos não fosse necessário, dado o uso frequente destas em língua estrangeira também. Por exemplo, o termo *Autogestão por RH* foi traduzido por *human resource managed health insurance*, apesar de a sigla RH poder ter sido traduzida por HR (human resources), da qual, provavelmente, ela se originou em português.

Nove termos são híbridos, ou seja, formados por palavras e uma sigla e não foram considerados siglas. São eles: *Autogestão por RH*, *Central de Relacionamento da ANS*, *Disque ANS*, *Formulário de Informações Periódicas da ANS*, *Impugnação de Ressarcimento ao SUS*, *Núcleos da ANS*, *Padrão TISS*, *Ressarcimento ao SUS*, *Sistema de Avaliação de Desempenho Individual da ANS*. As traduções destes tipos de termos serão discutidas no item 4.2.2 alínea b.

4. TRADUÇÃO E TERMINOLOGIA

Enquanto o escritor fixa as palavras na sua forma perfeita, a tarefa do tradutor é libertar estas mesmas palavras e soltá-las em outra língua para que se sintam em casa”. Octavio Paz ³² (tradução nossa)

A terminologia é uma disciplina moderna que apenas recentemente passou a ser tratada como uma área autônoma, devido ao notável crescimento das linguagens de especialidade em um mundo em que a inovação científica, técnica e tecnológica são constantes. Daí o interesse por estudar com mais propriedade essa disciplina que se ocupa das linguagens utilizadas em qualquer especialidade e tem uma participação na formação dos profissionais ligados a elas. Embora não seja ressaltada como uma área de estudo, a terminologia faz parte da vida das pessoas em diversas atividades do seu dia a dia, sejam elas profissionais ou não.

Pavel e Nolet (2002, p. xvii) definem terminologia como a “disciplina lingüística consagrada ao estudo científico dos conceitos e dos termos empregados nas línguas de especialidade”. A norma ISO 1087-1 (2000, p. 10) define terminologia como “a ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão de terminologias em diversos campos de conhecimento”³³ (tradução nossa). Ocupa-se, portanto, do termo técnico-científico.

Segundo Barros (2004, p. 22), devido à necessidade de desenvolver terminologias nas empresas, o trabalho terminológico se ampliou de um âmbito de universidade para o âmbito empresarial. É fato que o trabalho da terminologia bilíngue ou multilíngue está acelerado na atualidade devido às renovações observadas em todas as áreas do conhecimento. Associações foram criadas, as normas desenvolvidas por instituições nacionais e internacionais são adotadas pelos seus regulados e a importância desta ciência está cada vez mais reconhecida nos organismos profissionais que buscam difundir as terminologias próprias das áreas a fim de aperfeiçoar o entendimento e a qualidade dos seus serviços e produtos.

³² “While a writer fixes a word into a perfect form, the task of the translator is to liberate those same words and free them into another language where they will feel at home”.

³³ “Science studying the structure, formation, development, usage and management of terminologies in various subject fields”.

Na tradução, conforme diz Barros (op. cit., p. 47), “as pesquisas no campo da Terminologia e toda sua produção objetivam munir os tradutores de instrumentos de trabalho dotados de maior grau de precisão”. É essa precisão que os profissionais preocupados com seu ofício buscam para certificar-se de estar colocando no mercado uma produção séria, que transmita confiança para o usuário. Devido ao grande intercâmbio internacional, a terminologia bilíngue é o caminho pelo qual o conhecimento profissional se renova e se aperfeiçoa com mais rapidez, proporcionando o compartilhamento de experiências entre comunidades diferentes.

Uma distinção entre terminologia bilíngue e tradução é apresentada por Aubert (2001 p. 41-52) que mostra que essas duas áreas têm uma relação de complementaridade sendo convergentes quando: a) a terminologia serve de auxílio ao tradutor (uso de glossários); b) a tradução serve como auxílio à terminologia bilíngue ou multilíngue; c) a definição é considerada uma tradução intralingual e/ou paráfrase e d) o tradutor participa como criador de terminologia.

Observamos no glossário de Saúde Suplementar exatamente o que Aubert sugere nos itens acima, ou seja, que tanto os termos quanto suas definições auxiliam o tradutor, que a tradução, embora não seja obrigatório seu uso, ajuda o tradutor nas suas escolhas, que a definição permite o entendimento do termo para busca de uma melhor tradução caso aquela apresentada não seja considerada suficiente e que o tradutor contribui com seu conhecimento linguístico e muitas vezes também da especialidade para propor traduções.

Krieger & Finatto (2001, p. 75) apontam como interesses da terminologia o termo, a fraseologia e a definição, sendo o termo o “objeto privilegiado de reflexão e tratamento”; a fraseologia, “a expressão típica das comunicações profissionais”; e a definição aquela que “corresponde à materialização linguística do componente conceitual do termo, funcionando como articulação linguística e via de acesso desse componente”.

Como objeto de estudo da tradução apontamos principalmente o texto de partida e o texto de chegada, sendo esse último responsável por transmitir o conteúdo (e/ou a forma) do primeiro. É uma prática que se ocupa das complexas atividades cognitivas que envolvem o processo tradutório. A Tradução não se limita ao texto escrito, pois estuda ainda o texto falado (atividade denominada interpretação) e as traduções intersemióticas (reprodução de um conteúdo expresso em uma linguagem para outro sistema de linguagem da mesma língua ou de outra).

4.1 PREMISSAS TEÓRICAS GERAIS

O interesse por entender o funcionamento da linguagem tem ocupado pesquisadores de diversas especialidades e linhas de pensamento e muitas são as reflexões sobre a maneira como a linguagem é adquirida pelo ser humano. As ciências que estudam a cognição buscam esclarecer a ligação entre o pensamento e a linguagem e a possibilidade de existência deste sem aquela, ou vice-versa. As teorias levantam questionamentos a respeito do intelecto, do meio ou dos contextos específicos em que ocorre a linguagem e dos aparelhos fonador e auditivo que possibilitam fisiologicamente a sua realização. Morato e Koch (2003, p. 88) afirmam que

Se cognição é uma forma de (ser) conhecimento, dependente dos processos de significação, linguagem é, por suas propriedades formais e discursivas, não apenas mais uma forma, mas a própria possibilidade de conhecimento, a ‘atividade significante e reflexiva por excelência’.

Vigotsky defendeu que a linguagem e o pensamento surgem como decorrência da interação social e que, a partir desta interação o homem se desenvolve como sujeito. Esse autor faz uma distinção entre a parte individual da linguagem e a parte social, explicando que a fala racional e o pensamento verbal só surgem na criança a partir dos dois anos de idade, antes da qual existe uma fase pré-linguística do pensamento e uma fase pré-intelectual da fala. Interacionistas como Vigotsky entendem que a interação com o outro possibilita o desenvolvimento da linguagem na criança e que a função primordial do contato social é a comunicação.

Os sociocognitivistas propuseram a existência de uma base interacional (social) e uma base cognitiva na aquisição da linguagem que se dá quando “a criança começa a entender que existe uma intenção no ato comunicativo dos adultos” (CEZARIO e MARTELOTTA, In: MARTELOTTA, 2010 p. 213). Eles rejeitam a separação entre estas duas bases, defendendo que é a relação entre interno/externo e social/individual que possibilita a comunicação por meio de expressão dos sentidos das coisas.

Benveniste (1966, p. 20) faz uma distinção entre linguagem e língua, sendo a primeira uma faculdade dos seres humanos, “característica universal e imutável do homem” e a segunda algo particular e variável conforme o ambiente em que o homem se desenvolve. Ele

ênfatiza, então, que os linguistas se ocupam das línguas, as quais estudam e analisam a partir dos seus elementos formais próprios. Esse autor nos fala ainda dos planos sintagmático, referente ao encadeamento da fala, e paradigmático da língua, relativo à substituição semântica das palavras por outras, sejam elas semelhantes, opostas ou relacionadas. É no plano paradigmático que se situa o estudo da lexicologia e da terminologia, que buscam o estabelecimento de definições para as palavras e termos.

Benveniste (op. cit., p. 30) entende que a linguagem “encadeia as proposições no raciocínio e torna-se instrumento do pensamento discursivo” e adiciona que ela é “o mais econômico dos simbolismos” (op. cit.) sem a qual seria um trabalho muito árduo, praticamente impossível, falar das coisas. Ele lembra ainda que a linguagem se realiza em dois planos, o físico, pelo uso dos aparelhos fonador e auditivo, e o imaterial, pela comunicação dos significados dos acontecimentos ou experiências. A integração do ser humano na sua cultura, segundo esse autor, dá forma, sentido e conteúdo à vida e às atividades humanas (op. cit., p. 31) e a cultura, por sua vez, se realiza por meio de símbolos. Benveniste entende que o simbolismo da linguagem é o que permite que façamos abstrações e representemos nossa imaginação criativa, e que o símbolo é algo imotivado, não tem relação direta com aquilo que representa sendo essa faculdade de representação simbólica “fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade” (op. cit., p. 29).

A hipótese Sapir/Whorf relaciona as línguas e suas estruturas com a maneira como os seus falantes compreendem e se comportam em relação ao mundo, ou seja, sua cosmovisão. Essa hipótese de relativismo linguístico afirma que os falantes de línguas diferentes veem o mundo de maneiras diversas e tomam decisões para interpretação das suas realidades conforme as possibilidades disponíveis nas línguas que utilizam. Para eles, cada língua tem características próprias para expressar as realidades de determinada cultura e os falantes de uma língua se expressam como reflexo da cosmovisão dominante na sua cultura.

Entretanto, o aprendizado de outras línguas pode influenciar a maneira como a pessoa vê o mundo e como se expressa em relação a ele. Essa é uma maneira de renovação das línguas por meio da adoção de objetos, costumes, visões de mundo provenientes de falantes de outras línguas com uma percepção modificada pelo falante da língua que está adotando, tomando para si como algo válido para suas necessidades e realidade.

Na exposição destas linhas de pensamento, constata-se que todas entendem que a cultura, por meio da interação social, exerce influência no desenvolvimento da linguagem. A

linguagem é, portanto, uma instituição social por meio da qual ocorre a comunicação entre os homens, e esse relacionamento dentro de uma comunidade constrói a cognição dos indivíduos em relação ao seu ambiente. Cognição refere-se à aquisição de conhecimentos pelo indivíduo, à consciência que ele adquire, ao saber que ele desenvolve. A cognição está ligada à linguagem, à cultura, ao comportamento, às experiências vividas e ao indivíduo como ser pensante.

Cabré (1993, pg. 96) entende a cognição como “o resultado de um processo psíquico que conduz ao conhecimento”³⁴ (tradução nossa) e, desta forma, é por meio da cognição que o indivíduo apreende a sua realidade. Segundo essa autora, uma teoria cognitiva da terminologia deveria dar conta de três aspectos: a maneira como as pessoas entendem a realidade e organizam o conhecimento; o entendimento de quais são os conceitos, e como eles se estabelecem, se interrelacionam e se ordenam na estrutura do conhecimento; e o estabelecimento da relação entre termos e conceitos. Estes aspectos abrangem a cognição como atividade individual da compreensão do mundo, a cognição como comunicação entre os indivíduos de uma comunidade, e a cognição como a estabelecimento de uma linguagem comum à comunidade.

A manifestação do pensamento tem relação com o juízo que se faz das coisas e acontecimentos, com a possibilidade de representar os sentimentos e percepções por meios intelectivos, sejam eles verbais ou não. As intenções que manifestamos, os propósitos que temos, nossa capacidade de tecer considerações, emitir opiniões e fazer julgamentos são expressos por meio do pensamento e da linguagem. Por meio da capacidade de exprimir conceitos utilizando palavras, o ser humano forma uma rede de ideias comuns a sua sociedade ou a uma situação exclusiva. Os conceitos também estão, dessa forma, limitados ao meio em que circulam, pois, se estiverem descontextualizados, tornam-se vagos, produzem ambiguidades ou mal entendidos.

Ao apresentar os princípios gerais de linguística, Saussure (1966, p. 66) faz uma divisão entre significado (conceito) e significante (imagem acústica) nos trazendo um duplo entendimento do signo linguístico, que não tem relação com a coisa e seu nome. “A imagem acústica não é o som material, algo puramente físico, mas uma impressão psicológica do som, a impressão que ele deixa nos nossos sentidos”. Saussure (op. cit., p. 69) entende que a ligação entre significado e significante é estabelecida de forma arbitrária, e que mesmo as

³⁴ “el resultado de un proceso psíquico que conduce al conocimiento”.

onomatopeias e interjeições são condicionadas pela cultura, como os tradutores literários podem observar no seu dia a dia.

Para Saussure, “o discurso envolve tanto o lado individual quanto o social e não se pode conceber um sem o outro”³⁵ (1966, p. 8, tradução nossa). Para esse linguista, o que é “natural para o ser humano não é a fala oral, mas a faculdade de construir uma linguagem, ou seja, um sistema de signos distintos que correspondem a ideias distintas”³⁶ (op. cit., p. 10, tradução nossa). Nesse sentido, os conceitos mentais formados por um indivíduo são associados a sons linguísticos (imagem acústica), que ele utiliza para expressar-se. Saussure atribuiu à fala características tanto psicológicas (formação da imagem e do conceito na mente da pessoa), quanto fisiológicas ativa e passiva (fonação e audição, respectivamente) e físicas (as ondas do som sendo transmitido de um indivíduo para outro). Segundo o autor, “psicologicamente, nosso pensamento, com exceção de sua expressão em palavras, é apenas uma massa disforme e indistinta”³⁷ (op. cit., p. 111, tradução nossa).

Jakobson (1967, p. 20) declarou que “o instrumento principal de comunicação informativa é a linguagem” e que a denominação dos objetos, ideias e conceitos é necessária para podermos falar das coisas e assuntos sem que elas estejam presentes (op. cit., p. 40). Também é essencial que haja equivalência entre os símbolos usados pelo remetente e pelo destinatário para que a comunicação se realize. Se não houvesse a linguagem, a comunicação se daria apenas de forma dêitica, na presença do objeto ou ser referenciado. “Sem a tal equivalência, a mensagem se torna infrutífera – mesmo quando atinge o receptor, não o afeta” (op. cit., p. 51). Jakobson defende também a noção de que os símbolos são arbitrários e imotivados ou relativamente arbitrários e imotivados, prova disso é o fato de existirem sistemas de escrita diferentes (alfabeto latino, alfabeto cirílico, alfabeto árabe, ideogramas) e que em línguas diferentes as palavras e conceitos têm representações fonéticas e gráficas distintas.

A função da linguagem é, portanto, representar o pensamento que se realiza por meio da linguagem. Uma faculdade peculiar do ser humano é a capacidade de imaginar situações novas, de emitir preocupações e de contar mentiras, todas expressas por meio do pensamento, que não são encontradas em outros seres da espécie animal. A criação de conceitos subjetivos

³⁵ “speech has both an individual and a social side, and we cannot conceive of one without the other”.

³⁶ “natural for mankind is not oral speech but the faculty of constructing a language, i.e., a system of distinct signs corresponding to distinct ideas”.

³⁷ “Psychologically our thought – apart from its expression in words – is only a shapeless and indistinct mass”.

também só se manifesta por meio de considerações cognitivas e requer o exercício do raciocínio para sua verbalização.

A comunicação sempre foi necessária e evoluiu com o convívio dos indivíduos em sociedade, que, por sua vez, aperfeiçoou a linguagem, formando um círculo virtuoso em constante aperfeiçoamento. Conforme Benveniste (1966, p. 31), “língua e sociedade não se concebem uma sem a outra”. O agrupamento de pessoas que compartilham uma finalidade (proteção e sobrevivência numa sociedade primitiva) até as reuniões de grupos com interesses afins nas sociedades atuais (filosóficos, esportivo, etc) baseiam-se todos na possibilidade de comunicação por meio de códigos e sinais. A linguagem continua a unir grupos pelas suas afinidades para as quais criam uma linguagem própria para diferenciarem-se dos outros que não fazem parte daquela agremiação. As linguagens de especialidade são reflexo dessa organização das pessoas em volta de objetivos específicos e confirmam a busca de um entendimento semelhante para o convívio em sociedade.

A comunicação bilíngue adapta as línguas com a difusão dos fenômenos linguísticos, sejam eles sintáticos ou semânticos, e contribui, dessa forma, para o enriquecimento linguístico. As instituições buscam influenciar a comunidade a utilizar corretamente os termos que elas empregam e almeja que os interlocutores estrangeiros conheçam seus termos e os empreguem com as características específicas do país em que ocorrem. Essa é uma maneira de influenciar outras culturas e povos com o aprendizado desenvolvido em uma cultura.

Para Saussure, uma civilização em estado avançado favorece o desenvolvimento de linguagens de especialidade, donde chegamos à neologia na terminologia e, como a língua se espalha geograficamente sendo fator de transformação de outros sistemas linguísticos por meio da influência que exerce sobre os outros, chegamos à neologia tradutiva. O fato de estarmos oferecendo um glossário bilíngue ou trilingue aproxima-se do que Jakobson (1967, p. 29-30) constatou ao dizer que as pessoas bilíngues influenciam mais ouvintes e por isso têm mais poder e prestígio.

A tradução é uma atividade não linear que envolve diversas instâncias do raciocínio e um trabalho cognitivo com habilidades elencadas por diversos teóricos dessa área. Hurtado-Albir e Alves (2009, p. 54 a 73) fazem um apanhado dos modelos apresentados na tradução, de onde tomamos emprestadas as seguintes conclusões. Conforme já mencionamos em 2.2.1, a Teoria Interpretativa da Tradução (de Seleskovitch e Lederer) menciona três fases do processo tradutivo: a compreensão (relacionada à produção de sentido), a deverbalização (que

resulta do processo de compreensão) e a reexpressão (verbalização em outra língua), que envolve, tanto o entendimento, quanto associações linguísticas e não linguísticas. Segundo esses autores, Wills propõe seis fases do processo de tomada de decisão na tradução: “identificação de problemas, esclarecimento (descrição) dos problemas, busca e recuperação de informações relevantes, estratégias de solução de problemas e avaliação das soluções” (op. cit., p. 60, tradução nossa)³⁸.

A teoria da relevância nos direciona para o entendimento da maximização da relevância (princípio cognitivo da relevância), que é definida pela comunicação ostensiva do emissor ao comunicar uma mensagem e pela inferência por parte do receptor para entender o que foi comunicado (princípio comunicativo da relevância) (HURTADO ALBIR e ALVES, 2009, p. 61). O autor do texto participa na comunicação ostensiva, o leitor, na inferência, e o tradutor participa tanto na comunicação ostensiva quanto na inferência, ou melhor, primeiramente na inferência do texto fonte e, posteriormente na comunicação ostensiva no texto meta.

No entender de Jakobson (1967, p. 81), a tradução intralingual ou reformulação (*rewording*) “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua”, e essa sinonímia não significa uma equivalência completa uma vez que hipônimos e hiperônimos têm nuances de significado diferentes. No entanto, ele alerta para a criação excessiva de termos novos à qual denomina doença terminológica.

os termos novos são muitas vezes, a doença infantil de uma nova ciência ou de um ramo novo de uma ciência. Prefiro evitar hoje termos novos em excesso. Quando discutíamos problemas fonológicos na década de 1920, eu mesmo introduzi muitos neologismos, e depois, por acaso, livre-me dessa doença terminológica. (JAKOBSON, op cit., p. 22).

O pensar a tradução deve envolver uma amplitude de opções que o contato com outras línguas e culturas nos oferece. Não é possível manter uma língua, nem as linguagens de especialidade, inertes em mundos limitados, pois as pessoas estão constantemente em contato por meio das fartas trocas econômicas, políticas, esportivas, intelectuais, culturais dos dias atuais. Com esse intercâmbio são adotadas novas ideias, termos são emprestados de outras línguas, são cunhadas novas palavras e isso tudo coopera com a modernização das culturas. A tradução é uma grande responsável por esse enriquecimento das línguas, pois adapta a uma

³⁸ “identification of problems; clarification (description) of problems; search and retrieval of relevant information; problem-solving strategies; choice of solution; and evaluation of solution”.

nova realidade o que outra criou, pensou ou viveu antes. Em tempos de comunicação via *internet*, podemos observar diariamente como os povos se beneficiam com as trocas de valores, as conquistas e os aprendizados das ciências. As línguas e as linguagens de especialidade se aperfeiçoam com a pluralidade de pensamentos e a neologia tradutiva e a sua rápida atualização trazem uma grande contribuição para esse alargamento cultural. A esse respeito, Susan Bassnett (2011, p. 27) aponta o dilema do tradutor, que trabalha com palavras e está sempre em meio à decisão de modernizar ou manter a tradição, e precisa de sensibilidade para saber quando inovar e quando deixar a língua como está.

A neologia tradutiva está diariamente no trabalho do tradutor que, muitas vezes, nem percebe que está cunhando um termo novo na LC ou utilizando uma tradução diferente para uma expressão já cristalizada na LC e, dessa forma, traz uma estrutura ou uma formação lexical neológica para sua cultura. A neologia tradutiva também ocorre de maneira espontânea no cotidiano das pessoas, por ser às vezes imperceptível a adoção de uma estrutura de outra língua ou o uso de expressões traduzidas por meio do contato frequente com outros idiomas.

No que se refere às complexas competências intelectuais que um tradutor deve ter para desempenhar seu trabalho, os autores discorrem sobre o conhecimento dos idiomas envolvidos, o recurso à memória do tradutor, a existência de processos automáticos e não automáticos, o entendimento de questões culturais de ambas as línguas trabalhadas, a solução de problemas de tradução e de terminologia, o conhecimento de como realizar a tarefa, a tomada de decisão durante o processo tradutivo, a consulta a uma gama de fontes de referência, as estratégias utilizadas consciente ou inconscientemente na tradução, a revisão do trabalho final, para mencionar apenas algumas habilidades necessárias para esse profissional. O tradutor, assim, contribui para o enriquecimento das relações internacionais com seu amplo conhecimento de mundo, com suas habilidades linguísticas e com o intercâmbio que promove entre as línguas e culturas, por meio das traduções terminológicas das novas ciências.

Já como perfil exigido para um terminólogo, podemos mencionar o conhecimento de lexicologia e lexicografia, a capacidade de buscar informações e de disponibilizá-las em produtos terminológicos, a habilidade no trato com profissionais de áreas distintas com os quais trabalhará no desenvolvimento dos instrumentos, o conhecimento dos idiomas com os quais pretende trabalhar caso o glossário ofereça equivalentes em outros idiomas. Além disso podemos citar a capacidade de utilizar *softwares*, tão importante na atualidade.

Passamos agora a analisar aspectos como as estatísticas levantadas no glossário com referência a tradução, as modalidades de tradução conhecidas e as características das traduções do glossário, padronização e aspectos cognitivos envolvidos no trabalho do tradutor necessários para entender a tradução terminológica.

4.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS TRADUÇÕES NO GLOSSÁRIO

Para fazer análises das principais características do nosso objeto de estudo para entender os mecanismos de tradução envolvidos no trabalho terminológico, descrevemos abaixo alguns resultados encontrados nas traduções do glossário temático de Saúde Suplementar.

4.2.1 Traduções em números

No que se refere aos termos traduzidos, não receberam traduções as siglas, os sinônimos e os termos remetidos para outros por estarem em desuso. Assim, 65 termos não foram traduzidos. Portanto, receberam traduções 178 termos (73,2% dos termos em português). Entretanto, são 188 as traduções apresentadas, uma vez que seis termos receberam duas e dois termos receberam três possibilidades de tradução. Foram duas as ocorrências de siglas em inglês, oriundas de termos equivalentes quando usado com mesmo significado num mesmo universo de discurso. Foram apenas oito as traduções com uma única palavra, das quais duas têm como termo original em português uma única palavra também, seus equivalentes. As outras seis são paráfrases ou abreviações dos termos em português. Das 188 traduções, 125 têm entre duas e cinco palavras, o que corresponde a 66,5% dos termos, e outras 38 (20%) têm entre seis e onze palavras. (Ver gráfico 4, na página 101). Entre os termos mais longos, com mais de seis palavras, encontram-se tanto aqueles cujo termo original em português também era longo quanto termos cuja tradução foi uma paráfrase da definição, aspectos que serão abordados posteriormente.

Inicialmente buscamos as equivalências para os termos originais no *corpus* construído com *sites* e documentos em LC à medida em que eram encontradas as melhores possibilidades de tradução. Quando não foi encontrado nenhum termo nesse *corpus*, a equipe recorreu à

criação neológica. Podemos constatar que, numa análise dos procedimentos da criação neológica na tradução, muitas podem ser consideradas descrições do termo em português ou da definição, pela aceção semântica dentro do discurso de Saúde Suplementar, de acordo com a definição dada pelos especialistas. Para demonstrar como muitos termos são paráfrases das definições, 71 delas (37,7%) adotam a primeira palavra da definição em alguma posição do termo traduzido em inglês, considerando as possibilidades de traduções que o termo apresenta. Dentre essas 71, em 33 (46,5%) delas a primeira palavra da definição também está no termo em português. Para exemplificar a ocorrência da primeira palavra da definição na tradução, apresentamos o quadro abaixo:

Entrada	Definição	Tradução
Beneficiário ativo*	Beneficiário de plano privado de assistência à saúde cujo contrato do respectivo plano está em vigor. <i>Ver Beneficiário dependente; Beneficiário de plano privado de assistência à saúde; Beneficiário titular.</i>	qualified beneficiary
Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar*	Fundo administrado por instituições financeiras conveniadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de aplicações exclusivas de participantes do setor de saúde suplementar, cujas cotas podem ser utilizadas como ativos garantidores e são automaticamente vinculadas à ANS.	financial fund for private health insurance and plans companies
Nota técnica atuarial de adaptação**	Documento elaborado por atuário legalmente habilitado, no qual são descritas as formulações e observações necessárias ao cálculo do ajuste de adaptação de contrato.	Actuarial document for contract adjustment
Alienação parcial de carteira**	Transferência de parte da carteira entre operadoras de planos privados de assistência à saúde em decorrência de uma operação de alienação voluntária ou compulsória.	Partial portfolio transfer

*Exemplos em que coincide a primeira palavra do termo e da definição na tradução.

**Exemplos em que a tradução repete a primeira palavra da definição.

Quadro 4 – Exemplos de primeira palavra da definição incluída na tradução do termo no glossário temático de saúde suplementar.

De um universo de 188 termos traduzidos, 157 não tiveram coincidência de número de palavras nas duas línguas estudadas e apenas 31 (16,5%) receberam traduções com o mesmo número de palavras (1 a 8 palavras). Na tradução do português para o inglês, duas línguas

com estruturas distintas, não se espera que haja grande identidade no número de palavras dos termos, o que está de acordo com esse percentual de termos com o mesmo tamanho.

Entre os termos mais curtos em português (2 com 1 palavra, 18 com 2 palavras e 5 com 3 palavras) foi encontrado um número considerável de equivalências – duas (100%) para os de 1 palavra, dez (55,5%) para os de duas palavras, e duas (40%) para os com três palavras -, sendo os demais caracterizados como empréstimos, transposições e paráfrases. No que se refere aos termos maiores, com 4 a 8 palavras em ambas as línguas (12 termos ao todo), os termos em inglês foram todos empréstimos, adaptações e paráfrases explicativas dos termos em português. No total, foram 14 os termos com traduções feitas por equivalência.

As traduções para o inglês variaram um pouco de tamanho em relação aos termos em português devido à ocorrência de equivalências e às diferenças nas línguas, principalmente no que se refere ao uso de preposições ou na opção por parafrasear o termo na tradução. Assim, apresentamos no Gráfico 4 o número de termos com 1 a 11 palavras na sua constituição, bem como os termos que contém sigla, números ou aspas e aqueles formados apenas por siglas.

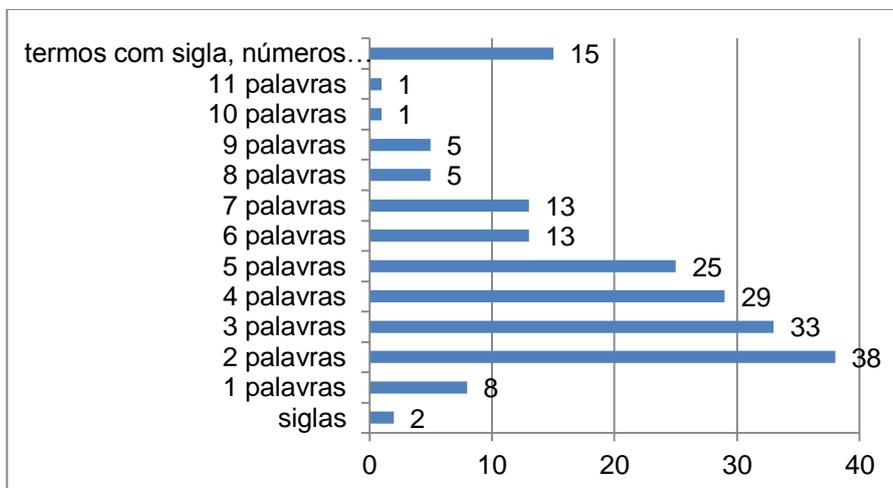


Gráfico 4 – Termos em inglês em relação ao número de palavras do sintagma.

Portanto, o maior número de termos traduzidos para o inglês concentra-se na faixa entre 2 e 5 palavras, com 125 termos (66%). Outros 38 termos (20%) estão na faixa entre 6 e 11 palavras. Salientamos que pode haver mais de uma tradução para alguns termo. Dos oito termos que receberam mais de uma tradução, seis receberam duas traduções e outros dois receberam três traduções, somando 188 termos na tradução.

O gráfico 5 mostra os percentuais das ocorrências de termos traduzidos.

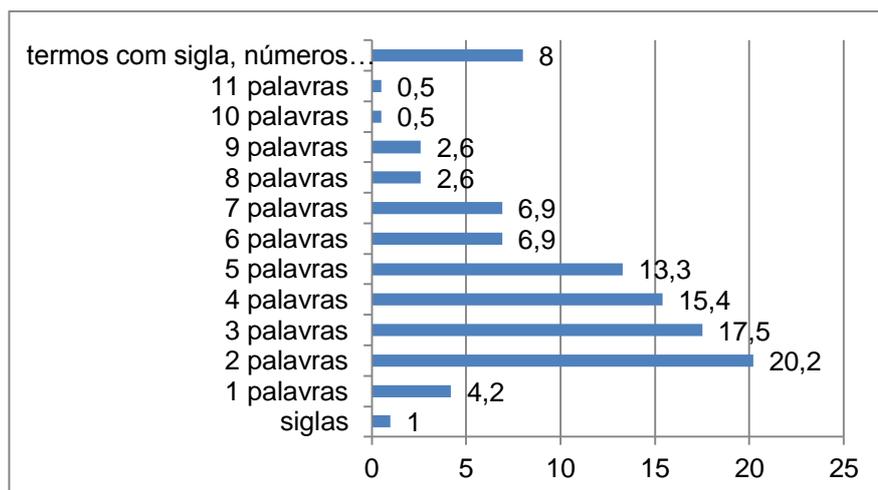


Gráfico 5 – Percentual do número de termos em inglês em relação ao número de palavras do sintagma.

Assim, dos 18 termos em português com uma única palavra, apenas 6 receberam tradução, pois os demais são sinônimos. Destes 6 termos traduzidos, apenas 2 receberam traduções também com uma única palavra, ambos sendo equivalências: *Coparticipação* e *Franquia*, traduzidos por *Copayment* e *Deductible*, respectivamente. Dos 4 que receberam traduções com mais de uma palavra, dividem-se em uma equivalência (*Caução* traduzido por *Cash bond*) e três paráfrases como: *Filantropia* traduzido por *nonprofit health insurer*.

Seis termos em português com mais de uma palavra (de 2 a 9 palavras) também receberam traduções com uma única palavra, dos quais quatro foram equivalências, como *Contraprestação pecuniária de plano de saúde* traduzido por *Premium*. Outros dois são abreviações de um termo mais extenso traduzido, que também receberam outras traduções, como: *Beneficiário de plano privado de assistência à saúde* que recebeu três traduções, *Private health insurance beneficiary*, *Beneficiary* e *Covered person*.

Observou-se na análise dos tamanhos dos termos em português e em inglês que houve uma certa regularidade no que se refere ao número de lexias nos termos com uma a sete palavras. Para fins de análise, consideramos regulares no tamanho aqueles termos com uma lexia a mais ou a menos ou com o mesmo número de lexias do termo em português. Assim, para um termo original com três lexias, são considerados dentro da regularidade os termos com 2 a 4 lexias em inglês. Baseado nessa análise, 56,7 % dos termos com 1 a 7 lexias em português mantêm o mesmo padrão de regularidade em inglês. Isso não foi observado nos termos com 8 a 12 lexias, dentre os quais apenas 5,7% mantêm o mesmo padrão de regularidade.

Quanto às maiores discrepâncias de número de lexias nos termos em português e em inglês, constatou-se que as maiores diferenças estão na faixa dos termos com 8 a 12 lexias em português, em que 53,45 dos termos receberam traduções com diferenças de 4 ou mais lexias. A diferença observada foi para menor, ou seja, termos muito grandes em português foram traduzidos por termos menores em inglês. Dentre os termos menores, com 1 a 7 palavras, houve apenas 6,54% de discrepância, e, nesse caso, os termos discrepantes tinham quatro palavras ou mais a mais do que o termo em português.

O que se constata é que no que se refere a tipos de termos (simples, composto e sintagma) há regularidade entre as duas línguas. Entendemos que, mesmo que haja alteração de extensão de termos, com termos curtos traduzidos por paráfrases e termos longos ganhando uma tradução mais reduzida, mantém-se o percentual de termos extensos e termos breves. Isso denota o uso de sintagmas na terminologia em ambas as línguas para obtenção da monorreferencialidade (um termo designa um único objeto) dos termos.

4.2.2 Modalidades e escolhas tradutivas

Dois momentos são analisados nesta seção: a) as modalidades de tradução encontradas no glossário, para as quais buscamos as classificações propostas por Vinay e Darbelnet e por Aubert, e b) as características das traduções realizadas pelos profissionais de terminologia, tradução e os especialistas da ANS.

a) Modalidades de tradução

São diversas as modalidades utilizadas no processo de tradução, dentre as quais utilizaremos algumas na análise das traduções feitas no glossário em estudo. Vinay e Darbelnet (1995, p. 30-40) apresentam sete métodos de tradução: empréstimo, calque, tradução literal, transposição, modulação, equivalência e adaptação, e são treze os modelos propostos por Aubert (1998, p. 105-110): omissão, transcrição, empréstimo, decalque, tradução literal, transposição, explicitação/implicação, modulação, adaptação, tradução intersemiótica, erro, correção e acréscimo. Entretanto, aqui mencionaremos apenas aquelas utilizadas na análise das traduções do glossário, conforme a tabela abaixo.

Salientamos que, para análise dos métodos de tradução, às vezes consideramos partes do termo, por observarmos mais de uma modalidade em diversos casos, outras vezes, conseguimos classificar o termo inteiro em uma modalidade. Isso considerando as discussões sobre unidade terminológica e unidade de tradução discutidas nos itens 2.1.2.2 e 2.2.2, respectivamente.

Modalidade	Definição e exemplos do Glossário Temático de Saúde Suplementar
Empréstimo	<p>“Segmento textual do texto fonte reproduzido no texto meta com ou sem marcadores (aspas, itálico, negrito, etc.)” (AUBERT, 1998, p. 106). São exemplos: nomes próprios, termos que exprimem realidades antropológicas ou etnológicas específicas.</p> <p>Termos que são utilizados na língua original ao serem traduzidos para outra língua para suprir lacunas metalinguísticas. Vinay-Darbelnet (1995, p. 31)</p> <p>Ex.: “Programa Olho Vivo” por “‘Olho vivo’ program”.</p>
Tradução literal	<p>Tradução palavra por palavra com o mesmo número de palavras, ordem sintática, categorias gramaticais e contém as opções lexicais que sejam sinônimos interlinguísticos da Língua Fonte (AUBERT, 1998, p. 106).</p> <p>Segundo Vinay-Darbelnet (op. cit., p. 34) é uma solução reversível e completa por si mesma.</p> <p>Ex.: “Representação contra a operadora” por “request against private health insurer”, parcialmente literal (“operadora” recebeu uma tradução padrão)</p>
Transposição	<p>Tradução em que ocorrem rearranjos morfossintáticos ou alteração lexical do texto na LF por imposição da LM, como a fusão de duas palavras em uma (I visited – visitei), desdobramento de uma palavra (kindergarten – jardim de infância) inversão da ordem das palavras (remedial action – ação remediadora) alteração da classe gramatical (should he arrive late – se ele chegar atrasado) ou combinações delas (AUBERT, 1998, p. 107).</p> <p>Ex.: “medicina de grupo” por “group medicine”</p>
Omissão	<p>Retirada no texto traduzido de um trecho do texto fonte, não permitindo a recuperação na tradução da informação fornecida em TF. Deve ser diferenciada de transposição e implicitação, nas quais a informação é perfeitamente recuperável embora a correspondência biunívoca seja perdida. Pode ocorrer por censura, limitação de espaço, irrelevância do segmento (AUBERT, 1998, p. 105).</p> <p>Ex.: “Livre escolha do prestador” por “free choice” (esta tradução também é uma equivalência, que exclui a lexia “prestador”).</p>
Explicitação/ Implicitação	<p>Explicitação no texto traduzido de informações implícitas no texto fonte (usando aposto explicativo ou parentético, paráfrase, nota de rodapé), ou, ao contrário, a implicitação de informações explícitas no texto fonte. As</p>

	<p>paráfrases são representantes dessa modalidade. (AUBERT, 1998, p. 107)</p> <p>Ex.: “Conselho de Saúde Suplementar” por “Private Health Insurance and Plans Council” (“Private Health Insurance and Plans” é uma paráfrase que explicita o significado de “Saúde Suplementar”).</p>
Modulação	<p>Reelaboração de mensagem contida no original, valendo-se o tradutor de mudanças de ponto de vista, mas, mantendo o mesmo sentido do original. Justifica-se quando o texto é gramaticalmente correto, mas não produz sentido no texto em LC.</p> <p>Ex.: “Cobertura parcial temporária” por “Temporary pre-existing condition exclusion” (também é uma equivalência, mas em LP se indica de forma afirmativa e em LC de forma negativa).</p>
Equivalência	<p>Forma de se expressar a mesma situação em LP e LC com textos completamente diferentes. São exemplos de equivalência as formas como as pessoas de diferentes culturas reagem instintivamente na expressão da dor em línguas diferentes. (VINAY-DARBELNET, 1995, p. 38).</p> <p>Ex.: “Despesa assistencial” por “claim”.</p>

Quadro 5 – Modalidades de tradução.

Adaptado de Aubert (1998, p. 105-110) e de Vinay-Darbelnet (1995, p. 30-40).

b) Escolhas tradutivas

Durante o processo de tradução, o profissional se depara com diversas situações em que escolhas têm que ser feitas em relação à melhor forma de lidar com as situações que se apresentam. Assim, decisões sobre a manutenção ou alteração da sintaxe das línguas envolvidas, a omissão de redundâncias ou a necessidade de inserções de notas ou explicações relevantes, a possibilidade de desfazer ambiguidades que comprometam o entendimento da obra, a explicitação de termos pouco conhecidos e o desfazimento de eufemismos são algumas das escolhas que tiveram que ser feitas neste trabalho. Nestas análises nem sempre nos referimos ao termo inteiro, pois, por vezes são feitas alterações apenas em algumas lexias para melhor representar o termo.

1. Inversão de sentido

Uma única ocorrência (*Cobertura parcial temporária*) foi traduzida por uma paráfrase explicativa da definição do termo (*Temporary pre-existing condition exclusion*) que inverte o entendimento do termo apresentando o seu oposto. Em português se afirma o caráter temporário da cobertura e, em inglês, se indica o caráter de exclusão de certas coberturas.

2. Omissão

Os termos *Assistência à saúde* e *Assistencial* não foram contemplados com um padrão de tradução, tendo sido omitidos em diversas ocorrências. O termo *Cobertura Assistencial* foi traduzido por *Coverage*, mas quando o termo se refere apenas a *cobertura*, também recebeu a tradução de *Coverage*. Por este motivo, entendemos que o vocábulo *Assistencial* representa uma dificuldade de tradução que foi contornada com a tradução das outras lexias do termo e não com uma solução específica para ele. Opções para tradução destes termos são apresentadas nos exemplos abaixo:

Contrato de plano privado de assistência à saúde traduzido por *private health insurance contract* (em que *health* traduz *assistência à saúde*)

Monitoramento assistencial traduzido por *healthcare monitoring* (em que *healthcare* traduz *assistencial*)

Nos três casos em que termos com o vocábulo *assistencial* são vertidos por equivalentes em língua inglesa, ele mesmo não recebe uma tradução, sendo considerado ‘supérfluo’ para compreensão do termo como um todo, observe-se:

Despesa assistencial traduzido por *claim*

Recuperação de despesa assistencial traduzido por *claim recovery*

Reembolso de despesa assistencial traduzido por *reimbursement*

3. Uso de parêntesis

Para tradução do termo *Coordenador médico de informação em saúde* foi escolhido *Health information manager (physician)* por termos entendido ser esta a forma mais simples de deixar explícito que deve ser um médico o gestor destas informações. Entretanto, ficou uma tradução menos fluente do que um termo sem parêntesis ofereceria.

4. Tradução por termo não mais utilizado

Núcleos da ANS é um termo que se originou de um anteriormente utilizado, *Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização*. Esse segundo termo é citado no glossário com remissão para o primeiro, com a informação de que foi transformado em *Núcleos da ANS*. Entretanto, a tradução de *Núcleos da ANS* retomou o entendimento do termo não mais

utilizado, pois foi estabelecida como *ANS Regional Center*. Mesmo na definição do termo é recuperada a noção de fiscalização do termo anterior, o que sugere que o termo foi alterado por motivação outra que não o desuso ou falta de entendimento do termo.

5. Conotação política

Observamos um termo com conotação política cuja equivalência em inglês desfaz esta conotação: *Unimilitância* que tem como equivalente *Exclusivity clause*. Segundo o dicionário Houaiss eletrônico, o verbo “militar” tem entre suas acepções os entendimentos de “seguir qualquer carreira ou profissão”, “lutar ativamente em favor de uma ideia ou causa” e “ser filiado a um partido político”. Entretanto, no Brasil o termo “militância” é mais utilizado relacionado a engajamento a atividade política do que a profissão. Já em inglês, o seu equivalente não traz esse entendimento político.

6. Negação pela afirmação

Nos exemplos a seguir, chamamos a atenção para a opção de traduzir os termos cuja denominação tem uma negação, ou seja, diz algo que não está contemplado no termo (*não patrocinada e sem mantenedor*), por uma tradução com afirmação, que expressa o que o termo abrange (*health insured*). Salientamos que os termos do exemplo receberam a mesma tradução embora tenham definições diferentes.

Ex.: *Autogestão não patrocinada* traduzido por *self-managed health insured*

Autogestão sem mantenedor traduzido por *self-managed health insured*

7. Mesma tradução para termos semelhantes

Além dos dois termos do exemplo acima, um terceiro termo recebeu a mesma tradução desses, embora se refiram a situações diferentes. No caso abaixo, *Autogestão com mantenedor* e *Autogestão patrocinada* são remetidos para *Autogestão*, hiperônimo daqueles, entretanto, receberam a mesma tradução do hiperônimo, sendo que *Autogestão* tem outros hipônimos subordinados a ele que receberam traduções diferentes, como se espera que seja.

O quadro abaixo traz os termos que receberam a mesma tradução no glossário temático de saúde suplementar,

Termo em português	Termo com mesma tradução	Definição
--------------------	--------------------------	-----------

	em inglês	
Autogestão	Self health insured	Modalidade na qual é classificada uma entidade que opera serviços de assistência à saúde ou empresa que se responsabiliza pelo plano privado de assistência à saúde destinado, exclusivamente, a oferecer cobertura aos empregados ativos de uma ou mais empresas, associados integrantes de determinada categoria profissional, aposentados, pensionistas ou ex-empregados, bem como a seus respectivos grupos familiares definidos.
Autogestão com mantenedor	self health insured	Pessoa jurídica de direito privado de fins não econômicos, classificada como autogestão, vinculada a uma entidade pública ou privada mantenedora que garante os riscos decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde por meio da apresentação de termo de garantia financeira nos termos da regulamentação vigente
Autogestão patrocinada	self health insured	Entidade de autogestão ou empresa que se responsabilizava pelo plano privado de assistência à saúde destinado, exclusivamente, a oferecer cobertura aos empregados ativos, aposentados, pensionistas ou ex-empregados, bem como a seus respectivos grupos familiares definidos.

Quadro 6 – Termos que receberam a mesma tradução no glossário temático de saúde suplementar.

8. Eufemismo do termo, mas não da tradução

Os termos *Reajuste anual de variação de custos* e *Reajuste por variação de faixa etária* têm o sintagma “reajuste” traduzido por “increase” (*anual premium increase* e *age range premium increase*, respectivamente). Um reajuste pode ocorrer para mais ou para menos, mas *increase* denota um aumento. Assim, o termo em português é eufêmico e, na tradução, este eufemismo foi apagado, buscando-se um termo mais representativo da realidade. Isso pode ser visto como uma possível tendência (a ser evitada) do tradutor facilitar o entendimento do leitor por meio de uma explicitação, que, por vezes, é desnecessária.

9. Termo com sigla e tradução com sigla

Somente em um caso a sigla mencionada nos termos não foi traduzida por uma explicitação, pois refere-se ao termo mais importante do glossário, aquele referente ao órgão de regulação em questão: ANS. É um termo repetido em inúmeras definições e ele próprio recebe definição. Os termos com a sigla ANS e suas respectivas traduções ficaram assim:

Termo em português	Tradução
--------------------	----------

Central de Relacionamento da ANS	ANS Customer Service
Disque ANS	ANS Toll Free
Formulário de Informações Periódicas da ANS	ANS Periodic Information Form
Núcleos da ANS	ANS Regional Center
Sistema de Avaliação de Desempenho Individual da ANS	ANS Officers Performance Evaluation System

Quadro 7 – Termos com a sigla ANS

Um outro caso de sigla no termo recebeu um tratamento diferente. A sigla SUS, também importante no glossário por referir-se ao Sistema Único de Saúde, ao qual a ANS pertence, foi traduzida por não ter sido apresentada no glossário e haver a necessidade de enfatizar o sistema superior da saúde no Brasil. Observe-se que a intenção de enfatizar a importância da sigla está na sua repetição após a explicitação do termo. Esta sigla foi tratada da seguinte forma:

Ex.: Impugnação de ressarcimento ao SUS traduzido por reimbursement appeal to the Unified Health System (SUS)

Ressarcimento ao SUS traduzido por reimbursement to the Unified Health System (SUS)

Esses termos são considerados neologismos tradutivos por apresentarem uma sigla de outro idioma na tradução.

10. Ambiguidade

Nesse glossário, um termo em português é certamente ambíguo: *Livre escolha do prestador*. Ele não esclarece quem tem liberdade de escolha: o prestador ou o contratante do prestador. Na tradução (uma equivalência), o termo *free choice* também não diz se a escolha livre é de um ou de outro, sendo necessário complementar a frase para que seja esclarecido quem tem a liberdade de escolha. O termo em português tentou ser mais claro do que o em inglês, mas ainda não atinge uma clareza suficiente.

Outro termo ambíguo é *Recuperação de despesa assistencial*, traduzido por *claim recovery*. Ele só é elucidado quando se entende que a despesa assistencial é do prestador de serviço e não do beneficiário do plano.

11. Pontos de vista diferentes

Determinadas equivalências adotam pontos de vista diferentes para denominar o mesmo referente. Isso foi observado no glossário na seguinte entrada:

Despesa assistencial, *fem. Sin. Evento indenizável; Sinistro*. Despesa resultante de toda e qualquer utilização, pelo beneficiário, das coberturas contratadas, descontados os valores de glosas e expressa em reais.

Em inglês: claim

Despesa assistencial, em português é sinônimo de *Evento indenizável*, reparação ou compensação por um prejuízo, e de *Sinistro*, acontecimento que causa dano ou perda, ambos tomados do ponto de vista do prestador do serviço. Já em inglês, de acordo com o dicionário Merriam-Webster, o termo “claim” designa “uma solicitação de algo devido ou que se acredita ser devido, um direito a algo”³⁹ (tradução nossa), que parte do ponto de vista do usuário. Assim, em português se considera o entendimento do prestador de serviço e, em inglês, do usuário, o que acarreta outras modificações no momento de traduzir uma sentença.

12. Tradução por explicitação

Uma solução encontrada para tradução de termo com explicitação do significado refere-se às lexias “novo” e “antigo”, para as quais os especialistas decidiram empregar a expressão “Act 9656 of 1998” para mencionar o ato que instituiu a alteração do plano e os advérbios de tempo “before” e “after” como definidores do período mencionado no termo. Assim, os termos *Contrato de plano de saúde antigo* e *Plano antigo* tiveram a noção de antiguidade relacionada a “before Act 9656 of 1998”, e o termo *Plano novo* teve a noção de novidade transmitida por “after Act 9656 of 1998” (Quadro 8).

Termo em português	Tradução para o inglês
Contrato de plano de saúde antigo	Private health insurance contract signed before Act 9656 of 1998
Plano antigo	Private health insurance acquired before Act 9656 of 1998
Plano novo	Private health insurance acquired after Act 9656 of 1998

Quadro 8 – Lista de termos com traduções feitas por explicitação.

Dentre as escolhas tradutivas, a neologia se revelou a mais produtiva, por isso, será analisada no item 4.4.

4.3 PADRÕES E PADRONIZAÇÃO NA TRADUÇÃO

³⁹ “demand for something due or believed to be due; a right to something”.

Oito termos da Saúde Suplementar em português receberam uma padronização na sua denominação, tanto por fazerem parte de um hiperônimo comum quanto pela necessidade de manter a coerência nas escolhas feitas. Da mesma forma, ao traduzir, houve uma tendência natural dos especialistas envolvidos no trabalho de buscar uma uniformidade para a versão em inglês. Logo, estávamos muito atentos para manter uma padronização uma vez que os termos em português também seguiam uma.

Inicialmente, foram feitas as traduções dos termos sem observar aqueles com hiperônimos semelhantes. Posteriormente, com uma comparação das escolhas feitas e observação das melhores soluções encontradas, fez-se opção por determinados termos para estabelecer a equivalência dos hipônimos. Isso pode ser observado na comparação de quatro momentos intermediários das pesquisas para tradução com a tradução final dos termos no glossário, em que se notou que, num primeiro momento, várias alternativas eram sugeridas para alguns termos e, após a contribuição dos especialistas da área, as opções foram se afunilando e optou-se por um termo para designar todos (ou a maioria) dos co-hipônimos, ou seja, dos termos que têm um único hiperônimo.

Elencamos abaixo alguns padrões adotados neste glossário:

a) *Saúde Suplementar*

Esse termo foi padronizado por *Private health insurance and plans* em onze das treze ocorrências do termo. As outras duas ocorrências foram traduzidas por *private insurance healthcare providers* e *private sector healthcare providers*. Nestes dois casos os termos são longos e referem-se aos prestadores de serviços de saúde suplementar.

b) *Plano Privado de Assistência à Saúde, Planos de Saúde, Plano e Produto.*

Alguns sintagmas tiveram as traduções padronizadas a fim de aperfeiçoar o entendimento dos termos hipônimos ou correlatos. Assim, nas 48 ocorrências dos sintagmas *Plano Privado de Assistência à Saúde, Planos de Saúde, Plano e Produto*, todos portadores do mesmo conceito, 33 delas foram traduzidas por *private health insurance* e outras três por *private health insurer* (casos em que se referia à operadora de planos de saúde). Em duas ocorrências os sintagmas não foram traduzidos e em outros cinco casos optou-se por usar apenas *plan*, *health plan* e *health insurance and plans*. Em outras quatro traduções foram encontrados termos equivalentes em língua inglesa, motivo pelo qual não foi adotado o

padrão estabelecido. As equivalências observadas referem-se aos seguintes termos do Glossário:

Carência de plano privado de assistência à saúde traduzido por *waiting period*

Administradora de plano de saúde traduzido por *Administrative services organization; ASO*

Contraprestação pecuniária de plano de saúde traduzido por *premium*

Cobertura assistencial de plano privado de assistência à saúde traduzido por *healthcare coverage*

c) *Antigo e novo*

Outro padrão adotado refere-se aos termos *Adaptação de contrato*, *Plano antigo*, *Contrato de plano de saúde antigo* e *Plano novo*, cujas definições fazem menção à lei que instituiu o novo plano e serve como limite para a vigência do plano anterior, cem como do plano novo. Nesse caso, optou-se por explicitar, no termo, a lei que estabelece esta divisão (Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998). Desta forma, os termos foram traduzidos como se segue:

Adaptação de contrato traduzido por *private health insurance contract adjustment to Act 9656 of 1998*

Contrato de plano de saúde antigo traduzido por *Private health insurance contract signed before Act 9656 of 1998*

Plano antigo traduzido por *private health insurance acquired before Act 9656 of 1998*

Plano novo traduzido por *private health insurance acquired after Act 9656 of 1998*

O Quadro 9 mostra alguns sintagmas padronizados.

Sintagma	Tradução padrão	Comentários
----------	-----------------	-------------

Alienação (5)	Transfer (5)	Considerou a definição na tradução.
Diretoria (6)	Office (5) Board (1)	A tradução por <i>Board</i> refere-se a um colegiado, as demais às diretorias da ANS.
Beneficiário (7)	Beneficiary (7) Covered person (2)	Exceção: <i>Beneficiário titular</i> que tem por equivalência <i>Policy holder</i> . Um termo recebeu duas traduções e outro, três.
Nota técnica (4)	Actuarial document (3) Technical document (1)	Todas as traduções levaram em consideração a definição dos termos.
Regime especial (4)	Supervisory intervention (4)	A tradução levou em consideração as definições.
SUS (2)	Unified Health System (SUS) (2)	Optou-se por explicitar o termo por extenso e apresentar a sigla entre parêntesis.

Entre parênteses o número de termos com o sintagma e o número de termos que receberam essa tradução.

Quadro 9 – Exemplos de padronização de termos no glossário temático de saúde suplementar.

No início da teorização da terminologia, a normatização era vista como uma maneira de estabelecer os termos adequados para determinado conceito. Com a adoção de uma postura semasiológica e orientada para o usuário pelas teorias comunicativa e sociolinguística, a normatização passou a ser evitada e defende-se, então que o uso deve preceder à normatização. No glossário da ANS, contudo, pudemos observar que uma certa normatização pode ser implementada quando o produto é governamental, oficial ou regulador. Isso é necessário para uniformizar os conceitos e significados num ambiente regulador, por exemplo.

Conforme Faulstich (2006, s/n) “o ato de normalizar um termo está mais relacionado ao de padronizar e de uniformizar e, até mesmo, ao de harmonizar do que ao ato de impor uma forma por procedimentos normativos”. Este fenômeno se observa no trabalho do glossário da ANS, no qual aparecem sintagmas que se repetem em diversos termos e que receberam tratamento padrão para uniformizar a denominação dada a eles. Embora seja uma instituição que recomenda o uso de determinadas traduções, o objetivo do glossário é oferecer as opções de tradução reconhecidas pela Agência, não impor o seu uso. Como dito anteriormente, em situações específicas, poderá ser mais apropriado o emprego na tradução de um termo diferente daquele proposto no glossário. Há ainda situações em que, já prevendo a possibilidade de mais de uma tradução para alguns termos, foram apresentadas duas ou mais opções no glossário. No que se refere aos termos não preferenciais, que foram remetidos aos

preferenciais e não receberam traduções, recomenda-se buscar a tradução nos termos preferenciais.

Os sintagmas que tiveram suas traduções padronizadas buscam transmitir, na tradução do conceito, significado igual para todos os termos em português que portam o mesmo entendimento. Assim, nas onze ocorrências (que receberam 12 traduções) do sintagma *operadora* que indica uma empresa provedora de plano de saúde, optou-se traduzir por *insurer* em sete das ocasiões. As exceções ficaram por conta da ocorrência do termo *company* em três das sugestões de tradução e da ausência de tradução do termo *operadora* em duas ocorrências. Os sintagmas *cobertura* e *cobertura assistencial* receberam, ambos, a mesma tradução por *coverage*, sendo omitida a palavra *assistencial* no segundo caso.

Termo original	Tradução normatizada
Operadora	insurer; company
Cobertura	Coverage
Cobertura assistencial	Coverage
Diretoria	Office
Beneficiário	beneficiary; person
Adaptação	Adjustment

Quadro 10 – Exemplos de traduções normatizadas no glossário temático de saúde suplementar.

4.4 NEOLOGIA E NEOLOGISMO

Inicialmente precisamos fazer a distinção entre neologia e neologismo, o primeiro sendo o processo e o outro o seu produto. De acordo com Cabré (1993, p. 443) neologia “é a matéria que se ocupa dos aspectos relativos aos fenômenos novos que surgem nas línguas”⁴⁰ (tradução nossa). Da mesma forma, Auger e Rousseau (1978, p. 54) dizem que neologia é “o processo de formação de novas unidades lexicais”⁴¹ (tradução nossa). Boulanger (apud ALVES, 1996, p. 11) menciona que definiu neologismo como “uma unidade lexical de criação recente, uma nova aceção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de

⁴⁰ “es la materia que se ocupa de los aspectos relativos a los fenómenos nuevos que aparecen en las lenguas”.

⁴¹ “le procès de formation de nouvelles unités lexicales”.

um sistema linguístico estrangeiro e aceito numa língua”. Assim, temos que a neologia é uma atividade que cuida do processo de criação de termos e o neologismo é o produto desta atividade criativa.

Segundo Auger e Rousseau (op. cit., p. 53), o surgimento de neologismos cumpre uma das três funções seguintes: i) suprir a ausência de um termo inexistente na língua, ii) denominar uma noção ou objeto criado recentemente, ou iii) eliminar o empréstimo linguístico de uma língua para outra quando a língua em questão tem possibilidade de escrita da palavra criada.

Conforme a proposta de Cabré (1993, p. 449), a disciplina neologia deve analisar as palavras sob três perspectivas:

a vertente linguística, na qual o sistema permite a adoção de recursos para denominar as novidades; a vertente cultural, em que a neologia reflete a evolução, a idiosincrasia e o estado de desenvolvimento técnico e cultural de uma sociedade; e a vertente política segundo a qual para garantir a sobrevivência de uma língua como língua de cultura, a sociedade que a usa deve dispor de denominações que garantam a aptidão desta língua para as necessidades expressivas e comunicativas de seus falantes⁴² (tradução nossa).

Utilizaremos as perspectivas de Cabré que distingue e organiza as tipologias para estudo das unidades neológicas. Assim, analisaremos os neologismos a partir dessas três perspectivas. A vertente linguística (referente ao item i de Auger e Rousseau) assinala a possibilidade que a língua comum tem de oferecer subsídios suficientes para a criação de novos termos, seja pela adição de prefixos ou sufixos, pela justaposição, pela importação de termos de outras línguas e pela adaptação à estrutura lexical brasileira, seja pela formação de sintagmas anteriormente inexistentes na língua, para denominação de um objeto ou conceito. Assim, linguisticamente, no processo neológico, as funcionalidades da língua são ativadas para forjar novos termos e designar os conceitos, objetos ou novidades na língua.

No glossário de Saúde Suplementar, alguns termos trazem alguma dessas características, como, por exemplo, *Índice de Desempenho Institucional*, um nome de uma

⁴² “a) la vertiente lingüística: el sistema permite la adopción de recursos para denominar las novedades; b) la vertiente cultural: la neología refleja la evolución, la idiosincrasia y el estado de desarrollo técnico y cultural de una sociedad; c) la vertiente política: para asegurar la pervivencia de una lengua como lengua de cultura, la sociedad que la utiliza debe disponer de denominaciones que garanticen la aptitud de dicha lengua para todas las necesidades expresivas y comunicativas de sus hablantes”.

medida de análise de desempenho que em inglês foi traduzido por *Institutional Quality Performance Index*, sintagma anteriormente inexistente naquele idioma, no qual também se observa a inversão sintática exigida pelo inglês.

A vertente cultural de Cabré (correspondente ao item ii de Auger e Rousseau) lembra-nos sobre a situação de inovação e renovação da língua que está em constante desenvolvimento e que, no momento atual de globalização, recebe muita influência de outras línguas (principalmente da inglesa, pelo seu *status* de geradora de tecnologias). Culturalmente, a neologia tem a finalidade de denominar essas novas criações de acordo com suas peculiaridades e aperfeiçoamentos. Nos exemplos abaixo observam-se ofertas de planos de saúde destinados ao público brasileiro. Esse público considera o tratamento odontológico caro e teve necessidade de incluí-lo no seu plano mensal, com ou sem obstetrícia de acordo com a necessidade do usuário.

Ex.: Plano hospitalar com obstetrícia + odontológico traduzido por inpatient private health insurance with obstetric coverage and dental care

Plano hospitalar sem obstetrícia + odontológico traduzido por inpatient private health insurance with dental care and without obstetric coverage

A dimensão política da criação neológica de Cabré (item iii de Auger e Rousseau) está diretamente ligada às duas primeiras; a autora defende que deve haver um interesse político do país em prover seu código linguístico, bem como o pensamento, de possibilidades de renovação lexical, para garantir a evolução não apenas da língua, mas também do país como Estado apto a acompanhar a sociedade internacional e manter-se concorrente num mundo em constante transformação. Nesse último caso, entende-se que o país produtor de novidades tecnológicas e de termos, ou que se adapta às novidades produzidas por outros países, está acompanhando a evolução, fator essencial numa sociedade borbulhante em inovação e tecnologia como a atual. Ou seja, politicamente, a neologia ocupa-se de manter a língua atualizada frente às evoluções por que passam as comunidades linguísticas e tecnológicas nacional e internacional.

No caso desse glossário, além do acompanhamento da evolução, há também o aspecto político de divulgação da regularização e normatização dos planos privados de assistência à saúde. Assim, termos específicos à realidade brasileira são apresentados ao público local e, quando traduzidos para outros idiomas são divulgados em eventos internacionais e exportados

para a comunidade internacional, com a finalidade de apresentar a situação do nosso país e de influenciar outras culturas. Os programas governamentais atuais criados com foco no cidadão (p. ex.: *Brasil sem miséria* traduzido por *Brazil without poverty* e *Minha casa minha vida*, por *My home my life*) são exemplos deste tipo de influência que a neologia tradutiva pode ter na elaboração de políticas em outros países.

No glossário em análise, são exemplo disso os termos abaixo que, apesar de não serem traduzidos integralmente, cumprem a função de divulgar as políticas governamentais por meio da apresentação em eventos internacionais ou artigos publicados no exterior, que, certamente, apresentarão o termo acompanhado de uma explicação do contexto em que é utilizado e do que representam.

Ex.: *Programa Parceiros da Cidadania* que obteve como tradução o termo ‘*Parceiros da Cidadania*’ Program

Programa Olho Vivo que obteve como tradução o termo ‘*Olho Vivo*’ Program

Maria Aparecida Barbosa entende que a produção do neologismo e a sua utilização levam em consideração “o conjunto da situação de produção, linguística e extra-linguística” e lembra que a estrutura do neologismo e sua função linguística e ideológica dependem do tipo de discurso, da situação de produção e do contexto linguístico (1996, p. 81). Assim o papel ideológico do neologismo está presente no enunciado e na enunciação. Barbosa apresenta como aspectos a serem considerados no neologismo, os seguintes:

i) “o efeito que provoca no interlocutor mudando sua visão de mundo” (op. cit., p. 82), que está centrado no contexto e tem um caráter informativo, o que se observa no enunciado técnico-científico. Esse neologismo transmite um novo conceito ao leitor, observado nesse glossário nos termos relativos aos programas e aos planos de saúde específicos da realidade brasileira.

ii) o objetivo de transmissão de uma informação de um emissor a um receptor, ou seja, comunicar uma nova informação, “graças à qual o receptor sofre uma modificação e adquire um conhecimento que não possuía” (op. cit., p. 84), observado no glossário de Saúde Suplementar nos neologismos portadores de uma nova informação, e;

iii) a função conativa do neologismo que objetivaria influenciar o receptor, uma “coerção intencional de Emissor sobre Receptor, uma intenção de atingi-lo, em si mesmo, positiva ou negativamente, e provocar uma reação de sua parte” (op. cit., p. 93)

Os neologismos são classificados por Cabré (1993, p. 446-447) de acordo com seu pertencimento ao sistema geral da língua e são divididos em neologismos da língua comum e neologismos das línguas de especialidade. Os neologismos da língua comum surgem sem motivação (sem uma intenção inicial que os produza), têm um caráter lúdico e são efêmeros (sua “expectativa de vida” é curta), não fazem objeção à sinonímia, tendem a uma brevidade formal (têm uma extensão reduzida), baseiam-se em recursos já existentes ou dialetais da língua ou em empréstimos, e normalmente não se difundem para outras línguas.

Em contraste com os neologismos da língua comum, essa autora chama os neologismos terminológicos de neônimos, que se caracterizam por surgirem de uma necessidade de denominação (um novo sistema de computador, um objeto recém-criado) e são mais estáveis (sua “expectativa de vida” é mais longa); rejeitam a sinonímia, pois esta pode impedir a eficácia comunicativa; tendem a ser formas sintagmáticas (por isso mesmo, são mais extensos do que os neologismos da língua comum); recorrem à formação mais culta e manifestam uma vocação internacional (são criados com a perspectiva de extrapolar os limites de sua própria língua e se inserirem em outros idiomas, quando fazem parte de um sistema linguístico reconhecido internacionalmente, como prefixos em latim ou grego, por exemplo).

Auger e Rousseau (1978, p. 54) lembram que a criação lexical deve: a) levar em consideração a estrutura da língua na qual se cria o termo (ou vocábulo) para que não seja criado em desconformidade com a língua, caso em que seria mais adequado deixar o termo na língua original, b) considerar se o termo criado será útil na língua, ou seja, deve-se levar em consideração o seu uso, c) entender se será necessária a homologação por parte de um comitê para confirmar a criação do termo, o que se aplica nos casos de instituições governamentais e criação de produtos industriais, por exemplo.

Para se compreender o processo neológico, e conforme nos mostra Barbosa (1996, p. 79), são necessários: i) a existência de unidades lexicais disponíveis no sistema linguístico para que o usuário as atualize, ii) a extração por parte do usuário de modelos oferecidos pelas unidades existentes para criação de novas unidades, iii) o estabelecimento de relações do neologismo com o enunciado no qual é empregado e iv) o entendimento de que a neologia é um processo dinâmico que leva da neologia à desneologicidade e, novamente, à neologia. As

lexias existentes no sistema linguístico são utilizadas com uma nova acepção e o uso desse novo entendimento numa outra área de especialidade é que conferirá a ele o estatuto de neologismo e, dependendo da frequência do uso ou da perda de sentidos anteriores, o termo deixa de ser percebido como neologismo.

a) Neologia de forma, de sentido e de empréstimo

Da mesma forma como ocorre o processo da construção e emprego de novas unidades lexicais no léxico comum da língua, a criação neológica em linguagem de especialidade é afetada pela maneira como novas unidades lexicais são formadas, pela nova acepção que uma unidade adquire ou pelo acolhimento de uma terminologia de uma língua estrangeira no vernáculo. Gaudin (1993, p. 157) considera muito importante o papel que a neologia ocupa na terminologia, e diz “que ela desempenha uma posição fundadora da atividade terminológica”⁴³ (tradução nossa).

No que se refere à formação dos neologismos, de acordo com Cabré (1993, p. 447-448), esta pode ocorrer por: a) derivação, quando formados por prefixos e sufixos; b) composição (culto ou híbrida); c) sintagmação, quando formam o que denominamos termos complexos e d) processos de truncação, ou seja, formação de acrônimos, siglas e abreviações. Também podem ser formados por outros processos menos correntes como, por exemplo, mudança da ortografia (pela qual o português passou recentemente), criação de palavras valise formadas com partes de duas outras palavras (p. ex.: portunhol, aborrecente) ou ainda por troca de categoria gramatical, o que se observa com frequência na nominalização de verbos (AUGER e ROUSSEAU, 1978, p. 55).

Segundo Auger e Rousseau (op. cit., p. 56), a neologia semântica (de sentido) ocorre quando um termo adquire novo conteúdo semântico ao mudar da língua comum para uma linguagem de especialidade (p. ex.: boneca como brinquedo de criança e boneca na linguagem gráfica), de uma linguagem de especialidade para outra linguagem de especialidade (p. ex.: vírus na medicina e vírus na informática), ou da linguagem de especialidade para a língua comum (p. ex. prego como peça perfurante de metal, e prego na gíria significando cansaço).

Conforme Alves (1996, p. 12), o desenvolvimento técnico-científico tornou os neologismos por empréstimo mais “marcantes”, pois surgem mais termos novos à medida que evoluem as ciências e as técnicas. Além disso, o conhecimento tem se tornado cada vez mais

⁴³ “qu'elle tient une place fondatrice dans l'activité des terminologues”.

especializado ao longo dos anos. No empréstimo, o que ocorre é o uso de um termo de uma língua em outra, sem adaptação para a estrutura morfossintática da LC. A palavra é usada como grafada na língua estrangeira e pode ter o mesmo significado original ou adquirir nova acepção (AUGER e ROUSSEAU, 1978, p. 56).

Na criação neológica é necessário encontrar o termo que melhor exprima o conceito, objeto, técnica ou criação a ser denominada. Os termos são, assim, criados de maneira motivada pelas equipes envolvidas no assunto, sejam elas de especialistas do assunto ou de terminólogos contratados para tal tarefa. Na terminologia, os sinônimos são mais escassos do que na língua comum, pois se objetiva que cada termo corresponda a um único conceito e cada conceito seja denominado por um único termo, ao que chamamos de univocidade. O que se observa é que esta univocidade é atingida por meio de termos muito extensos, cujos conceitos são muito específicos e precisam ser denominados por meio de restrição com adjetivos que os caracterizem.

Alguns aspectos relevantes a serem considerados na criação neológica, e da mesma forma, na criação tradutiva, são a clareza, a facilidade de pronúncia e a possibilidade de produzir derivados. Isso se assemelha ao que ocorre na formação siglária, em que a sigla adquire um significado e passa a representar o sintagma completo, muitas vezes sem a necessidade de mencioná-lo em ambientes onde ela já se ambientou, ou seja, já produz um entendimento claro para o usuário. A pronúncia fácil e a oportunidade de reconhecimento pelo ouvinte também influenciam na adoção de neologias, além da presteza para unir-se a prefixos ou sufixos que lhe acrescentem possibilidades de uso.

A aceitabilidade dos neologismos deve ocorrer tanto no que se refere aos aspectos linguísticos quanto aos aspectos terminológicos. Do ponto de vista linguístico, há que se considerar se o novo termo está em conformidade com a estrutura da língua, se ele se adequa à língua no sentido de permitir a criação de derivados, se há necessidade de criação de um novo termo (caso não exista um concorrente na língua), se ele é necessário para tornar a comunicação mais eficaz e se é compreensível para a comunidade que o utiliza. Já do ponto de vista terminológico é necessário observar se o termo é aceito na comunidade, se ele é mais útil como neologismo do que como empréstimo, se um comitê de normalização o aceita e reconhece. (op. cit., p. 58).

Como exemplos do exposto acima, citamos os seguintes termos:

- “garantias financeiras” – termo claro, quase dispensa definição;
- “despesa assistencial – termo não claro (despesa de quem?);
- “Padrão TISS” – fácil de pronunciar, como as siglas em geral;
- “Programa de Monitoramento da Qualidade dos Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar” (que recebeu a sigla “Qualiss”) – não fácil de pronunciar, como outros termos muito longos e que acabam por receber siglas, que facilitam a pronúncia;
 - “Plano” que produz “Plano antigo” e outros termos – produz derivados.

De acordo com Cabré (1993, p. 448), da mesma forma como qualquer outro termo (que busca univocidade e monorreferencialidade, pertence a um domínio de especialidade e deve ser estável, necessário e priorizar a formação sintagmática) também os neônimos devem seguir essas características.

b) Neologia tradutiva

A criação neológica ocorre por necessidade comunicativa da sociedade que precisa expressar com as palavras já existentes no léxico ou com novas lexias uma situação ou um conceito numa área em que a palavra assume uma conotação diferente. Dessa forma, o neologismo pode ser um novo entendimento de uma lexia dentro de um contexto diferente ou uma lexia criada especialmente para aquela situação e que deve representar o conceito ao qual se refere. Desse modo, o neologismo depende do contexto e do seu formato linguístico.

Segundo Barbosa (1996, pp. 117 e 154), a criação neológica é um processo dinâmico que começa com o signo como determinante e reflexo da organização social, passa pelo momento concreto da criação neológica, pela reutilização do neologismo com aumento da frequência de uso e termina na desneologização da lexia, quando ela é inserida no dicionário e torna-se norma.

O tradutor tem um papel de criador de terminologia, seja por meio da adaptação, derivação ou composição de termos em LC, seja pelo decalque ou empréstimo de lexias de LP para LC. Por vezes isso ocorre de forma não intencional, sendo inclusive uma inovação que se populariza a partir da descoberta de uma solução tradutiva por um tradutor que é aceita como um recurso adequado e torna-se usual na área. O tradutor também participa no estabelecimento de terminologias bilíngues ou plurilíngues quando auxilia na busca de

equivalentes para os termos nas línguas envolvidas, uma vez que ele conhece a realidade semântica de duas línguas e culturas diferentes e pode contribuir para o melhor entendimento da relação conceitual entre termos de países diferentes.

A neologia tradutiva cumpre a mesma função denominativa da terminologia, entretanto, participa na busca de termos análogos em línguas distintas, a partir de um termo já criado na língua de partida. Assim, é uma neologia que se baseia em conceitos preestabelecidos em uma língua, seja na língua comum, seja em linguagem de especialidade.

De acordo com Barbosa (1996, p. 80), “o neologismo é um suporte particularmente eficiente de transmissão de uma informação, de um conhecimento, uma vez que a um novo referente corresponde uma nova forma lexical”. Ao que podemos sugerir que a neologia tradutiva sintagmática também funciona como um mecanismo de transmissão de informação nova, de um conhecimento inexistente anteriormente na língua de chegada. A criação de termos, e em especial aqueles parafraseados que portam o sentido do termo em LP, produz novo entendimento no universo em que o termo passa a ser utilizado. A neologia sintagmática de especialidade composta pela explicação da definição do termo é elucidativa do sentido do termo dentro da área em que é utilizada, sendo, portanto, um meio de transmissão de conhecimento. Com isso, o termo parafraseado a partir da definição contribui com a transmissão do conhecimento.

A língua comum sofre alterações e se aperfeiçoa constantemente e, nessa transição, adquire novas formas. Similarmente, a linguagem de especialidade é dinâmica e acompanha uma evolução tanto social, quanto econômica, política, científica ou tecnológica. Países que produzem linguagens de especialidade, sejam elas das ciências, da tecnologia ou das técnicas, são aqueles que estão lançando produtos ou serviços recentemente desenvolvidos, são países com tecnologia de ponta ou que investem em ciência e na formação da sua população. Os produtores de serviços e de tecnologias são, assim, os criadores de neologias que designarão essas novidades a serem exportadas para o restante do mundo, acompanhadas da terminologia criada. Essa terminologia nem sempre é traduzida, e pode muito bem ser utilizada na língua em que foi originalmente criada. Isso aconteceu muito no domínio da informática em que se importaram termos novos na mesma medida em que se importava a tecnologia. Portanto, é um sinal positivo para o país ser exportador de terminologias, pois, provavelmente, ela estará acompanhando uma técnica ou tecnologia nova.

A criação de termos específicos para os conceitos novos possibilita uma melhor fixação dos termos de determinado domínio de especialidade e a constante atualização do seu vocabulário técnico ou científico confere ainda precisão à comunicação dos interlocutores. As invenções, as técnicas, os objetos, os sistemas, os conceitos novos pedem um novo termo para designá-los. Conforme Krieger (2001, p. 161), no que se refere a neologia, o tradutor “atua como terminólogo, na medida em que responde por criações neológicas particulares”, uma vez que “é obrigado a criar neologismos ou mesmo paráfrases do termo para dar conta das equivalências semânticas”. Nessa situação observa-se que a interação do terminólogo com o especialista faz parte de uma cooperação para realizar a tradução, pois os dois profissionais participam conjuntamente para entender os conceitos e formular as definições e traduções.

Uma vez que línguas diferentes se expressam de formas particulares, têm visões de mundo diferentes, um dos grandes desafios da tradução é encontrar na LC o que se disse na cultura da LP. As instituições de cada país são diferentes, direcionam-se para as necessidades específicas do país ao qual estão vinculadas. Mesmo quando inspiradas em órgãos de outras nações, adotam denominações distintas, abordam assuntos relativos a realidades diferentes, recebem mais ou menos recursos dos governos (até mesmo pelas políticas que mais valorizam) e têm mais ou menos importância para a realidade de determinada população.

A área de especialidade da Saúde Suplementar tem uma linguagem específica dos planos de saúde criados para a realidade brasileira e segue as diretrizes da legislação do Brasil. Com isso, termos foram criados para denominar os tipos de produtos e serviços oferecidos pelas operadoras de planos de saúde, bem como para dar uma nova acepção a termos da linguagem comum utilizados com sentido específico nesta área. Os tipos de planos de saúde e a legislação pertinente à saúde suplementar têm características próprias da realidade brasileira, motivo pelo qual os planos brasileiros são distintos daqueles de outros países.

Observou-se que ocorreram empréstimos semânticos da linguagem comum para a linguagem de especialidade a fim de formar, com palavras do léxico comum, os termos que especificam adequadamente a realidade dessa área de especialidade. Isso ocorreu, por exemplo, com o uso das lexias “antigo”, “ativo” e “inativo” em termos como *Plano antigo*, *Beneficiário ativo* e *Beneficiário inativo*, respectivamente. Uma vez que as palavras assumem sentidos diferentes dependendo do discurso técnico em que são usadas, no discurso da Saúde Suplementar algumas também sofreram essa adaptação com o uso no ambiente da ANS.

Também foram adotadas lexias de outras áreas de especialidade para designar conceitos da Saúde Suplementar com cunho daquelas especialidades, como termos jurídicos (*mecanismos de regulação*, traduzido por *regulation mechanisms*) e econômicos (p. ex.: *coparticipação*, traduzido por *copayment*) e que, nesse glossário, recebem definições específicas para a área de saúde. Conforme afirma Alves (2006, s/n), esses empréstimos semânticos “ocorrem com frequência nos domínios de especialidade”, e quando da sua migração de um domínio para outro, adquirem um significado específico para aquela área.

Na neologia tradutiva, as palavras utilizadas com determinado sentido na linguagem comum ganham novo entendimento num universo de discurso diferente para possibilitar a expressão de um conceito novo numa área diferente. Segundo Barbosa (1996, p. 127), “a palavra neológica tem natureza diferente conforme o universo de discurso em que é criada”. Isso também se aplica para a tradução quando esta se depara com uma linguagem de especialidade sem traduções preestabelecidas na qual precisa empregar palavras do léxico comum em uma nova situação com uma acepção diferente, o que caracteriza a criatividade neológica na tradução.

Ao traduzir, o tradutor está constantemente enfrentando a tarefa de criar novos sintagmas, criar novos termos, uma vez que as diferentes realidades das culturas e línguas envolvidas devem ser entendidas para possibilitar a tradução de um termo ou estrutura de uma língua para outra. Os termos sintagmáticos, formados neste glossário muitas vezes pela descrição da definição, têm significado mais transparente, ou seja, o próprio termo já traz o significado daquilo que ele intitula. Muitos epônimos, como o próprio nome da Agência, têm em inglês (*National Agency for Private Health Insurance and Plans*) uma clareza muito maior do que o termo em português (*Agência Nacional de Saúde Suplementar*). Conforme Hermans e Vansteelandt (1999, p. 40, tradução nossa), “um sintagma é mais uma definição e uma perífrase do que uma denominação”⁴⁴, o que corrobora o entendimento acima. Na tradução técnica ou científica, o tradutor propõe as formas mais adequadas com que os termos podem ser traduzidos, mas cabe ao especialista confirmar a tradução e, se não estiver convencido do entendimento que ela pode produzir, cabe a ele contribuir para aperfeiçoar os termos, conforme o significado que deseja atribuir a eles.

O tradutor técnico ou científico, por vezes também especializado em determinada área do conhecimento com a qual trabalha ao longo de sua vida profissional, tem a capacidade de,

⁴⁴ “un syntagme tient souvent plus de la définition et de la périphrase que de la dénomination”.

conhecendo os termos específicos da área, apresentar soluções para termos até então inexistentes. O tradutor-especialista passa a opinar nas traduções com segurança à medida que aprofunda seus conhecimentos e se torna interlocutor dos especialistas da área, sua tarefa é reconhecer a equivalência entre os termos e não se contentar com a tradução palavra por palavra. Esse conhecimento do universo nocional do domínio permite que ele crie bons equivalentes (HERMANS e VANSTEELANDT, 1999, p. 39). A confirmação, ou contribuição para o aperfeiçoamento do termo, pelo especialista da área é fundamental para que o termo seja aceito e tenha circulação na terminologia da especialidade. Sem a adoção do termo pela comunidade técnico-científica, ele não será reconhecido por outros especialistas e a busca por uma denominação apropriada para o conceito não terá sido finalizada. Assim, a tradução técnica e científica é um trabalho conjunto do tradutor com o especialista, que complementam o trabalho um do outro com a finalidade de providenciar traduções o mais representativas possível da acepção buscada.

A neologia sintagmática é intrínseca à tradução, uma vez que cada língua tem estruturas e léxicos diferentes e, na transferência de um sintagma de uma língua para outra, é bastante provável que ocorra adaptação sintática ou lexical. Como diz Barbosa, “o neologismo pode resultar de uma transformação sintagmática, em que não há mudanças e sim combinações inéditas de morfemas no plano do significante com a conseqüente alteração no plano do significado” (1996, p. 175).

c) Versão

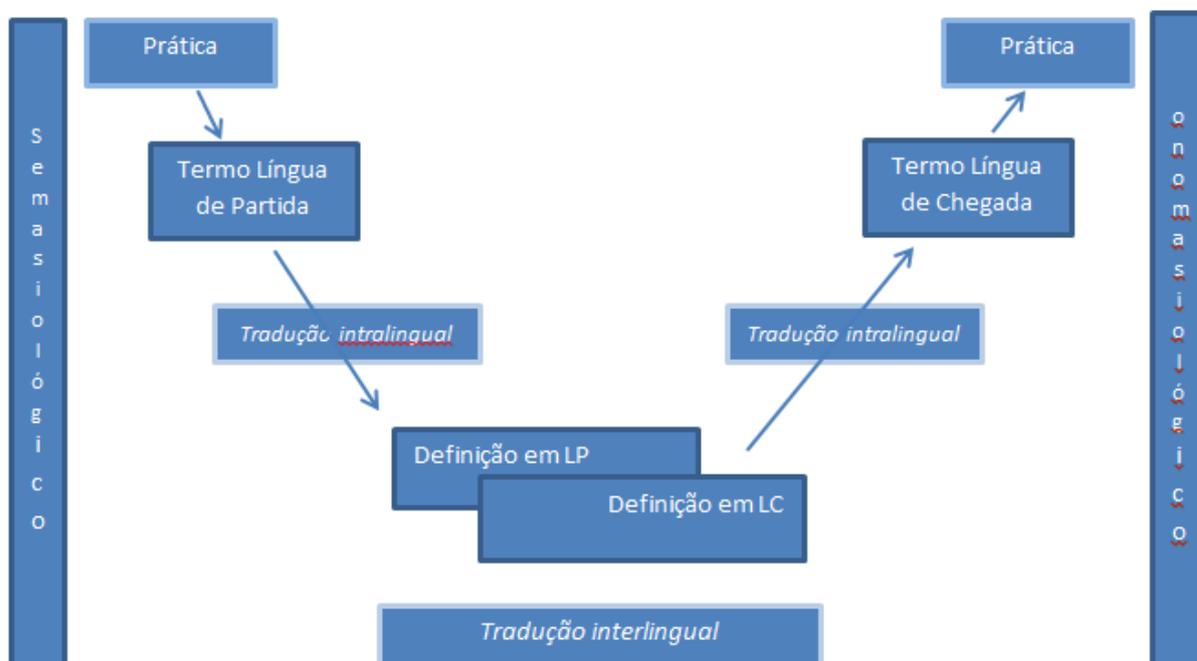
O entendimento mais aceito entre teóricos da tradução e profissionais da prática tradutória é de que a tradução deve ser feita preferencialmente de uma segunda língua para a língua materna do tradutor. Com isso optou-se por denominar versão à tradução que é feita da língua materna, sobre a qual o tradutor tem maior domínio, para uma segunda língua, sobre a qual o mesmo falante tem menor domínio. Assim, no caso de brasileiros, seria a tradução do português para qualquer outro idioma.

Na tradução o profissional traduz uma língua e uma cultura que não são suas em direção à sua própria, e, desta forma, tendo maior conhecimento da língua de chegada (LC), pode fazer escolhas que considere mais apropriadas para determinada expressão utilizada no original. Já na versão, esse mesmo tradutor tem conhecimento maior da língua da qual está traduzindo e não tem a mesma fluência na LC, o que se considera menos conveniente.

Entretanto, em algumas situações, é desejável que o tradutor conheça melhor a realidade da língua de partida (LP) do que a da LC e tenha a possibilidade de se traduzir para o outro, com o ponto de vista da sua cultura, empregando os vocábulos que ele entende serem melhores para expressar-se na LC, ou seja, traduzir a sua realidade para o outro. Na prática institucional também pode ser mais prestigioso, do ponto de vista do órgão representado, que sua visão de si próprio seja transmitida para o outro da forma como a instituição se reconhece e deseja ser vista no ambiente externo. Da mesma forma, é possível que seja necessário que assuntos de Estado sejam tratados por nativos do país, que o defendam com mais tenacidade quando necessário. Por esse motivo, a crítica à prática da versão deve ser relativizada para caber uma consideração sobre a finalidade da entidade. Defendemos, assim, a consideração de ambos tradutores, nativos de LC e de LP, na prática tradutiva.

d) Processo de criação de neologia tradutiva nas linguagens de especialidade

A neologia tradutiva nas linguagens de especialidade é resultado de um processo que compreende dois percursos principais: um ligado à conceituação/definição do termo da língua de partida (semasiológico) e outro ligado à criação propriamente dita do termo na língua de chegada (onomasiológico). Podemos então, esquematizar este processo, da seguinte forma:



Esquema 5 – Processo de criação da neologia tradutiva.

A partir da prática do especialista é criado o termo na língua de partida que, por sua vez é definido, o que corresponde a uma tradução intralingual num processo semasiológico (do

termo para o conceito) e, a partir da definição do conceito é possível estabelecer uma tradução desse conceito em um novo termo na língua de chegada (LC), dentro de um processo onomasiológico (do conceito para o termo), que entra novamente na prática do especialista. O percurso que passa da definição em LP para a definição em LC constitui a tradução interlingual e fundamenta os critérios para criação neológica no processo de tradução, conforme o esquema 5 acima.

O neologismo refere-se a uma palavra ou termo em processo de inserção na língua ou recém criado para representar um conceito novo ou com significado renovado. A neologia está presente nas línguas e se manifesta na renovação lexical seja pela criação de termos novos ou pela adoção de outros oriundos de contato com outras línguas, e, seja como for, contribui para o enriquecimento da língua suprindo uma necessidade de expressão ou denominação surgida naquele momento. A neologia tradutiva representa um problema para o tradutor que, ao se deparar com palavras ou termos recém criados na língua fonte tem a função de recriá-los na língua meta ou ainda, se deparando com realidades que não existem na LC, se vê frente à decisão de criar uma palavra ou tomar emprestada uma palavra da LP para representar o mesmo significado em LC. Antes que estas palavras ou termos estejam registrados em instrumentos lexicográficos ou terminográficos é o tradutor que primeiro se depara com eles e, muitas vezes, propõe a tradução em outra língua. A origem dessa dissertação baseia-se na tarefa que foi atribuída aos grupos de especialistas, terminólogos e tradutores de estabelecer equivalentes para os termos criados dentro da ANS ou vertê-los para o inglês.

Quando se fala em terminologia há que se diferenciar a técnica da científica. A terminologia científica é mais hierarquizada e acessível apenas a um grupo com formação especializada muito semelhante, busca a univocidade e se atualiza no discurso escrito (BARBOSA, 1996, p. 91). Já a terminologia técnica, que está mais próxima da linguagem comum do que a científica, é um intermediário da terminologia científica e das palavras do léxico geral. De acordo com essa autora (op. cit., p. 92), a área técnica não requer que o Emissor e o Receptor tenham conhecimentos homogêneos para compreenderem a mesma terminologia. A terminologia técnica alcança mais facilmente o público leigo do que a terminologia científica, devido à mescla de palavras da língua geral com termos da linguagem específica.

No glossário da ANS, a principal estratégia de criação neológica foi a paráfrase resultando em termos complexos. Além disso, foram observados também casos de empréstimos.

Paráfrases

A paráfrase é uma forma de reescritura, e por si só já é uma tradução. Nela o autor ou escritor busca seguir com maior proximidade o sentido do texto. Na paráfrase intralingual, mudam-se as palavras para se explicitar, por vezes de uma forma mais acessível ao interlocutor, o que foi dito de uma primeira forma, menos nítida. Com a paráfrase interlingual procura-se transmitir precisamente o mesmo sentido de um texto em língua de partida para um texto em língua de chegada utilizando as melhores lexias representativas daquela noção na outra língua.

Em outras palavras, a paráfrase busca encontrar um sinônimo – embora não total -, uma forma semelhante de explicar algo que foi dito de uma forma diferente e, na tradução, ela é uma solução para estabelecer uma relação entre culturas quando não se encontra um equivalente que espelhe o sentido real do termo em LP. O tradutor, influenciado pela sua cultura e pelo momento em que está traduzindo, propõe soluções que podem ser válidas para um momento, mas, com o passar do tempo, ela pode perder atualidade e exigir nova interpretação. Da mesma forma como ocorre com os termos em LP, que sofrem atualizações, as paráfrases também podem ser alteradas para se adaptar a uma nova situação.

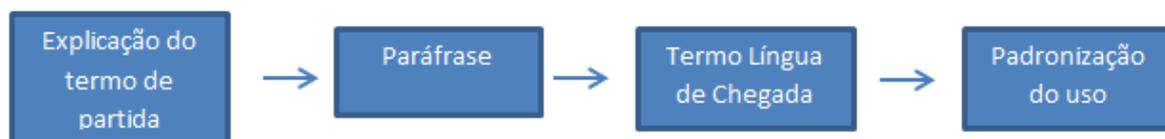
O principal foco da paráfrase na terminologia bilíngue, ou seja, na tradução, é encontrar soluções para os casos em que não existem equivalências para os termos, conforme nos dizem Xatara, Riva e Rios (2008, p. 186) a respeito da lexicografia bilíngue, que procura “buscar paráfrases ou equivalências para as unidades lexicais, a fim de preencher as lacunas deixadas pelas barreiras linguísticas e culturais, tendo consciência, contudo, da impossibilidade da exaustão de tais significados”. No processo de parafrasear se insere a criatividade do tradutor, baseada em sua experiência profissional, seu conhecimento teórico e prático, sua história de vida e sua cultura, sua destreza com as línguas e com a especialidade.

A paráfrase é criadora de novos sentidos para palavras ou termos utilizados em situações distintas. É geradora de neologias e enriquecedora do vocabulário, proporciona a invenção de novos sintagmas e abre espaço para o estabelecimento de siglas provindas de sintagmas extensos. A paráfrase não deve ser longa demais que se torne uma explicação enfadonha, ela deve ser suficiente para transmitir a mensagem sem subestimar a capacidade

de compreensão do leitor, retomando com qualidade o texto de uma língua e o reproduzindo com exatidão no texto de chegada. O objetivo com a paráfrase é transmitir a mensagem correta por meio de uma frase sintética.

Paráfrases não precisam ser extensas, mas devem ser formas mais claras de explicitar algo que, de outra forma, poderia ficar obscuro. Deve ser usada com parcimônia em tradução, como opção às impossibilidades de encontrar equivalências, mas é sempre uma solução útil para preservar o sentido do texto de partida e manter uma equivalência conceitual no texto de chegada que se aproxime do texto de partida.

Assim, temos esquematicamente o seguinte percurso de terminologização da neologia tradutiva:



Esquema 6 – Percurso de terminologização da neologia tradutiva

A partir de uma explicação do termo de partida providenciada pelo especialista, o tradutor faz uma paráfrase na língua de chegada, pela qual se cria um termo em LC. Após a entrada em uso do termo, ele se torna padrão por recomendação da instituição e assim seu uso é padronizado. A paráfrase resulta de uma explicitação do termo de partida, traduzido em um termo, que tem seu uso padronizado e se terminologiza. O glossário tem como função terminologizar e padronizar a neologia tradutiva.

Empréstimos

Os empréstimos foram uma das estratégias de tradução nesse glossário. Também denominados de estrangeirismos, utilizam palavras ou expressões da LP na tradução em LC, portando ou não marcadores, como aspas ou itálicos, que os destaquem do texto em LC. São utilizados por falta de termo melhor que os represente, por ser uma característica típica da língua de partida como ocorre geralmente com antropônimos ou topônimos, seja por intenção do tradutor ou do responsável pela tradução de enfatizar o aspecto cultural do termo estrangeiro.

Em geral, o empréstimo é uma opção para suprir uma lacuna metalinguística pela criação de uma técnica nova ou de um conceito inexistente em LC (VINAY e DARBELNET, 1995, p. 31). Um exemplo disso são as palavras russas *perestroika* e *glasnost* que, embora tivessem uma tradução em português (reconstrução e transparência, respectivamente), foram utilizadas com suas representações no alfabeto latino para localizar o assunto como relacionado à União Soviética naquela época. Assim, ao falar de *perestroika* e *glasnost* estava claro que o tema era a queda do regime político da Rússia, enquanto que se fossem utilizados os termos *reconstrução* e *transparência* seria necessário delimitar melhor o assunto para chegar ao significado pretendido.

Busca-se, dessa forma, dar um tom da cultura fonte na tradução, utilizando-se expressões que simbolizam aquela cultura e que ficam marcadas como características específicas de um povo ou país. Pode ser isso o que se pretende com o uso de termos brasileiros no glossário de Saúde Suplementar: levar o estilo brasileiro para um contexto internacional e enfatizar que determinado programa de governo se refere ao nosso país. São exemplos disso os termos *Programa Olho Vivo* traduzido por *Olho Vivo Program* e *Programa Parceiros da Cidadania* traduzido por *Parceiros da Cidadania Program* que foram parcialmente traduzidos com a intenção de exportar para o público estrangeiro os programas lançados no Brasil, e que podem ser copiados em outros ambientes, o que ampliaria a visibilidade do país no exterior.

Utilizando os títulos desses programas remete-se ao usuário estrangeiro o significado que eles portam, ou seja, de fiscalização da atuação dos planos de saúde (Olho Vivo Program) e de aprimoramento do acesso e da qualidade das informações disponibilizadas sobre os planos de saúde (Parceiros da Cidadania Program) com a finalidade de aperfeiçoar a saúde suplementar. Para o Brasil, seria muito gratificante que esses programas fossem reconhecidos em eventos internacionais como representativos de uma inovação brasileira e apontados como modelos a serem copiados.

Por fim, a construção de glossários bi/trilíngues deve idealmente contar com uma equipe de especialistas da área, de terminólogos e de tradutores. Um trabalho em equipe traduz a interdisciplinaridade necessária tanto na tarefa do terminólogo quanto na do tradutor. A relevância destes profissionais refere-se primeiramente às atividades desenvolvidas por eles e nem tanto aos discursos teóricos das suas especialidades, o fator pragmático dessas atividades é que as coloca no âmbito interdisciplinar. Nem terminólogo nem tradutor são os

eruditos que dominam o assunto, daí a necessidade de envolvimento dos especialistas da área no trabalho. A formação de uma equipe para o desenvolvimento de instrumentos terminológicos é garantia do resultado deste tipo de produto.

5. CONCLUSÃO

Um projeto de glossário institucional traz consigo a característica de produto normatizador. Um órgão em âmbito nacional criado para regulamentar e fiscalizar a Saúde Suplementar, como a ANS, tem a responsabilidade de esclarecer seus entendimentos, o que passa pela padronização do comportamento de seus regulados, pelo estabelecimento de termos e pela definição e tradução destes termos. Assim, ele dispõe sobre a atuação de determinado segmento e se propõe a normatizar os termos utilizados em documentos oficiais. No que se refere à tradução, as soluções apresentadas pelo órgão devem ser seguidas, embora se reconheça que em certas situações pode ser necessária uma flexibilização. Entende, assim que o poder normatizador da terminologia desse glossário está com o Estado, por meio da agência reguladora que o representa.

O início de toda ciência é marcado pelas atividades práticas da vida profissional que tiveram técnicas desenvolvidas especificamente para suas necessidades a partir de experiências objetivas que, posteriormente, foram teorizadas, ganharam adeptos com opiniões por vezes conflitantes e se transformaram em ciência. Com a tradução e a terminologia ocorre o mesmo, e apesar de serem práticas antigas, ainda estão se firmando como ciências. Assim, o conceito de terminologia, bem como o de tradução, preexiste ao termo. A favor do reconhecimento da tradução e da terminologia como ciências está o fato de ambas apresentarem suas próprias terminologias, terem escolas ou teorias com entendimentos particulares sobre o assunto, terem metodologias próprias, e terem seus objetos de estudo bem delimitados.

A Terminologia é empregada no trabalho do profissional de tradução para auxiliá-lo a utilizar os meios terminológicos, sejam eles em um par de línguas ou em várias línguas, a fim de usufruir daquilo que eles têm a contribuir. O tradutor ineficiente na busca da terminologia específica da sua tarefa gera problemas que, dependendo do assunto, podem ser bastante graves. Quanto mais produtos terminológicos atualizados existir, melhor para o tradutor de textos técnicos e científicos, que, em parte, depende desses instrumentos para ter confiança na sua produção. A comparação dos produtos disponíveis de um mesmo assunto é o meio que o tradutor tem para certificar-se da melhor opção a ser feita.

Da mesma forma como o desconhecimento sobre as peculiaridades da terminologia de linguagens de especialidade pode acarretar traduções inadequadas, a incapacidade de encontrar a terminologia apropriada específica de determinada área também pode representar problemas para os tradutores. Tradutores precisam de terminologias consistentes disponíveis para que possam ter um desempenho cada vez melhor nos seus trabalhos. Cada invenção científica ou técnica, bem como cada teoria, produto ou ideia precisa ser expresso da maneira mais econômica possível, motivo pelo qual recebem denominações que os individualizam, do contrário seriam sempre necessárias paráfrases longas para explicar cada uma destas invenções. Por isso Rey (1979, p. 16) menciona que a terminologia é uma atividade prática destinada a solucionar os problemas imediatos de expressão e comunicação, a expressão com a finalidade de denominar e a comunicação para cumprir a função de transmissão e recepção de mensagens entre interlocutores.

A relação da tradução com a terminologia é uma via de mão dupla, pois uma contribui com a outra, seja no estabelecimento de termos, na criação de traduções, no uso ou elaboração de instrumentos de consulta ou no aperfeiçoamento desses instrumentos com as definições, traduções e outras características que auxiliam o trabalho de terminólogos, tradutores e especialistas da área, sem falar em jornalistas especializados, professores e alunos de áreas afins.

Na análise dos termos e traduções do Glossário Temático de Saúde Suplementar pudemos observar que os aspectos que caracterizam a Teoria Comunicativa da Terminologia são aqueles que orientaram a confecção desse produto. Os termos admitem variantes e consideram os aspectos cognitivo, social e linguístico na sua criação. Por outro lado também se notou que, para elaborar este glossário, sendo institucional e tendo um aspecto jurídico e fiscalizador, há necessidade de uma padronização na construção dos termos e definições, sendo a normatização uma peculiaridade deste tipo de glossário, referente a uma agência normativa. Assim, temos uma Terminologia comunicativa sem perder de vista o caráter institucional e por isso normativo. Há uma abertura para os termos usados, por isso se consideram as variantes, mas também uma preocupação jurídica que implica uma recomendação de uso e padronização de maneira a proteger o beneficiário e impossibilitar diferentes interpretações das normas.

Inicialmente, supúnhamos que as equivalências parciais dos termos e as paráfrases desenvolvidas a partir dos termos e de suas definições seriam as principais estratégias de

tradução adotadas no glossário, com maior número das segundas do que das primeiras, o que foi comprovado. Entretanto, esperávamos que as equivalências fossem mais nas áreas jurídica e econômica, o que não se comprovou, pois a maior parte delas concentrou-se na área de específica de atuação da agência, a saúde suplementar. Também esperávamos que os termos tivessem um tamanho menor em inglês do que em português, devido à estrutura das línguas envolvidas, o que se observou em parte. As paráfrases contribuíram para a maior extensão de alguns termos e as equivalências para a redução de tamanho de outros. Constatamos também a tendência da maioria dos termos manterem o tamanho na tradução, ou seja, termos mais curtos, em geral, receberam traduções breves e termos mais longos, normalmente, receberam traduções também longas. A paráfrase foi a principal estratégia de criação neológica com a presença de alguns casos de empréstimos.

A análise das traduções foi feita *a posteriori*, a partir dos termos estabelecidos em LC, presentes no glossário. No que se refere às questões de tradução e terminologia, relativas ao discurso das áreas de especialidade, notou-se que as equivalências são possíveis, mas, por vezes, tratam de realidades diferentes, de culturas e idiomas distintos. Desta forma, a equivalência é buscada nas acepções semânticas dos termos nas línguas envolvidas. Esta é uma questão mais ética (de valores e fidelidade ao país por meio da não adaptação da realidade brasileira ao que existe em outros países) e política (de governo, de Estado) do que propriamente de exatidão dos termos. Este glossário aborda questões jurídicas, políticas e fiscalizadoras e essas particularidades de cada idioma devem ser consideradas na tradução. Embora a noção de equivalência depois dos anos 60 seja polêmica, aqui ela foi usada num sentido discursivo enquanto equivalência possível estabelecida a partir da acepção semântica no universo de discurso em questão. Nas linguagens especializadas é possível estabelecer relações de equivalência entre termos usados em um mesmo universo de discurso, que se manifesta em línguas diferentes. O que garante a relação equivalente é tanto o pertencimento a um mesmo universo de discurso (domínio de saber, especialidade), quanto a possível univocidade (referir-se a um único conceito) da unidade terminológica e a monorreferencialidade (fazer referência a planos de saúde).

Empregou-se, primordialmente, a neologia tradutiva nos termos específicos da realidade brasileira. No entanto, tratando-se de um trabalho de versão, ou seja, de se traduzir para o outro e/ou divulgar um conhecimento técnico desenvolvido no país, é necessária a abertura da língua de chegada para a realidade traduzida que não existia essa LC. Com efeito, divulgar um

conhecimento não deve passar pela simples adoção de termos já existentes na outra língua o que consistiria numa adequação, numa naturalização do nosso conhecimento na LC, mas na exportação da nossa singularidade para o país de chegada. A neologia tradutiva envolve questões linguísticas, terminológicas, pragmáticas, mas também questões éticas e políticas (para não dizer geopolíticas).

O percurso adotado no processo criativo inclui uma fase semasiológica que vai da prática do usuário em LP com a posterior criação da terminologia que denomina o conceito desenvolvido e chega à definição desse conceito, e uma fase onomasiológica que se inicia no entendimento em LC do conceito elaborado em LP, com a tradução do termo seja por paráfrase, equivalência, empréstimo, transposição. Por fim, com a fixação de um termo na prática do usuário em LC é que se completa a criação neológica, que ao entrar no uso corrente deixa de ser neológica, conforme Barbosa (1996, p. 79). O processo de terminologização da neologia tradutiva parte da explicação do termo pelo especialista para o tradutor, que o parafraseia e leva à criação do termo em LC e, com a recomendação de uso pela instituição normatizadora, o uso do termo é padronizado. A tradução contribui, desta forma, para a elaboração de termos e enriquece tanto a língua de partida quanto a língua de chegada, por meio do intercâmbio de termos.

Entretanto, nem só de terminologia vive a tradução de textos especializados. Vários aspectos da língua devem ser considerados na tradução técnica que vão além do vocabulário específico levantado pela terminologia. Mais do que a seleção dos termos adequados à área, o tradutor deve atentar para as exigências da tipologia textual para esse tipo de obra e, num nível mais linguístico, ser metucioso no cuidado com o emprego correto da ortografia e sintaxe da linguagem padrão, ou a linguagem mais adequada para aquele discurso.

As competências exigidas dos profissionais destas duas áreas são distintas, embora se aproximem bastante em determinadas circunstâncias. Do tradutor espera-se que possua conhecimentos profundos tanto da língua de partida quanto da de chegada; bem como da cultura e civilização dos países com cujas línguas trabalha; que saiba se documentar e manusear fontes de pesquisa bilíngues e monolíngues, que tenha perspicácia para analisar o discurso a ser traduzido e o público ao qual se destina; que faça uma leitura crítica do conteúdo e da forma da obra trabalhada; que tome decisões e revise comparativamente as traduções. Ele precisa ainda saber trabalhar com terminologias, ter sensibilidade para

reconhecer as sutilezas dos termos e palavras usados, e, nos tempos atuais, é indispensável que tenha conhecimentos de informática.

Como perfil para um terminólogo, podemos citar o conhecimento de lexicologia, a capacidade de levantar informações e disponibilizá-las em produtos terminológicos, o trato com profissionais de áreas distintas, o conhecimento dos idiomas com os quais pretende trabalhar. A terminologia, segundo Krieger (2006, p. 159), está “sempre aplicada e orientada para finalidade específica” e o terminólogo “lida com termos técnicos de diferentes formas e com finalidades pragmáticas distintas” (op. cit., p. 157). Portanto, as habilidades de tradutor e terminólogo se mesclam em determinados aspectos. Daí a necessidade de uma equipe multidisciplinar para realização de trabalhos de terminologia, que devem ainda contar com profissionais especialistas da área abordada.

Reconhecemos não ser possível em nível de graduação formar tradutores especialistas, uma vez que é menos frequente o tradutor recém-formado já ter uma especialidade à qual deseja se dedicar ao longo de sua carreira. Entretanto, o ensino de terminologia na graduação em tradução é essencial para munir o profissional de conhecimentos das teorias, habilidades e possibilidades de uso e elaboração de instrumentos que possam auxiliá-lo na sua profissão.

Ao longo do trabalho de tradução o tradutor profissional torna-se um tradutor-especialista no assunto abordado. Seja ao longo de uma carreira com extensos trabalhos com textos do mesmo assunto, seja num trabalho específico que tenha uma duração menos longa, mas que proporcione um estudo de determinado assunto, o tradutor passa a conhecer os termos, suas fraseologias, e reconhecer os sintagmas utilizados em determinada área, o que o torna um “especialista” em tradução naquela área. Não é o caso de ser especialista na área, mas tradutor-especialista, pela experiência prática de tradução e contato intenso com o assunto abordado. O profissional tradutor conhece os termos em LP e LC; reconhece se o termo é o mais indicado ou se é sinônimo, e quando utilizar um ou outro; aperfeiçoa-se na maneira de buscar informações junto aos especialistas; acumula uma base de dados considerável, seja de produtos oferecidos no mercado, seja daqueles sistematicamente desenvolvidos por ele mesmo e passa a fazer escolhas observando as sutilezas que envolvem aquele assunto específico.

A tradução de termos técnicos, tecnológicos e científicos que ocorre dentro do Projeto de Terminologia da Saúde e, especificamente, no glossário temático de Saúde Suplementar contribui para o aperfeiçoamento das linguagens de especialidade, para a comunicação dos

profissionais da área com o público estrangeiro e para a normatização terminológica na comunidade que utiliza essa terminologia. O acesso a esta publicação por meio do *site* do Ministério da Saúde permite que o público envolvido nas atividades de Saúde Suplementar utilize uma terminologia reconhecida por um órgão oficial e que tradutores profissionais, alunos de disciplinas da área de saúde e de tradução entrem em contato com as traduções propostas pelo MS para esses assuntos.

O tradutor-especialista assemelha-se a um técnico em determinada área que, de tanto interagir com os especialistas, adquire um conhecimento prático daquela especialidade. A cada glossário realizado, nós, profissionais da equipe de terminologia do Ministério da Saúde, trabalhamos com diversos especialistas das áreas e, no início somos mais ouvintes na discussão e elaboradores passivos das definições. À medida que o glossário se desenvolve (realizamos, em média, 30 a 40 reuniões de 4 horas para elaborar um glossário) e passamos a conhecer melhor a área, nos habituamos ao assunto e temos maior participação na discussão e na elaboração das definições, contribuimos com mais segurança para o estabelecimento de sinônimos e de remissivas, e participamos com um conhecimento mais sólido para decidir quanto aos equivalentes em outros idiomas. Assim, nos tornamos referência para os colegas de Ministério para a realização de novos produtos terminográficos ou aperfeiçoamento dos já existentes, seja ampliando os glossários ou elaborando as equivalências em outras línguas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. B. **O percurso da terminologia:** de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. *TradTerm*, São Paulo, v. 9, p. 211-222, 2013.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. **A teoria comunicativa da terminologia e a sua prática.** *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006.

ALVES, Fábio. **Unidades de tradução:** o que são e como operá-las. In: PAGANO, A. **Traduzir com autonomia:** estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2003.

ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. **Traduzir com autonomia:** estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000.

ALVES, I. M., (org.) **A Constituição da normalização terminológica no Brasil.** 2. ed, São Paulo: FFLCH/CITART, 2001. (Cadernos de Terminologia).

ALVES, I. M. **Terminologia e neologia.** *Tradterm*, São Paulo, v. 7, p. 53-70, 2001.

ALVES, I. M. **A observação sistemática da neologia lexical:** subsídios para o estudo do léxico. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 131-144, 2006.

ALVES, I. M. **O conceito de neologia:** da descrição lexical à planificação linguística. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 11-16, 1996.

ALVES, Ieda Maria. **A renovação lexical nos domínios de especialidade.** *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 32-34, Apr/June, 2006.

AUBERT, F. H. **Modalidades de tradução: teoria e resultados.** *TradTerm*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 99-128, 1998.

_____. **Tradução técnico-científica e terminologia: um ensaio exploratório de uma via de mão dupla.** *TradTerm*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 41-52, 2001.

AUGER, P. ; ROUSSEAU, L.-J. **Méthodologie de la recherche terminologique.** Quebec: Office de la Langue Française, 1978.

BAGNO, M. **Norma linguística, hibridismo & tradução.** *Traduzires*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-32, maio 2012.

BAKER, Mona. **In other words: a coursebook on translation.** 2. ed. London and New York: Routledge, 1992.

BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo.** 3. ed. São Paulo: Plêiade, 1996.

BARROS, L. A. **Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia.** *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 22-26, abr./jun. 2006.

BARROS, L. A. **Curso Básico de terminologia.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Estruturas morfossintáticas e léxico-semânticas dos termos da dermatologia. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). *As Ciências do Léxico*, v. III. Campo Grande: UFMS/São Paulo: Humanitas, 2007, p. 397-407.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I.** 5. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BASSNETT, Susan. **Reflections on translation**. Bristol: Multilingual Matters, 2011.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro**: cultura e tradução na Alemanha romântica. Bauru: EDUSC, 2002.

BEVILACQUA, C. R. **Temas de terminologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 109.

BRAGA, R. C. G. **Aspectos da variação e normalização terminológicas**. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 33, p. 489-494, 2004.

BRANCO, Lúcia Castello. (org.) **A tarefa do tradutor de Walter Benjamin**: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. Disponível em:
<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.656-1998?OpenDocument> Acesso em: 15 June 2012.

BRASIL. Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000. Disponível em:
<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.961-2000?OpenDocument> Acesso em: 15 June 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Glossário Temático**: Saúde Suplementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 122 p.

CABRÉ, M. T. **La terminologia**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empuries, 1993.

CABRÉ, M.T. **Theories of terminology**: their description, prescription and explanation. *Terminology*, v. 9, n. 2, p. 163-199, 2002.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Fundamentos lingüísticos da terminologia**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_19-25.html>

Acesso em 20 out. 2012.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Terminologia e linguística**: aspectos ideológicos, lexicográficos e metodológicos. In: Simpósio Latino Americano de Terminologia, 2; Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica, 1. **Anais ...** Brasília: IBICT, 1990.

CATFORD, J.C. **Uma teoria lingüística da tradução**. São Paulo: Cultrix, 1965.

CEZARIO, M.M.; MARTELOTTA, M.E. Aquisição de linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2010.

DÍAZ ROJO, J. A. **La terminología médica**: diversidad, norma y uso. *Panace@*, Madrid, v. 2, n. 4, p. 40-46, jun. 2001.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. 4. ed. Canadá: Linguatéc, 2002.

EVEN-ZOHAR, Itamar. **Polysystem studies**. *Poetics today*: International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication, v. 11, n. 1, p. 1-6, 1990. Disponível em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2013.

FAULSTICH, E. **Planificação lingüística e problemas de normalização**. *Alfa*, São Paulo, v. 42, n.esp., p. 247-268, 1998.

FAULSTICH, E. **Socioterminologia**: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n.3, 1995. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/486/441>> Acesso em: 26 Abr. 2013.

_____. **A socioterminologia na comunicação científica e técnica**. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 27-31, Apr/June, 2006.

FERREIRA, A.M.A. **Para um vocabulário fundamental da obra de Milton Santos (com equivalência em francês)**. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese de doutorado).

FINATTO, Maria José Bocorny. **Termos, textos e textos com termos**: novos enfoques dos estudos terminológicos da perspectiva lingüística. In: ISQUIERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. **As ciências do léxico**. Campo Grande: UFMS, 2004, v. II.

_____. **Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica**: questões de partida. *Organon*, Porto Alegre, n. 26, p. 1-8, 1998.

GAUDIN, François. **Socioterminologie**: des problemes semantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'universite de Rouen, 1993. (Publications de l'universite de Rouen, 182).

GAUDIN, François. **Quelques mots sur la socioterminologie**. Disponível em:
<<http://www.rifal.org/cahiers/rifal26/crf-26-03.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2013.

GUIDÈRE, Mathieu. **Introduction à la traductologie**. Bruxelles: Groupe de Boeck, 2010.

GUILBERT, Louis; PEYTARD, Jean. **Les vocabulaires techniques et scientifiques**. *Langue Française*, Paris, n. 17, 1973.

GUTT, Ernst-August. **Translation and relevance**. London: University of London. 1989. (Tese de doutorado). Disponível em: <<http://discovery.ucl.ac.uk/1317504/1/241978.pdf>> Acesso em 10 Jun. 2013.

HATIM, Basil; MASON, Ian. **The translator as communicator**. London: Routledge, 1997.

HERMANS, Adrien; VANSTEELANDT, Andrée. **Néologie traductive: terminologies nouvelles**. *Rint*, Belgique, n. 20, p. 37-43, 1999.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología: introduction a la traductología**. Madrid: Cátedra, 2001.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). Norma ISO 1087-1. **Terminology work – vocabulary**. Part 1: theory and application. ISO, s.l., 2000.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1967.

HURTADO ALBIR, A.; ALVES, F. **Translation as a cognitive activity: the Routledge Companion to Translation Studies**. London: Routledge, 2009. p. 54-73. [MUNDAY, J., ed.]

KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker; BEVILACQUA, Cleci Regina. **Relações Semânticas de um dicionário ambiental**. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. **Temas de Terminologia**. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 254.

KRIEGER, Maria da Graça; BEVILACQUA, Cleci. **A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área**. *Debate Terminológico*, n. 1, 2005.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria & prática.** São Paulo: Contexto, 2004.

MACIEL, Ana Maria Becker. **Quais são os rumos da terminologia no século XXI?** In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I. M. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2007. V. 8, p. 371-381.

MAILLOT, J. **A tradução científica e técnica.** Brasília: McGraw-Hill do Brasil/Universidade de Brasília, 1975. 196 p.

MILTON, John. **Tradução: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MORATO, Edwiges Maria; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a linguística e as ciências cognitivas.** *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 85-92, jan./jun. 2003.

OLIVEIRA, A.R. **Equivalência: sinônimo de divergência.** *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 97-114, 2007.

OUSTINOFF, Michäel. **Tradução: história, teorias e métodos.** São Paulo: Parábola, 2011.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Manual de terminologia.** Canadá: Ministro de Obras Públicas e Serviços Governamentais, 2002. Tradução: Enilde Faulstich. Disponível em: <<http://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

PAVEL, Silvia. **Manual de terminologia**: glossário. Disponível em:
<http://www.btb.gc.ca/btb.php?lang=fra&cont=p_700> Acesso em: 11 Jun. 2013.

PYM, Anthony. **Exploring Translation theories**. *Routledge*. London and New York. 2020.

REMENCHE, M. L. R. **Terminologia**: reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. *Tradterm*, São Paulo, v. 16, p. 343-364, 2010.

REY, Alain. **La terminologie**: noms et notions. Paris: PUF, 1979.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores**. São Paulo: José Olympio, 2012.

SAGER, J. C. Curso **práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in General Linguistics**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1966.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens**. Disponível em: <<http://users.unimi.it/dililefi/costazza/programmi/2006-07/Schleiermacher.pdf>> Acesso em: 08 Mar. 2013.

VINAY, Jean-Paul, DARBELNET, Jean. **Comparative stylistics of French and English**: a methodology for translation. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

_____. Sobre lexicografia e tradução. **Horizontes de Linguística Aplicada**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 132-148, 2007.

XATARA, C.; BEVILAXQUA, C. M.; HUMBLE, P. R. M. **Dicionários na teoria e na prática**. São Paulo: Parábola, 2011.

XATARA, Cláudia; RIVA, Huelinton C.; RIOS, Tatiana Helena. **As dificuldades na tradução de idiomatismos**. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 8, p. 183-194, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ocorrências de termos jurídicos no glossário.

Termo	Número de ocorrências
contrato	63
lei/legalmente/legislação	72
normativo/a	35
pessoa(s) jurídica(s)	34
Resolução	33
regular/regulador/regulamentar/regulação/ regularmente/regimento	29
norma/s	17
Fiscalização	11
Regra	10
habilitação/habilitado	8
monitorar/monitoramento	8
obrigado/obrigação	5
instrumento jurídico	6
acreditação/acreditadas	4
validade/validação	2
jurídica(s)	2
Vedada	1
Petição	1
natureza jurídica	1
TOTAL	342

APÊNDICE B – Tabela dos termos remetidos para os preferenciais.

Entrada	Remissão	Motivo da remissão
Adaptação	<i>Ver sin. Adaptação de contrato.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Área de atuação da operadora	<i>Ver sin. Região de comercialização.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Assistência suplementar da saúde	<i>Ver sin. Saúde suplementar.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Beneficiário	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Cadastro de Operadoras	<i>Ver Sin. Cadastro de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Carteira de planos	<i>Ver sin. Carteira de planos de saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Carteira de planos privados de assistência à saúde	<i>Ver sin. Carteira de planos de saúde.</i>	<i>Remete ao termo correto por extenso (reduzido)</i>
Cobertura	<i>Ver sin. Cobertura assistencial do plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Cobertura assistencial	<i>Ver sin. Cobertura assistencial do plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Consumidor	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Consumidor de plano de saúde	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Contrato de plano de saúde	<i>Ver sin. Contrato de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Evento indenizável	<i>Ver sin. Despesa assistencial.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>

Migração	<i>Ver sin. Migração de contrato.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Operadora	<i>Ver sin. Operadora de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Operadora de plano de saúde	<i>Ver sin. Operadora de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Padrão Tiss	<i>Ver sin. Padrão para Troca de Informação na Saúde Suplementar.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico). Trata-se de hibridismo, sendo o termo formado por sigla adicionada a uma palavra.</i>
Plano	<i>Ver sin. Plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Plano de saúde	<i>Ver sin. Plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Portabilidade	<i>Ver sin. Portabilidade de carências.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Produto	<i>Ver sin. Plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Rede assistencial	<i>Ver sin. Rede prestadora de serviços de saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Registro de produto	<i>Ver sin. Registro de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Remete ao termo completo por extenso (mais específico)</i>
Segurado	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Sinistro	<i>Ver sin. Despesa assistencial.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Usuário	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>
Usuário de plano privado de assistência à saúde	<i>Ver sin. Beneficiário de plano privado de assistência à saúde.</i>	<i>Alterou a terminologia e remete ao termo utilizado atualmente</i>